

Finda hoje à meia noite o bloqueio de Berlim

Já ontem os russos obsequiaram os setores ocidentais da cidade com várias horas de eletricidade não racionada

Correrão diariamente 16 trens de carga, conduzindo 20 mil toneladas de mercadorias — Sessão extraordinária, amanhã, na Assembléia Municipal

BERLIM, 10 (De John McDer-mott, correspondente da U. P.) — Quarenta horas antes do momento fixado para o levantamento do bloqueio de Berlim, os russos obsequiaram os setores ocidentais desta cidade com várias horas de eletricidade não racionada. Foi a primeira vez que as donas de casa dos setores ocidentais puderam desfrutar de corrente elétrica sem restrições, pela manhã, desde que foi imposto o racionamento desse serviço em consequência do bloqueio, que começou a 9 de julho passado. A causa direta da eletricidade de que os setores ocidentais gozaram livremente foi uma experiência de duas horas dos cabos condutores da corrente que abastece Berlim e que procedia das usinas geradoras de Anhalt e Saxônia, na zona soviética.

Experiências de cabos

Funcionários alemães da estação de controle elétrica de B.E.W.A.G., na zona ocidental de Berlim, declararam haver feito experiências de cabos com a estação da mesma empresa situada na zona soviética, com o propósito de contar com tudo pronto para quando for levantado o bloqueio, o que se dará um minuto depois da meia noite de quarta-feira, ou seja, no primeiro minuto de quinta. Por sua vez, funcionários das potências ocidentais deram or-

dens ao prefeito de Berlim, Ernest Reuter, para que ponha fim a todas as medidas do contra-bloqueio à mesma hora. A comunicação aliada foi feita depois que o governador militar soviético general Vassily Chul-kov, anunciou ontem que o bloqueio russo terminará um minuto depois da meia noite de quarta-feira.

Em nome do comando

A ordem ao prefeito de Berlim foi dada em nome do comando aliado de Berlim, no qual só estão representados os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. O comandante militar soviético abandonou o comando quadripartite a 1.º de julho de 1948.

Entretanto, graças ao restabelecimento parcial do serviço de eletricidade, as donas de casa puderam ligar seus rádios e utilizar seus fogões elétricos nas horas da manhã, pela primeira vez em onze meses. Funcionários alemães encarregados do serviço de eletricidade de Berlim, declararam que o mesmo seria restabelecido gradualmente e que se esperava poder proporcionar um serviço normal pouco depois da suspensão do bloqueio. Desde que o bloqueio começou, a eletricidade para as zonas ocidentais era rigorosamente racionada. As casas particulares e estabelecimentos comerciais recebiam eletricidade apenas quatro horas por dia, duas à tarde e duas à noite.

Reunião na Assembléia

A Assembléia Municipal da zona ocidental de Berlim foi convocada para uma sessão extraordinária, na quinta-feira, para discutir a proposta de restabelecimento da eletricidade para a zona ocidental de Berlim, e para discutir a proposta de restabelecimento da eletricidade para a zona ocidental de Berlim, e para discutir a proposta de restabelecimento da eletricidade para a zona ocidental de Berlim.

Em Washington o sr. d'Alamo Louzada

WASHINGTON, 10 (A. P.) — Chegou a esta capital, hoje, às 14 horas locais, o sr. Francisco d'Alamo Louzada, chefe do protocolo da presidência do Brasil, que veio colaborar com as autoridades locais para o cerimonial da próxima chegada do presidente Gaspar Dutra e sua comitiva.

Nova lua no planeta Netuno

CAMBRIDGE, Massachusetts, 10 (U. P.) — Foi anunciada a possível descoberta de uma nova lua do planeta Netuno. Seu descobridor foi G. P. Kuiper, do Observatório de McDonald, da Universidade do Texas. O dr. Kuiper, do observatório da Universidade de Harvard, disse que foi notificado pelo dr. Kuiper, que as fotografias tomadas, sugerem a existência de um objeto perto de Netuno, que move-se aproximadamente no mesmo passo que esse planeta. E acrescentou: «Há fortes possibilidades de que talvez se trate de uma nova lua». Advertiu que as provas não são conclusivas.

Acusa os Estados Unidos

O órgão do exército vermelho na Alemanha, «Taegliche Rundschau», acusou os Estados Unidos de haverem impedido antes

os acordos sobre Berlim. Os aliados projetam, depois do levantamento do bloqueio, trazer diariamente 16 trens de carga, conduzindo vinte mil toneladas de mercadorias. Por sua vez, os proprietários de barcas que dispõem de embarcações suficientes para o transporte de sessenta mil toneladas de mercadorias para Berlim por vias fluviais. Outras barcas, com capacidade para 40 mil toneladas, aguardam a remoção das restrições para reiniciar o tráfego com a Tchecoslováquia, já tendo sido pedida permissão às autoridades russas de controle para tais operações.

QUEREM VER A ALEMANHA UNIDA

Esse o objetivo dos americanos, desde que todas as zonas tenham as mesmas garantias de liberdade que se encontram na Constituição de Bonn

Decididas as potências ocidentais a não transigir com os direitos democráticos fundamentais

BERLIM, 10 (De Richard K. O'Malley, da A. P.) — O general Lucius D. Clay declarou que os norte-americanos querem ver a Alemanha unida, desde que todas as zonas tenham as mesmas garantias de liberdade que se encontram na Constituição de Bonn. Clay, que deixará dentro de cinco dias o cargo de coman-

dante da zona norte-americana da Alemanha, falou numa reunião de despedida no Conselho Econômico da Bizânia, em Frankfurt. A Constituição aprovada pela Assembleia de Bonn contém uma completa Declaração de Direitos. As observações de Clay se assemelham às que foram feitas na semana passada pelo general Sir

Brian Robert, governador militar britânico da Alemanha, no sentido de que o ocidente está decidido a não transigir com os direitos democráticos fundamentais, na Conferência dos Ministros do Exterior, a ser realizada em Paris, a 23 de maio.

«A solução de todo o problema alemão», disse Robertson, «depende da liberdade de eleições, da imprensa, palavra e rádio, do que qualquer outra coisa».

Partidário do reatamento de relações com a Espanha

Tom Connally, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, não vê por que os E. E. Unidos não mandem embaixadores a Madrid

Pressão de outras nações impediu o reconhecimento do governo de Franco

WASHINGTON, 10 (A. P.) — O senador Connally declarou ao Senado que não vê por que os Estados Unidos não devam mandar embaixador a Espanha. Essa declaração do presidente da Comissão de Relações Exteriores veio em seguida à acusação do senador republicano Brewster, de que a «pressão» exercida por Grã-Bretanha e França influenciara o Departamento de Estado a não reassumir plenas relações diplomáticas com o governo de Franco. Brewster perguntou a Connally por que este país mantinha embaixador em Moscou e apenas

encarregado de negócios na Espanha. «Não vejo nenhuma lógica em manter relações diplomáticas com a Rússia e recusar a mantê-las com a Espanha», respondeu Connally, acrescentando: «Não vejo razão por que devamos recusar a Espanha ser excluída». Connally concordou com Brewster de que a «pressão» de outras nações impediu que o Departamento de Estado reconhecesse plenamente o regime de Franco. Disse porém que a posição da França e Grã-Bretanha, no momento, não era inconsistente a respeito. «Temos sido consistentes com seus próprios objetivos de construir seu comércio na Europa», disse Connally. Mas disse que via inconsistência em manter relações diplomáticas com a Rússia e recusar mantê-las com a Espanha. E prosseguiu: «Muita gente tem uma falsa idéia na cabeça. Nós mantemos nossos embaixadores nos países estrangeiros para representar os Estados Unidos e não para representar outros governos».

Sobre esse ponto disse Brewster que a Grã-Bretanha enviou mercadorias no valor de 400 milhões de dólares para a Espanha, durante o ano passado, tiveram os norte-americanos grande dificuldade em manter seu comércio lá. Connally concordou com isso, mas afirmou que os Estados Unidos não fomentam comercialmente o mercado espanhol.

Recebida pelo papa a princesa Margaret

Durou 20 minutos a audiência privativa na biblioteca particular de Sua Santidade — Visitou, antes, a Capela Sixtina — Usava véu e vestido negro de rendas

CIDADE DO VATICANO, 10 (George Bria, da A. P.) — O Papa Pio XII recebeu a princesa Margaret em audiência privativa de vinte minutos. Apesar dos protestos levantados na Inglaterra por organizações protestantes, Margaret visitou o Pontífice.

Realizou-se a audiência na biblioteca particular de Sua Santidade, depois que a princesa, usando véu e vestido negro de rendas, visitou a Capela Sixtina.

O comunicado oficial do Vaticano sobre o encontro disse que o Papa e a princesa mantiveram enérgica palestra, em seguida a qual Margaret apresentou os membros de sua comitiva, que incluí o secretário da rainha, major Thomas Harvey, e Lady Harvey. Foi o grupo acompanhado pelo ministro britânico junto a Santa Sé, John Victor Thomas Perowne.

A audiência teve início às 16 horas (GMT) e terminou às 16.20. Chegou a princesa ao Vaticano poucos minutos antes das 16 horas, sendo recebida à entrada da nobre escadaria do Pátio de São Damasco pelo camareiro Henry James Ulley e pelo camareiro honorário comandante Philip Spode. Subiram então à escada e aproximaram-se dos aposentos papais.

Na praça de São Pedro cerca de mil pessoas aguardaram durante uma hora a saída da princesa. Ela, todavia, saiu pelo portão de São Uffizi, que dá para uma rua lateral e seguiu para a Embaixada Britânica.

Trata-se do primeiro encontro, em mais de um quarto de século, de membro da realeza britânica com um Papa Católico Romano.

Avistados destroços do avião sinistrado

QUITO, 10 (A. P.) — Anunciou-se que foram avistados os destroços do avião militar que se achava desaparecido desde ontem, e que levava a bordo seis oficiais de Aeronáutica e cinco passageiros.

Tudo indica que esses onze ocupantes do «Douglas-DC-4» pereceram.

Os destroços foram vistos na zona montanhosa do sul desta capital, na província de Tungurahua, na região do rio Ulla.

Exortação da Rádio de Moscou

Pede que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha colaborem com a União Soviética, da mesma forma como o fizeram durante a guerra

Sistemas econômicos diferentes podem coexistir pacificamente

LONDRES, 10 (U. P.) — A rádio de Moscou exortou os Estados Unidos e a Grã-Bretanha a colaborar com a União Soviética da mesma forma

como o fizeram durante a guerra. O comentarista russo reiterou, falando em inglês, de acordo com o primeiro ministro Josef Stalin, feitas a Harold Stassen há dois anos, segundo as quais sistemas econômicos diferentes podem coexistir pacificamente.

O comentarista atacou o senador norte-americano Tom Connally, por citar certas passagens tergiversadas das obras de Lenin e Stalin, perante o Comitê das Relações Exteriores do Senado Norte-Americano, no dia 5 de maio, num esforço destinado a provar que a União Soviética repudia a tese de coexistência pacífica de dois sistemas.

Disse o comentarista soviético que os Estados Unidos iniciaram uma «louca carreira armamentista», em vez de demonstrarem o desejo de colaborar

com a Rússia. «Toda a política dos círculos dirigentes dos Estados Unidos», acrescentou, «tem demonstrado ao mundo que não substituirão o desejo de colaborar com outra coisa, além do de falar em colaborações».

«A Coalizão Anti-Hitlerista das três Grandes Potências dos Estados Unidos», acrescentou, «é um exemplo de colaboração proveitosa, e, certamente, natural que, se dois sistemas diferentes puderem colaborar na guerra, podem fazê-lo em maior escala na paz. Essa colaboração não só é possível em favor de uma paz mais em favor de todos os povos que desejam a paz».

Disse o comentarista soviético que os Estados Unidos iniciaram uma «louca carreira armamentista», em vez de demonstrarem o desejo de colaborar

BANCO DA PROVÍNCIA DO RIO G. DO SUL S. A.
90 anos a serviço da economia
FILIAL — ALFANDEGA, 2

Dr. Fernando Paulino
REASSUMIU A CLÍNICA
Conde de Irajá, 110 —
Tel.: 46-0808.

PEÇAS PARA AUTOMÓVEIS
IMPORTADORA AUTO-PEÇAS S. A.
Rua São Cristóvão, 1.198-B — Fone: 28-7731

BANCO MOSCOVO-CASTRO S. A.
RUA DA ALFANDEGA, 51

Cede terreno o Partido Trabalhista inglês

Segundo os resultados extra-oficiais e incompletos, os conservadores estão levando vantagem no pleito municipal

LONDRES, 10 (A. P.) — O Partido Trabalhista ora no poder, está perdendo terreno para os conservadores segundo os resultados extra-oficiais e incompletos do primeiro dia das eleições rurais e urbanas para os Conselhos Distritais.

Tanto os dados fornecidos pelo partido do governo como os proporcionados pela oposição conservadora mostram essas perdas dos trabalhistas no pleito ontem iniciado e que se prolongará por toda a semana.

com enorme interesse, considerando-se essas eleições locais como um barômetro do sentimento nacional para com o governo dirigido por Clement Attlee, principalmente porque haverá eleições nacionais no próximo ano.

O pleito desta semana, ontem iniciado, abrangia 1.467 Conselhos urbanos, rurais e distritais, com cerca de vinte mil mandatos em jogo. O dia mais importante será quinta-feira, quando será realizado o pleito em 410 distritos, dos quais 28 em Londres, devendo ser precedidos de nove dias mais de mil cadeiras de vereadores.

OLHOS — Dr. Gervais
DIAGNÓSTICO E TERAPIA
R. Glória, 114, 2.º, Tel.: 22-7885

Três exércitos

SHANGAI, 10 (De Black Gearhart, correspondente da United Press) — Três exércitos comunistas, que se calcula tenham um efetivo de 200.000 homens, desferiram um ataque em duas regiões contra as defesas nacionalistas a 48 quilômetros de Tsing-tao, base da esquadra norte-americana no Pacífico Oriental.

Um porta-voz nacionalista disse que as tropas governistas estão apresentando forte resistência e alegou que os comunistas conseguiram «pouco progresso».

Informou-se que o 31.º exército comunista está atacando o distrito de Tachung, localizada a 48 quilômetros noroeste desta cidade. Outros dois exércitos vermelhos atacaram posições nacionalistas na região de Quinsan, a 17 quilômetros sudeste de Tachung. Estes ataques parecem indicar que os comunistas iniciaram sua grande ofensiva para a conquista de Shangai.

Ataque a Tsing-Tao
SHANGAI, 10 (A. P.) — Despachos da imprensa informam que as forças comunistas intensificaram seu ataque contra as defesas exteriores de Tsing-tao, base da esquadra norte-americana no Pacífico Oriental.

Muito cara a energia atômica para fins civis

Estimativas grandemente exageradas

BOSTON, 10 (U. P.) — O aproveitamento da energia atômica para acionar o motor de um automóvel custaria cerca de 3.000.000 de dólares, segundo Sumner Pike, membro da Comissão da Energia Atômica. Fêz essa estimativa quando advertiu que as estimativas de aproveitamento da energia atômica para o fornecimento de luz e eletricidade de baratas estão sendo «grandemente exageradas».

«O drama do Novo Mundo»

Mitos e predominios

Por CARLOS DÁVILA

(Segundo de uma série de quinze artigos condensados do livro «El mundo que no fue» — em inglês «The World that America never was» publicado pela Ziff-Davis Publishing Co. e distribuído pela Distribuidora Record do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, com exclusividade no Distrito Federal).

De Colombo a Voltaire e Hegel

Pesada cadeia de equívocos percorre a história da América. Colombo descobriu-a sem querer. Salu à procura da Índia, e acreditou tê-la alcançado quando chegou às Antilhas. Oito anos depois, o almirante Pedro Álvares Cabral, desviado da sua rota pelo que considerou «ventos adversos», descobriu o Brasil, também por acaso. Cento e oitenta anos mais tarde, Nicolet, Jolliet e La Salle exploravam ainda o Mississippi procurando uma saída destas terras pobres com a esperança de chegar à opulência da «vizinhança» chinesa.

Mundo; e já no século XIX, o filósofo alemão Hegel escreveu: «A América sempre se mostrou física e psiquicamente impotente, e ainda demonstra sê-lo».

Essas teorias sobre a inferioridade americana podem parecer-nos hoje graciosas, mas tiveram uma validade extraordinária, e parece que ainda influem no ânimo dos filósofos europeus contemporâneos. Há poucos anos, o alemão Keyserling pôde escrever seriamente que «os instintos animais» prevalecem na América, enquanto que a Europa era impulsionada pela «espiritualidade».

A fábula maligna
Corre paralisada com todo esse acúmulo de tolices sobre uma América degenerada ou inferior, a «Lenda Negra» da incapacidade e da crueldade da Espanha em suas colônias americanas.

Essa lenda, cujos efeitos servem ainda de barreira psicológica entre os americanos de língua espanhola e de língua inglesa, teve a sua origem quando os flamengos, que travavam a guerra de sua independência contra a Espanha, começaram a Breve História da Destruição das Índias, escrita pelo colérico Padre Bartolomé de las Casas.

Destinado a inclinar a Coroa espanhola para uma política de privação aos aborígenes, o livro de Las Casas preencheu cabalmente o seu propósito, mas seu elevado preço foi a reputação do império Espanhol. Dos patriotas flamengos, a arma (conclui na 2.ª pág. 3.ª col.)

Em 1768, o abade Cornélio de Pauw assegurava na sua «Investigação Filosófica Sobre as Américas» que a independência completa da América era «um impossível moral». O abade de «Verdadero saber», repetia ainda em fins do século XVIII que o Canadá era apenas uma extensão de terras geladas e inóspitas e que deste lado do Atlântico nada havia que o homem pudesse comer. Seguindo o grande Buffon, muitos sábios da época desmentiram as «verdades» anotadas sobre o Novo

MAGAZINE LEREX
VENDA ESPECIAL!
Compre artigos de luxo por preços populares.
CAMISARIA SPORT
ALFATARIA
AVENIDA RIO BRANCO, 351-A

Hoje 1 1/2 milhão
DE CRUZEIROS

MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

NA ESQUINA DA SORTE

QUEIXAS COM FÉDEREÇO CERTO
JOEL SILVEIRA

Seu jeito manso e cordato, que é uma das suas simpatias.

Não pode compreender o coronel Ademar Vidal, presidente da Comissão de Defesa da República, que não se dá por satisfeito com a situação. O coronel Ademar Vidal, presidente da Comissão de Defesa da República, que não se dá por satisfeito com a situação. O coronel Ademar Vidal, presidente da Comissão de Defesa da República, que não se dá por satisfeito com a situação.

QUEIXAS COM FÉDEREÇO CERTO
JOEL SILVEIRA

Seu jeito manso e cordato, que é uma das suas simpatias.

Não pode compreender o coronel Ademar Vidal, presidente da Comissão de Defesa da República, que não se dá por satisfeito com a situação. O coronel Ademar Vidal, presidente da Comissão de Defesa da República, que não se dá por satisfeito com a situação. O coronel Ademar Vidal, presidente da Comissão de Defesa da República, que não se dá por satisfeito com a situação.

VÁRIAS OCORRÊNCIAS

Tentativa de homicídio — Desastre — Acidente — Ganância — Atropelamentos — Suicídio e tentativas — Roubos e furtos — Agressões — Colhidos por trem — Falecimento — Princípio de incêndio — Caminhão incendiado

Tentativa de homicídio
Na rua de Manuel Cotrim, no Engenho Novo, Antônio Soares Ribeiro, de 31 anos, morador na rua Araújo Leão, 74, em Caxias, quando por ali passava com o seu carro tanque de leite 6.58.02, encontrou, em frente ao prédio 61, o seu inimigo Jaime Martins, também vendedor de leite, de 37 anos, residente na rua em que se verificou o encontro na 49. Imediatamente deu o veículo e, armado de revólver, fez quatro disparos contra Jaime, que não foi atingido. Houve o natural alarme e vários moradores daquela rua perseguiram o criminoso, que desceram para a última rua do lote e revolver contra Artur Cardoso, um dos seus perseguidores que também não foi atingido. Compareceu ao local o R. P. 12, que prendeu o criminoso e o intermediário entre os dois, omeio do fato, prendendo o motorista do ônibus.

Desastre
Na rua Figueira de Mello, esquina da rua Antunes Maciel, chocaram-se o ônibus 8.19.32, da Viação Estrada do Norte, dirigido pelo motorista Mário de Souza, e o caminhão 8.19.24, dirigido pelo motorista José Ferreira Aguiar. Da colisão saíram com ferimentos sem gravidade o motorista Aguiar, Cecília Rodrigues Silva, de 30 anos, e o motorista Valdemar Rocha, de 37 anos, ambos na estrada General Galvão s/n. As vítimas receberam curativos na Assistência e a polícia do 16.º distrito tomou conhecimento do fato, prendendo o motorista do ônibus.

Acidente
José Luís Filho, de 42 anos, morador na rua 1.º de Maio, formado na fábrica de vidros da Companhia Industrial São-Paulo-Rio, estabelecida na rua Viúva Claudio 455, tomou um entorsemento no pavimento superior do edifício, caiu e se elevou ficando gravemente ferido. Levado para o ambulatório da fábrica, ali faleceu. A polícia do 18.º distrito compareceu ao local e terminou as formalidades legais, foi o cadáver removido para o necrotério do Instituto Médico Legal.

Ganância
Autoridades da Delegacia de Economia Popular prenderam em flagrante Antônio da Graça Leite, de 44 anos, na rua Antenor Navarro, 69, por expor à venda peças com deficiência de peso, e Avram Franch, proprietário da Farmácia de Produtos Químicos, situada na Av. do Brasil, 100, por vender Eledon a preço superior ao tabelado.

Atropelamentos
Na avenida Brasil, esquina da rua 1.º de Maio, um automóvel foi atropelado por um automóvel José Afonso, de 60 anos, casado, residente na segunda rua, 59, com culpa da polícia do 20.º distrito, o corpo do falecido foi removido para o necrotério do Instituto Médico Legal.

Suicídio e tentativas
Nelson Batista, de 22 anos, tentou suicidar-se em sua residência, na rua Vaz Pires, 10, de 10.º distrito, ao ingerir um líquido. A polícia do 10.º distrito tomou conhecimento do fato e o cadáver foi removido para o necrotério do Instituto Médico Legal.

Roubos e furtos
Na Galeria Cruzeiro, foram presos, na madrugada de ontem, o soldado 206, da Primeira Companhia do Corpo de Serviços Auxiliares da Polícia Militar, Alaguar Calixto Bezerra, de 23 anos, e o desempregado José Barbosa dos Santos, de 28 anos, quando haviam arrombado um cofre de madeira na casa de Maria Rosa, estabelecida na avenida Presidente Vargas, e agrediram o detetive 404 e investigador 1989. Os dois foram levados para a delegacia do 5.º distrito, onde, depois de autuados, o militar foi escutado para sua corporação e o civil, recolhido ao cárcere.

Máquinas de escrever
Remington, Royal e Underwood, recondição, garantida, a preços módicos. — Rua dos Andaraes, n. 68. — E. Magalhães.

Um tratamento prático para as doenças do fígado
Os antigos curavam suas doenças do fígado comendo grande quantidade de fígado de vaca ou tomando chá desta ou daquela planta que alivia os seus males.

Colhidos por trem
No pátio da estação de Mangueira, o empregado da Central do Brasil Augusto Carneiro Meirelles, foi colhido e morto por um trem, sendo o cadáver removido para o necrotério do Instituto Médico Legal.

Falecimento
No Hospital de Pronto Socorro, faleceu o vendedor ambulante Benjamin Lozer Naphoski, de 34 anos, solteiro, polonês, morador na rua Real Grandeza, 141, que, conforme notícia, foi colhido por um trem, sendo o cadáver removido para o necrotério do Instituto Médico Legal.

Princípio de incêndio
Os ocupantes do edifício Araribá, na avenida Erasmo Braga, 235, foram alarmados por uma nuvem de fumaça que invadiu o referido edifício. Verificando-se, mais tarde, que se tratava de um princípio de incêndio na tubulação do lixo do prédio. Compareceram os bombeiros da estação Central, sob o comando do tenente Spilane, sendo as chamas prontamente extintas.

Caminhão incendiado
Na avenida Rodrigues Alves, em frente ao edifício da Imprensa Nacional, manifestou-se incêndio no caminhão 8.56.72, que ali se achava parado. O motorista do veículo, José Furtado Nunes, estava afastado dele. Compareceu o Corpo de Bombeiros que combateu as chamas, possivelmente originadas por um curto circuito. Os prejuízos foram parciais.

Notícias de Petrópolis
INSCRIÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL PARA OS JORNALISTAS
PETRÓPOLIS, 10 (Do correspondente) — Val se apresentou à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para a inscrição no imposto territorial, cobrado na zona rural dos municípios e que corresponde ao imposto predial urbano.

CONSELHO ENTRE RETIRANTES
PETRÓPOLIS, 10 (Do correspondente) — Verificou-se, em Sapucaia, um conflito entre retirantes nordestinos em viagem para São Paulo, tendo um deles, José Mendes, ferido, a faca, sequestrado, João Martins, a vítima foi socorrida, em Petrópolis, em estado grave, e o criminoso, preso.

PARCELA SOBRE AS CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PETRÓPOLIS, 10 (Do correspondente) — A Câmara Municipal de Petrópolis reuniu-se, hoje, em sessão extraordinária, para apreciar o parecer da comissão de vereadores sobre as contas da administração. São esperados reñhidos debates em torno do assunto.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Catolicismo
FESTA DE SANTA RITA
Dando início ao novenário preparatório da festa de Santa Rita, haverá sexta-feira próxima, 13 do corrente, às 9 horas, distribuição de viveres, roupas e coletores para os pobres matriculados no D. pensário da Paróquia. A noite, às 20 horas, pregará monsenhor Heider Chama.

Ciranda internacional
(DE UM OBSERVADOR NOR-TE-AMERICANO)
As possibilidades de Franklin Delano Roosevelt há de ser avaliadas, não só em termos de sua própria personalidade, mas também em termos de sua posição no cenário internacional. O fato de que o jovem Roosevelt tenha conquistado a vitória de 28 milhões de votos, em vez de 22 milhões, como aconteceu na eleição anterior, é interpretado como altamente auspicioso para os partidos que o apoiam.

Princípio de incêndio
Os ocupantes do edifício Araribá, na avenida Erasmo Braga, 235, foram alarmados por uma nuvem de fumaça que invadiu o referido edifício. Verificando-se, mais tarde, que se tratava de um princípio de incêndio na tubulação do lixo do prédio. Compareceram os bombeiros da estação Central, sob o comando do tenente Spilane, sendo as chamas prontamente extintas.

Caminhão incendiado
Na avenida Rodrigues Alves, em frente ao edifício da Imprensa Nacional, manifestou-se incêndio no caminhão 8.56.72, que ali se achava parado. O motorista do veículo, José Furtado Nunes, estava afastado dele. Compareceu o Corpo de Bombeiros que combateu as chamas, possivelmente originadas por um curto circuito. Os prejuízos foram parciais.

Notícias de Petrópolis
INSCRIÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL PARA OS JORNALISTAS
PETRÓPOLIS, 10 (Do correspondente) — Val se apresentou à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para a inscrição no imposto territorial, cobrado na zona rural dos municípios e que corresponde ao imposto predial urbano.

CONSELHO ENTRE RETIRANTES
PETRÓPOLIS, 10 (Do correspondente) — Verificou-se, em Sapucaia, um conflito entre retirantes nordestinos em viagem para São Paulo, tendo um deles, José Mendes, ferido, a faca, sequestrado, João Martins, a vítima foi socorrida, em Petrópolis, em estado grave, e o criminoso, preso.

PARCELA SOBRE AS CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PETRÓPOLIS, 10 (Do correspondente) — A Câmara Municipal de Petrópolis reuniu-se, hoje, em sessão extraordinária, para apreciar o parecer da comissão de vereadores sobre as contas da administração. São esperados reñhidos debates em torno do assunto.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Alcides Antônio Tiago, de 37 anos, solteiro, cozinheiro, morador na rua Visconde de Niterói, 512, foi agredido a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Lourela Macedo, de 30 anos, solteira, funcionária municipal, moradora no morro do Cantagalo, barrado 591, foi agredida a lápis, nas proximidades de sua residência, por um indivíduo conhecido pelo vulgo de "Parangua". Socorrido pela Assistência, foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Obras contra as Sêcas a realizar os serviços necessários — Os trabalhos nas
Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

de A. Nepomuceno.
as de Strauss — Salabert —
y — Offembach — Strauss —
Lazzoli.

— Galerías, Crp 20,00.

NOTA
OS BILHETES VENDIDOS PARA A RÉCITA DE HOJE,
SERÃO VÁLIDOS PARA A VESPERAL DE DOMIN-
GO, 15 — ÀS 15 HORAS.

ky. — "Batuque", de A. Nepomuceno.
"Divertissements", músicas de Straus — Salabert —
Tschalkowsky — Debussy — Offembach — Strauss —
A. Lazzoli.

Le Schiav

Bilhetes à venda para estes espetáculos aos seguintes preços: Frias ou Camarotes, Cr\$ 250,00 — Poltronas, Cr\$ 50,00 — Balcões nos
Cr\$ 40,00 — Balcões simples, Cr\$ 30,00 — Galerias, Cr\$ 20,00.

CASO 1.125

Assembléa n.º 92 - loja.

AUTOMOBILISMO E TRÁFEGO

União Beneficente dos Chauffeurs do Rio de Janeiro

Recomendada de Utilidade Pública por des. n. 5.135, de 26-9-1914.
Endereço: Rua da Várzea, n. 139, sobrado. Telefones: 42-4205 e 42-4206. Expediente todos os dias úteis, das 8 às 20 horas, exceto nos sábados, que das 8 às 15 horas.

4.ª feira, 11 de maio

DEPARTAMENTO JURÍDICO — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO MÉDICO — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES — Horário: das 11 às 12 horas, todos os dias úteis. Devem comparecer aos autos os interessados: Manuel Antonio, a 14.ª Vara; Vicente Marques de Oliveira, a 15.ª Vara; e o Ministério Público, a 16.ª Vara.

“Grande Prêmio Marciano de Aguiar Moreira”

Os programas oficiais das próximas reuniões no Hipódromo da Gávea — Os estreantes

Para as próximas corridas no Hipódromo da Gávea, o Jockey Club Brasileiro organizou, ontem, oficialmente, os seguintes programas:

O PROGRAMA DA REUNIÃO DE SABADO

PRIMEIRA CARREIRA — AS TREZE HORAS E VINTE MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SEGUNDA CARREIRA — AS TREZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS — 1.800 METROS — 40.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

TERCEIRA CARREIRA — AS QUATORZE HORAS E VINTE MINUTOS — 1.000 METROS — 22.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

QUARTA CARREIRA — AS QUATORZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS — 1.800 METROS — 22.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

QUINTA CARREIRA — AS TREZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SEXTA CARREIRA — AS DEZESEIS HORAS — 1.000 METROS — 20.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SETIMA CARREIRA — AS TREZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

TESTA DE FERRO — 1.000 METROS — 20.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

PRIMEIRA CARREIRA — AS TREZE HORAS E VINTE MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SEGUNDA CARREIRA — AS TREZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS — 1.800 METROS — 40.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

TERCEIRA CARREIRA — AS QUATORZE HORAS E VINTE MINUTOS — 1.000 METROS — 22.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

QUARTA CARREIRA — AS QUATORZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS — 1.800 METROS — 22.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

QUINTA CARREIRA — AS TREZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SEXTA CARREIRA — AS DEZESEIS HORAS — 1.000 METROS — 20.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

OS ESTREANTES

São estes os estreantes das próximas corridas no Hipódromo da Gávea:

ETRONIO — Masculino, alazão, três anos, Distrito Federal, criado em Santa Sena, criação do sr. Alcindo Vasconcelos e propriedade do mesmo. TRATADOR — Francisco Pereira.

TOROI — Masculino, alazão, dois anos, Rio Grande do Sul, criado em Santa Sena, criação do sr. Alcindo Vasconcelos e propriedade do sr. Abel A. Ramos. TRATADOR — Alberto Alves.

BONNE AMIE — Feminino, castanho, três anos, Irlanda, The Phoenix em Bombon, importação e propriedade do sr. A. J. Pezoto de Castro. TRATADOR — Ovidio Feljó.

FORGET — Feminino, castanho, três anos, Argentina, Mendonça em Folly, da importação e propriedade do sr. Roger Guzman. TRATADOR — Claudemiro Pereira.

TINOTE — Masculino, castanho, quatro anos, Argentina, Pinyon em Clotball, da importação do sr. Atílio Irulagui e propriedade do sr. José da Silva. TRATADOR — Ovidio Feljó.

SUNLIGHT — Masculino, castanho, três anos, Estado do Rio, Haut em Cynthia, criação do sr. Manuel H. Silva e propriedade do sr. Maria B. Cuvallanti. TRATADOR — Francisco Pereira.

MYROMERIS — Feminino, alazão, cinco anos, Argentina, Greco em Faldica, importação do sr. Atílio Irulagui e propriedade do sr. José da Silva. TRATADOR — José da Silva.

DONA CRISTINA — Feminino, castanho, dois anos, Pernambuco, Deming em Bell Rock, criação do sr. G. Lundgren e propriedade do sr. Ewald Lodi.

QUINTA CARREIRA — AS TREZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 LORETTA 54
2-2 SERRA D'AGUA 54
3-3 ABAPA 54
4-4 ALA SOLA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 ALA SOLA 54

SEXTA CARREIRA — AS DEZESEIS HORAS — 1.000 METROS — 20.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 BONNE AMIE 54
2-2 BONNE AMIE 54
3-3 BONNE AMIE 54
4-4 BONNE AMIE 54
5-5 BONNE AMIE 54
6-6 BONNE AMIE 54

SETIMA CARREIRA — AS TREZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 INVICTUS 54
2-2 ALPINO 54
3-3 BURGOS 54
4-4 TORPEDO 54
5-5 TOROI 54
6-6 TOROI 54

OITAVA CARREIRA — AS DEZESEIS HORAS — 1.000 METROS — 20.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 HAVON 54
2-2 MALANDRO 54
3-3 DINAMO 54
4-4 DINAMO 54
5-5 DINAMO 54
6-6 DINAMO 54

NOVA CARREIRA — AS DEZESEIS HORAS — 1.000 METROS — 20.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 EFFENDI 54
2-2 ABDIN 54
3-3 CAXAMBU 54
4-4 CAXAMBU 54
5-5 CAXAMBU 54
6-6 CAXAMBU 54

PRIMEIRA CARREIRA — AS TREZE HORAS E VINTE MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SEGUNDA CARREIRA — AS TREZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS — 1.800 METROS — 40.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

TERCEIRA CARREIRA — AS QUATORZE HORAS E VINTE MINUTOS — 1.000 METROS — 22.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

QUARTA CARREIRA — AS QUATORZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS — 1.800 METROS — 22.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

QUINTA CARREIRA — AS TREZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SEXTA CARREIRA — AS DEZESEIS HORAS — 1.000 METROS — 20.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

1-1 IBERA 54
2-2 CHÔ CHÔ SAN 54
3-3 CAJALBA 54
4-4 DONA CRISTINA 54
5-5 ALA SOLA 54
6-6 TITA 54

SETIMA CARREIRA — AS TREZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS — 1.400 METROS — 35.000 CRUZEIROS.

QUILLOS

PEDE-SE

A quem encontrar um documento de Moisés Stratinsky, entregar por obséquio à rua Augusto Vasconcelos 9-A-C, que será gratificado.

FEIJDAS REUMATISMO e PLACAS SUTILLAS

Exir de Nogueira
Medicação auxiliar no tratamento de sífilis.

RAIOS X
RADIOLOGIA POSTO e RADIOLOGIA PROFUNDA

Prof. Manoel de Abreu
Dr. Gil Ribeiro
Rua Senador Dantas, 44-B, Apto. 2º — Telef. 32-442 e 42-1887

Aviador comercial
Possuindo carteira de Mercante e Instrutor. Procura avião particular ou empresas que possuam aviões, para trabalhar. Ofertas para portaria deste jornal, a 10.

Aliança da Bahia
Capitalização S. A.
VERDADE DE TITULO

Extrairam-se os títulos da Aliança da Bahia Capitalização S. A. de valor de mil cruzeiros, de ns. de ordem 122, 547 e 160516 e ns. de sorteio 1874 e 83376, pertencentes a D. Francisco Barreto, telefone 25-0188, e um declara que vai requerer emissão de segunda via. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1919.

ALGUÉM LHE DEVE?
Promissórias, duplicatas, vales, tudo, enfim, que representem valor. Rua da Quitanda, 3-3º andar, sala 312 — 42-9887

DR. PIZZOLANTE
RINS — BEXIGA — PROSTAT — OVARIOS — BLENORRAGIA

TRATAMENTO RÁPIDO SEM DOR — APARELHAGEM MODERNA
G. E. — ASSEMBLEIA, 67-2-9 — TEL. 32-8472 — De 8 às 18 horas.

3 m/m — FILMES — 16 m/m
Projetores — Filmadoras
Av. Erasmo Braga, 255 — Grupo 201

Aluga — Vende — Troca —
Conserta — Tel.: 32-3354

COMPRAM-SE
ROUPAS USADAS
E TUDO DE VALOR — SR.
ABRAM — TEL.: 43-8232.

ANTIGUIDADES
Compram-se pratarias, porcelanas, cristais, vidros, etc., em geral, para panelas, a móveis de jacarandá. Paga-se o valor da antiguidade. Rua da Assembleia, n. 73.

Sanatório da TIJUCA
RUA JOÃO ALFREDO, 25, 29 e 31 — TEL. 38.188-5

Tratamento especializado das doenças NERVOSAS e CLÍNICA DE REPOUSO. — Pavilhões para ambos os sexos e de repouso, com assistência médica permanente. Direção: — Dr. Antônio Mattos Muniz — Dr. João Marafioti Filho — Dr. Albino Souza Vaz.

CAFE GLOBO
NO
CINEMA VILA IZABEL
(em Boulevard 28 de Setembro)

ORLANDO SILVA
(o Cantor das Multidões)

ATAULFO ALVES — ELISETTE CARDOSO — ORLANDO CORRÊA
um trio atávél, uma homenagem a NOEL ROSA

AUGUSTO CALHEIROS — OLIVINHA CARVALHO — RUY DE ALMEIDA —
JOÃO DONATO

HUMORISTAS: CHOCOLATE — CHICA PELANCA — VENÂNCIO
E CORUMBA

“GRANDE OTELO”
RAUL LONGRAS — e suas brincadeiras esportivas..

O “SHOW” MONSTRO DA
PRC-8

Comando geral de: — CARLOS FALLUT, o dominador dos auditórios.

ANIMADORES: — OSWALDO RUBIM — AFONSO SOARES e ALBA REGINA, a noivinha da Guanabara e JULIO L. O. a princesa do Rádio.

ALTAMIRO CARILHO e SEU REGIONAL, e a famosa orquestra de
“NÃO FAZ TAVARES E SEUS SOLDADOS MUSICAIIS!!

E ainda: Colossal distribuição de prêmios aos portadores de 5 Capas de “CAFE GLOBO”, oferta do BRINDE SEMANA DO, O BOM ATE A ÚLTIMA GOTA....

COM O
CAFE GLOBO é assim, amigo leitor!

Oferece no seu paladar o mais saboroso dos cafés, orna o seu lar com os mais belos e valiosos brindes, através do BRINDE SEMANA, e ainda leva ao seu bairro música, alegria e diversão e prêmios em profusão.

INGRESSO: Cr\$ 5,00, à venda na Loja de Brind

DESEMPATE SENSACIONAL ENTRE BRASILEIROS E PARAGUAIO

Reina intensa ansiedade pelo jogo de hoje, em S. Januário, decidindo o certame sulamericano



A valorosa representação do Paraguai

Justifica-se plenamente o entusiasmo reinante em torno da partida de desempate entre brasileiros e paraguaios, decidindo o Campeonato Sulamericano de Futebol, atualmente em sua fase culminante. A partida de hoje promete ser sensacional, dada a brilhante vitória conquistada pelo Paraguai, na tarde de domingo último. Esse triunfo surpreendeu os nossos jogadores que, hoje, tudo farão para vingar aquela revés e conquistar o título máximo do continente, por encipiente técnica não lhes faltam.

Os paraguaios, por sua vez, lutarão com o mesmo ardor para confirmar aquela brilhante vitória, esperando-se, por isso, que o jogo ofereça características empolgantes. Apesar do resultado de domingo, os brasileiros são favoritos no prêmio de hoje em S. Januário.

HAVERÁ DUAS PRORROGAÇÕES

Cumprindo o Regulamento do certame continental de futebol, o jogo desta noite entre brasileiros e paraguaios será prorrogado. Se a partida, no seu tempo regulamentar de 90 minutos, concluir empatada, haverá uma prorrogação de 30 minutos, que serão disputados integralmente, divididos em dois tempos de 15 minutos. No caso de persistir, ainda, o empate, haverá uma segunda prorrogação de mais 30 minutos, e, nesta fase decisiva, o jogo terminará, automaticamente, quando for marcado um "goal". Se, depois da segunda prorrogação, houver igualdade no marcador, será marcada uma partida decisiva.

O QUADRO BRASILEIRO

Ontem, pela manhã, ensaiaram individualmente os brasileiros e, após esse exercício, o treinador da nossa seleção adiantou que Wilson não jogará hoje e Ademir comandará o ataque.

Será, pois, este o selecionado brasileiro: Barbosa; Augusto e Mauro; Eli, Danilo e Bigode; Tesourinha, Zizinho, Ademir, Jair e Simão.

A EQUIPE DO PARAGUAI

Deverá o quadro "guarani" iniciar o jogo com o mesmo "team" que jogou domingo, salvo se o ponteiro Avalos não se encontrar em boas condições físicas. Neste caso, Vasquez ocupará a ponta. Provavelmente, será este o quadro paraguai: Garcia; Gonzalvo e Cespedes; Gavilan, Nardelli e Cantero; Fernandez, Lopez, Arce, Benitez e Avalos; Vasquez.

O ARBITRO

O conhecido árbitro inglês Barrick será o controlador técnico do sensacional prêmio desta noite. Sua magnífica atuação de domingo último, acreditamos será repetida esta noite. Conceder profundo do "meter", o sr. Barrick deverá corresponder à expectativa geral e à confiança.

Entidade apolítica a CBDU

Uma nota oficial do órgão esportivo dos estudantes

Recebemos da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, a seguinte nota:

«A Confederação Brasileira de Desportos Universitários, tendo em vista os últimos acontecimentos ocorridos no edifício da praia do Flamengo, 132, envolvendo a reputação da classe estudantil e prejudicando materialmente todas as entidades lá sediadas, onde a mesma ocupa o segundo andar do referido prédio, em sua última reunião, aprovou a seguinte declaração:

«A Confederação Brasileira de Desportos Universitários, uma entidade civil, de caráter esportivo universitário, sendo o único órgão de legítima representação, para todos os fins, dos estudantes de ensino no Brasil e no exterior. Dentro de suas elevadas finalidades, perfeitamente delineadas nos Estatutos, resolve a Comissão Executiva:

- a) manter a tradicional conduta apolítica da entidade;
- b) não participar das atividades de outras entidades estudantis;
- c) emprestar sua solidariedade a outras entidades estudantis únicas e exclusivamente quando se tratar de movimentos que caracteristicamente interessem aos esportes universitários no Brasil;
- d) colaborar com as entidades esportivas do país em geral, para o desenvolvimento dos esportes;
- e) entender-se diretamente com

não depositada por paraguaios e brasileiros.

Servirão de fiscal de linha os srs. Mário Hym, do Paraguai, e Adalino Ribeiro de Jesus, do Brasil, aliás, os mesmos que atuaram domingo último.

A PRELIMINAR

Disputarão o cotão preliminar os

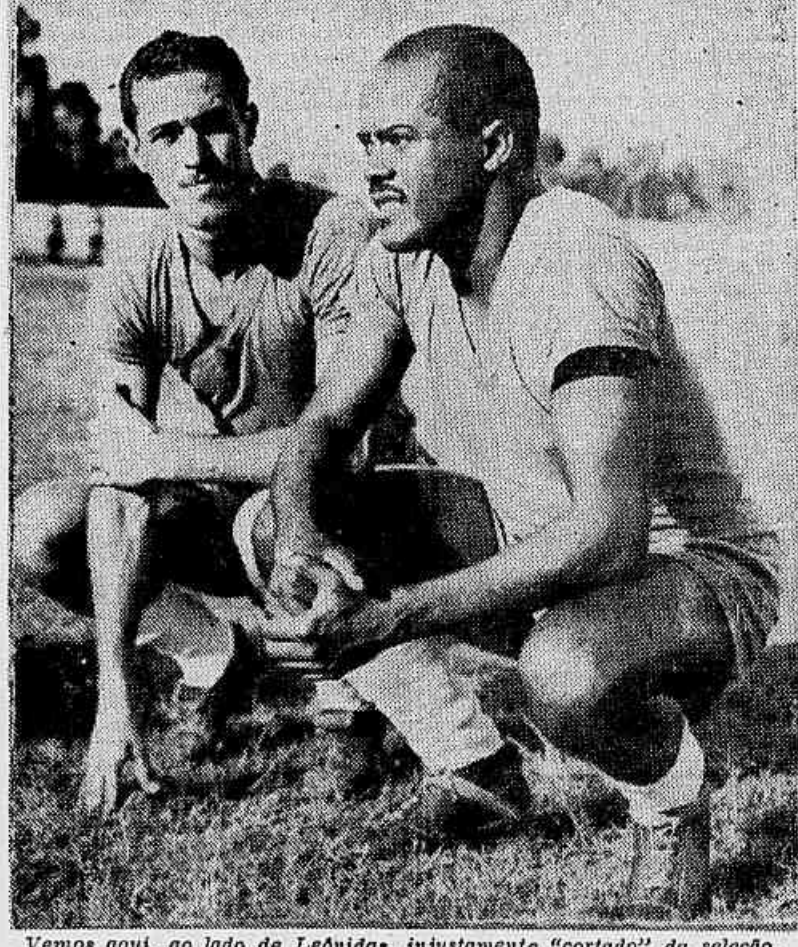
quadros de aspirantes do Fluminense e do São Cristóvão, surgindo em ambos os conjuntos novos valores.

Juiz: Alberto Schmidt.

O HORARIO

Preliminar — 19 horas.

Principal — 21 horas.



Vemos aqui, ao lado de Leônidas, injustamente "cortado" da seleção, o atacante Ademir, que hoje voltará a ofensiva brasileira.

Landi ameaçado de não correr em Bari

Não conseguiu até agora, o campeão brasileiro, um carro

Landi foi justamente considerado o atleta número um de 1948, pela vitória que conquistou no Circuito de Bari.

Como os nossos leitores devem estar recordados, o campeão brasileiro de automobilismo, apesar de só ter conseguido um carro emprestado na véspera daquela prova, cumpriu magnífica "performance", batendo os maiores volantes da atualidade, entre os quais: Nuvolari e Ascari.

Esperava-se que depois desse brilhante feito surgisse um movimento para premiar Landi com um carro. O movimento, aliás, chegou a ser esboçado, mas não foi levado a efeito. Assim, Landi e o Brasil estão

ameaçados de não comparecerem à grande prova, este ano, marcada para junho próximo.

A ameaça é tanto mais lamentável quando se recorda que a comissão comportará a disputa de um troféu com o nome do nosso país. Resta ainda a esperança de que com a ajuda das autoridades, o Automóvel Clube do Brasil possa solucionar o impasse.

Na reunião da Comissão Esportiva, esta tarde, o assunto deverá ser ventilado.

Ingressos para o jogo Brasil x Paraguai

Os ingressos para o jogo desta noite, entre Brasil e Paraguai, serão postos à venda a partir das 8,30 horas, no "hall" do Cineas e na bilheteria do Teatro Carlos Gomes.



Landi

Reunião dos veleiros do Iate Clube

O Departamento de Vela do Iate Clube do Rio de Janeiro convita todos os socios esportivos, que desejarem conservar o direito de permanência nessa classe, a comparecer à reunião que se realizará hoje, às 21 horas, no salão de veleiros, a fim de que se interpretem das obrigações que lhes cabem na presente temporada de vela.

Morreu o conde Trossi

ROMA, 10 (A. P.). — Comunicam de Milão, ter ali falecido, num hospital de clínicos, o conhecido vidente amador Conde Felice Trossi.

N. R. — Trata-se de nova e grande perda para o automobilismo mundial já que o Conde Trossi era um dos maiores volantes do mundo, tendo conseguido expressivas vitórias em importantes provas internacionais.

Diário de Notícias esportivo

Rio de Janeiro, Quarta-feira, 11 de Maio de 1949

CHEGOU ONTEM AO RIO PARTE DA DELEGAÇÃO DO ARSENAL, DE LONDRES

Programa do Sulamericano de Futebol

Dez jogadores, o treinador e o "menager" Tom Whittaker — Amanhã chegarão os restantes — Reineo à tarde, no Botafogo, e apresentação ao público, à noite, em São Januário

HOJE	
(Desempate)	
BRASIL X PARAGUAI	
Campo do Vasco da Gama, às 21 horas.	
RESULTADOS	
Brasil	9-Equador 1
Bolívia	3-Chile 0
Paraguai	3-Colômbia 0
Peru	1-Ecuador 0
Brasil	10-Bolívia 1
Uruguai	3-Ecuador 2
Paraguai	3-Peru 1
Brasil	2-Chile 1
Chile	1-Ecuador 0
Brasil	5-Colômbia 0
Bolívia	3-Uruguai 2
Uruguai	2-Colômbia 0
Colômbia	1-Chile 1
Uruguai	2-Paraguai 1
Uruguai	2-Colômbia 2
Brasil	7-Peru 1
Paraguai	4-Chile 0
Peru	3-Uruguai 0
Brasil	5-Uruguai 0
Paraguai	7-Bolívia 0
Ecuador	4-Colômbia 3
Peru	3-Uruguai 3
Bolívia	4-Colômbia 0
Chile	3-Uruguai 1
Paraguai	3-Brasil 1

Fluminense e Tijuca, invictos

O Campeonato Inter-Clubes de Tênis, da quarta classe de cavaleiros, apresenta o Fluminense e Tijuca como líderes invictos, esperando-se, por isso, um desfecho interessante para o choque decisivo. Nos últimos jogos verificaram-se estes resultados:

Fluminense "A" — 5; Calças "B" — 0; Tijuca "A" — 3; Independência — 2; Calças "A" — 3; Vasco "B" — 2, e Vasco "A" — 3; Fluminense "B" — 2.

Partem os colombianos

Regressarão, hoje, ao seu país, os membros da delegação da Federação Colombiana de Futebol ao Campeonato Sulamericano. O delegado, sr. A. Jaramillo, permanecerá nesta capital até o fim da semana.

Ingressos para o jogo Brasil x Paraguai

Os ingressos para o jogo desta noite, entre Brasil e Paraguai, serão postos à venda a partir das 8,30 horas, no "hall" do Cineas e na bilheteria do Teatro Carlos Gomes.

Nunca a seleção brasileira precisou tanto do auxílio da torcida

A maldosa idéia de "marmelada" não pode ter partido de torcedores conscienciosos

Depois do sério contratempo de domingo, o selecionado brasileiro voltará hoje a campo para decidir, com o "scratch" paraguai, o XVI Campeonato Sulamericano de Futebol.

Nunca um quadro nacional precisou tanto do auxílio da torcida. Jamais se viu uma equipe brasileira necessitar tanto do estímulo dos torcedores, sempre amigos e dispostos a colaborar para o triunfo de nossas cores em competições com selecionados estrangeiros.

A decepção de domingo foi grande. Portanto, não nos detenhemos em reexaminá-la. Basta-nos o desapontamento sofrido. Agora, unamo-nos todos em torno do nosso selecionado e, com entusiasmo e fé em seus destinos, concorramos com os nossos aplausos, com os nossos gritos, para fazer com que ele recupere o terreno perdido e possa, esta noite, assinalar uma vitória sensacional sobre o bravo conjunto paraguai, vitória que possa ressarir os erros de domingo e deixar o brasileiro do



Alguns dos "cracks" do Arsenal, fotografados no aeroporto Santos Dumont: — Ian Mc. Pherson, ponta-direita; George Suidin, guardião; Laurie Scott, zagueiro-direito; Ronnie Rook, centro-avante; Don Roper, ponteiro-direito, e Reg. Lewis, centro-avante.

Chegam ontem a esta capital os primeiros elementos da delegação do Arsenal F. C., de Londres, que, a convite do Botafogo, realizarão uma temporada em nosso país. «The Gunners» — os metralhadores — como são chamados, tiveram carinhosa recepção. No aeroporto do Galeão encontravam-se Carlos Martins da

Whittaker, o «manager» da equipe, esboçou um sorriso, ao saltar, e foi dizendo:

«Agora, sim, tenho a certeza de que jogaremos no Brasil. Eram tantos os convites que pensei que não viríamos, ainda desta feita. Depois, em rápida palestra, referiu-se a William Dodgin, técnico do Southampton:

«Tom Whittaker, o treinador, W. Milne, e dez jogadores, que são: George Suidin, guardião; Laurie Scott, zagueiro direito; L. Smith, zagueiro esquerdo; A. Daniel, centro-médio; Ian McPherson, ponta-direita; Don Roper, ponta direita; Ronnie Rook, centro-avante; Reg Lewis, centro-avante; D. Lishman, meia-esquerda, e Tom Vallance, ponta esquerda.

ORDENS DO D.A.C.

O tempo, no Galeão, era curto para o repórter. Fomos para o aeroporto Santos Dumont. Era necessário colher mais detalhes sobre o Arsenal. Mas, qual! Uma ordem absurda, hostil aos jornalistas, que diziam ter partido do diretor da Aeronáutica Civil, proibindo a entrada da reportagem. Ordem do diretor... Está certo. Mas a ordem era cumprida a dois pesos e duas medidas. A reportagem do rádio tinha ingresso, os fotógrafos, também. Só os jornalistas não tinham ingresso no recinto de desembarque da Estação de Hidros! Que coisa dolorosa é a burocracia cá por nossas bandas!... Como se expedem ordens extravagantes, principalmente contra os jornalistas!...

Mas, vamos adiante. Chegamos à Estação de Hidros, os membros da delegação eram, pouco depois, desembarcados e seguíam, acompanhados dos dirigentes do Botafogo, para o Luxor Hotel. Para lá seguia, também, a reportagem, hospedada por uma «kase» do diretor da Aeronáutica Civil.

TRES VEZES CAMPEAO PELO HUDDERSFIELD

O «manager» Tom Whittaker, em palestra, disse ter sido três vezes campeão pelo clube Huddersfield. Relativamente aos jogos em nosso país, escusou-se de fazer comentários, dizendo apenas: «Espero que a equipe do Arsenal agrade ao público brasileiro».

O MAIS VELHO

O mais velho elemento da equipe do Arsenal é o centro-avante Ronnie Rook, que conta 35 anos. O mais moço é o centro-médio A. Daniel, com 20 anos. A idade dos demais jogadores é a seguinte: Suidin, guardião, 33 anos; L. Scott, 27; Smith, 25; McPherson, 28; Lewis, 27; Roper, 26; Lishman, 23; Vallance, 24; Platt, guardião, 25; Waden, 28; Barnes, 26; Field, 27; McCaulay, 31; e J. Logie, 27.

OS QUE FALTAM

Além dos membros da diretoria, deverão chegar amanhã os restantes jogadores, que são: E. Platt, guardião; J. J. Waden, médio-direito; W. Barnes, zagueiro direito; A. Forbes, médio-direito; A. Fields, centro-médio; A. McCaulay, médio-esquerdo; e J. Logie, meia-direita.

TREINARAO HOJE

Os elementos ontem chegaram treinando esta tarde no campo do Botafogo. Realizaram uma exercício leve, cujo início está marcado para as 16 horas.

NAO QUEREM JOGAR NO CHILE

Além dos convites do Uruguai e Argentina, para exibição do Arsenal naqueles países, recebeu o Botafogo um da Federação Chilena de Futebol. Os dirigentes do Arsenal, porém, recusaram no alegando que os jogadores poderiam estranhar a altitude em que se dá o jogo.

HOJE, A NOITE, EM SAO JANUARIO

Os membros da delegação do Arsenal serão hoje, à noite, apresentados ao público carioca, no estádio de São Januário, acompanhados por Carlos Rook, Ademir Bebbiano, Nelson Cintra, etc.

Sampaio x América, Vasco x Carioca e Grajaú x Riachuelo

Os jogos desta noite, pelos campeonatos de basquetebol das 2.ª e 3.ª divisões

Pelos campeonatos de basquetebol da segunda e terceira divisões, serão realizados, hoje, à noite, os seguintes jogos:

Sampaio x América — Quadra do Sampaio A. C.; Juizes — Noll Coutinho e Arovaldo Paiva; cronometrista — Carlos Soares do Couto; apontador — José Guitó S. Filho; e delegado — Luis Lins Vasconcelos.

Vasco da Gama x Carioca — Quadra do Vasco da Gama; Juizes — Nel Sodré e Milton M. Duarte; cronometrista — José Moutinho; apontador — Adolfo P. Filho; e delegado — César dos Santos.

Grajaú x Riachuelo — Quadra do Grajaú; Juizes — Joaquim Oliveira Silva e Valtêr S. Machado; cronometrista — Artur Perez; apontador — Armando Coelho; e delegado — Hélio Q. Nogueira.



PRALERNOBONDE

Não poderia ter sido mais chocante a alevisia lançada sobre o resultado do jogo de domingo, entre os selecionados brasileiro e paraguai. Não sabemos como é possível isso longe com a maledicência. «Marmelada» houve, sim, mas na cabeça daqueles que maliciosamente lançaram a calúnia. Como se pode dar curso a uma verdade tão grande, sem base alguma nos fatos? O nosso quadro não teve a atuação que se esperava, técnica brasileira, não fazendo substituições imprescindíveis, mas tudo isso é aceitável em futebol, sem que seja preciso recorrer-se a mentiras e à calúnia. Como pode haver «marmelada» num jogo em que o quadro acusado, embora jogando «pedras», leva duas bolas nos pés da meta? Esqueceria que essas duas bolas entrassem para que os brasileiros ganhassem a partida. A «nota oficial» da C.B.D. reflete bem a justa indignação de seus dirigentes, porque, convenhamos, é muito doloroso, para homens honestos e de responsabilidade dentro e fora do esporte, ouvir acusações tão graves à sua honrabilidade. São acreditamos na existência da «marmelada» dentro do crânio de certos indivíduos... Há anos, também acusaram o Fluminense de «marmeladas» numa partida em que o ataque tricolor havia perdido três bolas nas travessas. Ora, francamente: é ter muita imaginação e pouca inteligência para conclusões tão positivas.

Chegu, ontem, a primeira turma do famoso Arsenal. O movimento, à tarde era grande, porque muitos esportistas e jornalistas procuravam avistar-se com os integrantes do célebre quadro de Whittaker, por onde passava o gênio futebolístico de Chapman. Domingo, o poderoso conjunto estreará contra o Fluminense. O Arsenal virá a lutar o que é futebol inglês de primeira classe e há de fazê-lo, a despeito de certas condições desfavoráveis, com o clima e o chão duro do campo, etc. Confiamos na equipe das Lanças e estamos certos de que ela, mesmo que não repita a sensacional vitória que conquistou sobre o Southampton, dará aos ingleses boa conta do que pode fazer o futebol brasileiro. O Arsenal está aí, pela meta. Hoje deverá vir a segunda turma. Esperamos o público brasileiro para assistir bom futebol, depois dos jogos medíocres que o sulamericano lhe ofereceu.

Os uruguaios não foram felizes no XVI Campeonato Sulamericano de Futebol. Mesmo trazendo uma equipe que não representa o seu poderio futebolístico, mereciam melhor colocação final. Tiveram, porém, que lutar contra as arbitragens deficientes. Em certos jogos perdidos pela seleção uruguia, verificou-se justamente que deveria ter triunfado porque jogara melhor. Segundo impressões colhidas por assistentes do jogo com os chilenos e transmitidas a este jornal, o árbitro Mario Gardelli teria prejudicado profundamente os uruguaios adotando critérios confusos, quais somente serviriam para beneficiar os andinos. Infelizmente, este sulamericano também contou, como os anteriores, com juizes ainda pouco maduros para peladas de responsabilidade. E os uruguaios, que tão corretos foram com os brasileiros, enviando no Rio uma representação de futebol, apesar da greve que perturbava sua vida futebolística, foram, desgrazadamente, os mais perseguidos pela má sorte e pelas más arbitragens. Não há de ser nada, amigos orientais! As boas ações, as ações dignas, nunca são perdidas. Vocês não serão humilhados pelos revessos sofridos, mas exaltados pelo respeito que demonstraram à palavra empenhada!

Joné BRIGIDO

Protesto do esporte filipino

MANILA, 10 (A. P.). — Foi apresentada ao Congresso uma proposta de resolução pela qual os Filipinos boicotarão, por todos os modos possíveis, os Jogos Olímpicos de Melbourne, de 1956, em sinal de protesto contra a exclusão de imigrantes asiáticos na Austrália.

ESTOJO KERN

Vendo-se desastrosa, típica de árbitros e outros jogadores, o jogo de basquetebol, realizado no dia 10, no ginásio de São Januário, sob a presidência de Carlos Rook, Ademir Bebbiano, Nelson Cintra, etc.

Dr. Eurico Costa VIAS URINÁRIAS
Tratamento moderno, pelo calor.
Aparição em norte-americana.
Rodrigo Silva, 30 - R. - 22.850.

BANCO DO BRASIL S. A.

RELATÓRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1948, APRESENTADO AOS AÇIONISTAS NA ASSEMBLÉIA DE 29 DE ABRIL ÚLTIMO

INTRODUÇÃO

O ano de 1948, mais do que qualquer outro, foi marcado pela execução da política econômica-financeira do Brasil, permitindo que se tornassem evidentes os sinais de recuperação econômica do país.

Após o decurso de três anos de vigência dessa política, justo é lembrar a situação que se teve de enfrentar no atual Governo, em janeiro de 1948, época do início de sua gestão.

Durante o ano de 1945 muito se tinham agravado os danos econômicos, financeiros e sociais do mal inflacionista que, a partir de outubro de 1930, acometiera a Nação.

No período decorrido entre 1930 e 1945, portanto 15 anos, sofrera o meio circulante um acréscimo de 17.535 milhões de cruzeiros.

O potencial monetário ascendente de 5.200 milhões de cruzeiros, em 1930, a 41.490 milhões de cruzeiros em 1945; tomando-se 1930 = 100, seu índice chegara a 789.

O índice do custo da vida, na base 1930 = 100, elevava-se a 267. As sucessivas emissões de papel-moeda, que se fizeram através da Carteira de Redescontos, cujo regulamento sofreu reiteradas modificações no sentido de lhe atenuar a rigidez de funcionamento, provocaram forte depreciação da moeda e, em consequência, todos os desajustamentos econômicos e sociais próprios da inflação.

A Carteira de Redescontos constituía, depois de 1930, a máquina cuja produção, até 1945, mais avolumara a inflação monetária. Em vez de agir como mecanismo de fomento à produção, passaram a funcionar, em virtude das sucessivas alterações de seu regulamento, como aparelho propulsor de especulações.

De 1930 em diante, até 1945, a Carteira de Redescontos operava em redescontos bancários sem qualquer restrição. Por terem essas operações provocado emissões sucessivas de papel-moeda, a situação financeira do país, agravada pelo aumento de produção, agravava-se o desequilíbrio econômico do país.

Pode ser avaliada a situação econômica-financeira do país, em 1946, pela declaração feita pelo Governo Ditatorial, em 2 de fevereiro de 1945, através da exposição de motivos do seu eminente ministro da Fazenda, justificando a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito. Nessa exposição o ministro da Fazenda afirmava peremptoriamente que:

...a inflação, em sua obra de desorganização da ordem econômica, estava criando uma situação caótica, impossível de controlar.

Tal afirmação apareceu em fevereiro de 1945, mas, até 29 de outubro do mesmo ano, a situação fora se agravando a passos largos, de modo que ao atual Governo, no início de sua gestão, a 31 de janeiro de 1948, em meio a crise econômica, financeira e social, encontrou-se com a situação de inflação monetária, agravada pelo aumento de produção, agravava-se o desequilíbrio econômico do país.

Em 1947, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

conjurar os perigos dessa gravíssima situação, gerada pelos fatos contínuos das emissões de papel-moeda e a expansão imoderada do crédito bancário. Para corrigir o desequilíbrio econômico existente foi adotada uma política econômica-financeira cuja execução teve de enfrentar os maiores obstáculos. Surgiu, logo, a oposição de determinadas forças, oriundas de grupos, cujo poder econômico muito se havia acrescido à sombra da inflação, com o sacrifício da maioria da população, empobrecida pela redução do seu poder de compra, consequente à contínua depreciação da moeda.

Valeu essa política corrigir os efeitos da inflação sem, entretanto, concorrer para qualquer depressão econômica.

Considerando o ritmo em que se vinha processando a inflação monetária e as suas repercussões econômicas, sociais e financeiras, não será difícil apreciar as dificuldades que se apresentaram ao Governo, na execução de sua política anti-inflacionista.

Foi constante preocupação dos executivos dessa política afastar os fatores que pudessem contribuir para qualquer depressão econômica e ocasionar o desemprego. Por isso evitaram a deflação e não reduziram a circulação monetária.

O Banco do Brasil não fez deflação de crédito, mas submeteu-o a controle técnico visando a sustentar as emissões de papel-moeda, no mesmo nível o volume total dos empréstimos, pois, extinguindo-se os concedidos aos setores de especulação, foram as quantias assim liberadas dirigidas para aplicações nos setores de produção de bens de consumo. Não obstante todos os esforços, em 1948, a situação financeira do país, agravada pelo aumento de produção, agravava-se o desequilíbrio econômico do país.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

Em 1948, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômica-financeira. A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre a produção, a situação econômica e social do país estava se tornando cada vez mais crítica.

nas. Substituiu intenso o movimento de mercadorias.

A percentagem do aumento de consumo de energia elétrica, considerando-se globalmente São Paulo e Rio, que, em 1946, fora de 3,6%, em relação ao ano de 1945, subiu para 10,2%, em 1947.

Relativamente a 1945, o aumento de consumo de energia foi de 33%.

Em 1948, o consumo alcançou 1.505.743.085 Kw/h; em 1946, a 2.004.943.297 Kw/h.

A execução orçamentária, no exercício de 1947, encerrou-se com um superávit de 460 milhões de cruzeiros.

Em 1948 acentuou-se a melhoria da situação econômico-financeira. O Banco do Brasil continuou a financiar normalmente as safras dos principais produtos do país, prestando ampla assistência financeira, não só aos produtores, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, como aos comerciantes, pelas Cartas de Crédito Geral, dentro das prescrições regulamentares pertinentes a cada espécie de operação.

Não obstante esse amparo às atividades econômicas da Nação, iniciaram os adversários da política econômico-financeira do Governo, em princípios de 1948, uma campanha em torno de ilimitada crise bancária e de escassez de numerário. A sangrada dos observadores econômicos, entretanto, não passaram despercebidos certos aspectos dessa campanha que se desenvolveu com pertinência em vários setores do campo econômico-financeiro do país.

Embora todas as críticas feitas à execução da política econômico-financeira do Governo tivessem sido minuciosamente respondidas, através do anterior Relatório do Banco do Brasil, persistiram, contudo, os adversários no afã de propagar as mesmas acusações. Por ser a política do Governo a de combate à inflação, não se tem com ela conformedade os inflacionistas e, por isso, tentam invalidá-la por todos os meios.

A vozaria feita em torno da escassez de numerário consistiu apenas mais uma etapa da campanha de propaganda inflacionista contra o Governo, para forçá-lo a emitir largamente, favorecendo assim as especulações e os lucros excessivos de uma minoria de privilegiados, com o sofrimento atroz da maioria do povo brasileiro que vive de salários baixos e de rendimentos fixos.

A situação assemelhou-se muito a uma outra que se formou, em meados de 1947, provocando o clamor de certa imprensa contra a política do Governo ante a iminente debacle econômica da Nação. Também, naquela época, clamava pela emissão de papel-moeda para evitar a aniquilação da economia brasileira, e ergueram-se, até, vozes inflacionistas no Congresso advertindo o Governo e pressagizando o colapso econômico do país.

Entretanto, o ano de 1947 se findou com superávit orçamentário, num situação de pleno emprego e de prosperidade para a economia brasileira. A campanha de 1948 surgiu com um clamor em vão a da "escassez de numerário" e apelos a emissões de papel-moeda como providência salvadora.

Procurou-se, mesmo, fazer publicidade sobre os benefícios das emissões de papel-moeda, chegando até ao paradoxo de afirmar que, para o combate à inflação, mister se tornava emitir largamente, visto só assim se conseguir-se o aumento da produção.

Assaguravam, ainda, os inflacionistas que, mediante o aumento da emissão de papel-moeda, por novas emissões de papel-moeda, se conseguiria absorver o excesso dos meios de pagamento!

Em maio de 1948 atingiu o auge o clima dessa campanha e contra o Banco do Brasil deflaram os adversários ataques, proclamando o fim da política de crédito provida de que essa política de restrições está sendo abandonada.

O país ainda atravessa um período de expansão econômica, embora haja algumas opiniões acerca do declínio das construções. Para um observador, o montante das construções no Rio de Janeiro e São Paulo é ameaçadoramente muito maior do que em qualquer país europeu ou nos Estados Unidos. Os preços dos imóveis são facilmente elevados.

Embora haja muitos comentários a respeito do fim do boom de construções, é duvidoso se, de fato, os investimentos diminuirão.

A providência capaz de restringir os investimentos é a limitação drástica do crédito, comprometendo-se a aumentar o crédito agrícola, através do Banco do Brasil. Não há dúvida que o financiamento da produção agrícola e seu escoamento é duvidoso, dispendioso e praticamente impossível nos pequenos produtores, mas, apesar disso, expectativa é a de que o Banco do Brasil conceda créditos de cerca de um bilhão e meio de cruzeiros com esse objetivo.

Em virtude de ser isso desejável e mesmo necessário, devido ao efeito favorável sobre a produção e distribuição de renda, o Banco do Brasil deve, por parte inflacionista, dessa política.

Proveja tal atitude dos dirigentes do Banco do Brasil do fato de presumirem eles não poder haver inflação se os créditos forem a prazo curto e destinados realmente à produção.

Defensores, intimamente, mostram que um crédito à agricultura liberar recursos para outros investimentos.

Um nível de crédito bancário permanentemente alto, visto que o Brasil é um país agrícola, não é uma situação de crise econômica, mas, ao contrário, é uma situação de prosperidade.

De mais em mais, a situação econômica e a abundância das safras tornam muito favorável a perspectiva futura.

Para acudir com maior amplitude às legítimas necessidades de crédito do país, convém ao Banco do Brasil a toda a sua atividade financeira, financeira e política.

Os algarismos seguintes esclarecem o assunto:

EXPORTAÇÃO DE MILHÃO DE TONELADAS

1945 188 255
1946 123.016 153.336
1947 166.046 245.369
1948 110.961 183.632

De mais em mais, a situação econômica e a abundância das safras tornam muito favorável a perspectiva futura.

Para acudir com maior amplitude às legítimas necessidades de crédito do país, convém ao Banco do Brasil a toda a sua atividade financeira, financeira e política.

Muitas Agências tinham deixado de atender operações de desconto de duplicatas, com comprovantes de entrega, das mercadorias, e de títulos sobre praças importantes, com garantia de conhecimentos de embarque de produtos essenciais, em virtude de se acharem esgotados os seus limites de operações.

Não poderia, portanto, o Banco do Brasil deixar ao desamparo a economia brasileira, em tal conjuntura, e por isso, deliberou elevar esses limites.

Principalmente em São Paulo, com o maior volume da produção, criou-se um aumento irreprimível de negócios, impossível de ser detido pelos Bancos, visto serem comercialmente irrecusáveis; todas as operações eram legítimas e havia, em contrapartida, a garantia de produtos acabados.

Os títulos descontados sobre Santos tinham a garantia de conhecimentos de café na base de Cr\$ 300,00 por saca.

Entretanto, o aumento de 40% nas margens de aplicações de 40% nas Agências do Banco do Brasil, não obstante haver produzido evidentes benefícios à economia brasileira, foi vivamente criticado nos meios técnicos do exterior e alguns economistas estrangeiros, em visita a nosso país, o consideraram providência de caráter inflacionista.

Arduo tem sido o esforço do Banco do Brasil em proveito da economia brasileira, mas, infelizmente, os seus críticos muitas vezes se recolhem em gabinetes de estudo fechados e, afastando-se da realidade, se delectam em argumentar situações que só podem existir abstratamente.

Muitos estrangeiros visitam o Brasil com o intuito de, daqui para a frente, convencerem de terem conhecido todos os problemas. Nem sempre esses ilustres visitantes se abstêm de informações em fontes puras e, por isso, frequentemente assistimos à propagação no exterior de rumores tendenciosos que geram clima de desconfiança e perseguições judiciais ao país.

Por ser a verdade a representação da realidade, não precisa de propaganda; impõe-se por si própria.

Assim sendo, esperamos que, com o decorrer do tempo, essa verdade se imponha espontaneamente a todos os observadores imparciais da situação econômico-financeira do Brasil.

Em fins de dezembro, visitou nosso país eminente financista estrangeiro, acompanhado de três competentes assessores técnicos, despendendo importantes esforços em uma grande instituição de mundo mundial e da qual faz parte o Brasil.

Depois de estudar a situação brasileira, elaboraram esses técnicos um relatório preliminar, do qual vamos destacar alguns pontos, relativos a apreciações econômicas da política econômico-financeira do Governo.

Em 1948, o ano de 1948 foram veementes as reclamações contra a política de crédito do Banco do Brasil, que os reclamantes consideravam deflacionista e altamente prejudicial aos interesses da economia brasileira.

Agora, entretanto, os peritos estrangeiros, ao examinarem a situação do país, declaram que a política de crédito do Banco do Brasil tem sido excessiva e aconselham providências drásticas.

Consideram perigoso o aumento de crédito agrícola e criticam o Banco do Brasil por estar, assim, concorrendo para a inflação.

Durante o Relatório dos peritos estrangeiros os seguintes tópicos:

«O princípio do novo Governo não se preocupou com os perigos da inflação e instituiu uma política de crédito e financeira rigorosa, que, se não extinta, não se poderia razoavelmente esperar a continuação dessa política seria, de fato, um grande acontecimento. Há várias indicações de que essa política de restrições está sendo abandonada.

«O país ainda atravessa um período de expansão econômica, embora haja algumas opiniões acerca do declínio das construções. Para um observador, o montante das construções no Rio de Janeiro e São Paulo é ameaçadoramente muito maior do que em qualquer país europeu ou nos Estados Unidos. Os preços dos imóveis são facilmente elevados.

Embora haja muitos comentários a respeito do fim do boom de construções, é duvidoso se, de fato, os investimentos diminuirão.

A providência capaz de restringir os investimentos é a limitação drástica do crédito, comprometendo-se a aumentar o crédito agrícola, através do Banco do Brasil. Não há dúvida que o financiamento da produção agrícola e seu escoamento é duvidoso, dispendioso e praticamente impossível nos pequenos produtores, mas, apesar disso, expectativa é a de que o Banco do Brasil conceda créditos de cerca de um bilhão e meio de cruzeiros com esse objetivo.

Em virtude de ser isso desejável e mesmo necessário, devido ao efeito favorável sobre a produção e distribuição de renda, o Banco do Brasil deve, por parte inflacionista, dessa política.

Proveja tal atitude dos dirigentes do Banco do Brasil do fato de presumirem eles não poder haver inflação se os créditos forem a prazo curto e destinados realmente à produção.

Defensores, intimamente, mostram que um crédito à agricultura liberar recursos para outros investimentos.

Um nível de crédito bancário permanentemente alto, visto que o Brasil é um país agrícola, não é uma situação de crise econômica, mas, ao contrário, é uma situação de prosperidade.

De mais em mais, a situação econômica e a abundância das safras tornam muito favorável a perspectiva futura.

Para acudir com maior amplitude às legítimas necessidades de crédito do país, convém ao Banco do Brasil a toda a sua atividade financeira, financeira e política.

Os algarismos seguintes esclarecem o assunto:

EXPORTAÇÃO DE MILHÃO DE TONELADAS

1945 188 255
1946 123.016 153.336
1947 166.046 245.369
1948 110.961 183.632

litara a manutenção dos investimentos e o crescimento dos preços.

«Além disso, parte do crédito concedido pelo Banco do Brasil à agricultura repercutiu, sob a forma de depósitos, em outros bancos, aumentando a capacidade de concessão de créditos e, por fim, a expansão do crédito agrícola contribuiu para nova inflação.

«A solução que propusemos não foi a de negar novos créditos à agricultura. Sugere-se que o crédito fosse concedido em montante limitado e que o Banco do Brasil reduzisse outros créditos em montante equivalente. Tal política desviaria créditos da indústria e do comércio para a agricultura e seu efeito seria provavelmente anti-inflacionário.

«Temos que as restrições do crédito bancário se expandiram consideravelmente.

«Não podemos deixar de referir este paradoxo: um Governo verdadeiramente desejoso de limitar a inflação e que alcançou algum êxito nessa trilha, está sendo forçado a elevar o nível real dos salários e facilitar os financiamentos à agricultura — a uma política de crédito que somente pode acrescer a inflação.

«Cumpramos evidenciar ao Brasil que para se impedir novos aumentos de preços só existe um meio, que é a redução drástica do crédito.

«Havendo acentuada escassez de crédito também se reduzirá de modo significativo grande volume de investimentos.

«É inegável a importância dos comentários e conceitos transcritos, embora, ao mesmo tempo, revelem a incompreensão do ambiente brasileiro por parte dos eminentes técnicos que subscreveram o Relatório sobre a situação do país.

Generalmente os peritos financeiros são ortodoxos e examinam as situações com muita rigidez, esquecendo-se sempre de computar, em suas apreciações, o fator psicológico, que é importantíssimo.

Uma coisa é estabelecer regras e planos para solucionar problemas econômicos e outra aplicação.

Quase sempre os planos econômicos-financeiros delineados em gabinetes de estudos, onde todos os aspectos dos problemas a resolver são minuciosamente examinados, sofrem decepções quando postos em prática.

São os imponderáveis fatores psicológicos a causa de tantos insucessos.

Quando executa uma política econômico-financeira precisa ter a atenção constantemente voltada para esses fatores, cuja apreensão é muito difícil.

Agir drasticamente em matéria econômico-financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

Nem mesmo nos países de regime totalitário poderá ela ser realizada.

Uma boa política econômico-financeira precisa ter muito definido, mas forçosamente requer a flexibilidade necessária à atenuação de reações desfavoráveis que se possam desenvolver.

Agir drasticamente em matéria econômico-financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

Nem mesmo nos países de regime totalitário poderá ela ser realizada.

Uma boa política econômico-financeira precisa ter muito definido, mas forçosamente requer a flexibilidade necessária à atenuação de reações desfavoráveis que se possam desenvolver.

Agir drasticamente em matéria econômico-financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

Nem mesmo nos países de regime totalitário poderá ela ser realizada.

Uma boa política econômico-financeira precisa ter muito definido, mas forçosamente requer a flexibilidade necessária à atenuação de reações desfavoráveis que se possam desenvolver.

Agir drasticamente em matéria econômico-financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

Nem mesmo nos países de regime totalitário poderá ela ser realizada.

Uma boa política econômico-financeira precisa ter muito definido, mas forçosamente requer a flexibilidade necessária à atenuação de reações desfavoráveis que se possam desenvolver.

Agir drasticamente em matéria econômico-financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

51	513
55	50
124	124
128	128

De bem que as cifras referentes à produção sejam, por si só, suficientes para ajuizar da nossa recuperação econômica, os dados relativos ao consumo aparente são ainda mais expressivos. El-os para alguns produtos básicos:

CONSUMO APARENTE (*)

1.000 TONELADAS

Produtos	1946	1947	1948
Carvão	1.897	1.037	1.234
Cimento	628	651	1.177
Ferro e aço (1)	230	170	400
Papel	186	74	230

Outro elemento de grande significado na análise da normalização do nosso organismo econômico — o sentido de tendência a uma expansão equilibrada — é o crescimento da importação de veículos e embarcações, a cuja escassez tem sido atribuída grande parte dos entraves à recuperação econômica, principalmente no que respecta ao escoamento da produção agrícola para os grandes centros de consumo e distribuição;

IMPORTAÇÕES UNIDADES

Veículos e embarcações	1946	1947	1948
Veículos para estrada de ferro	3.422	2.793	187
Locomotivas	15	15	131
Caminhões, ônibus e semelhantes	4.331	23.313	13.333
Classe para caminhões, ônibus e semelhantes	13.117	33.773	23.671
Embarcações	17	100	50

COMERCIO EXTERIOR

Grupos por classes, eis como

se tem apresentado o nosso intercâmbio mundial, nos últimos três anos:

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO POR CLASSES

a) VOLUME FÍSICO (1.000 TONELADAS)

CLASSES	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
Animais vivos	2	0	0	12	7	3
Matérias primas	1.596	1.785	2.304	3.567	4.935	4.923
Gêneros alimentícios	2.026	1.961	2.320	670	1.030	933
Manufaturas	39	45	34	812	1.189	940
TOTAL	3.663	3.781	4.658	5.061	7.161	6.799

b) VALOR (Cr\$ 1.000.000)

CLASSES	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
Animais vivos	18	3	7	55	45	36
Matérias primas	7.583	8.259	7.985	5.224	4.961	4.891
Gêneros alimentícios	9.284	11.287	12.993	2.494	4.072	3.900
Manufaturas	1.345	1.630	712	7.056	13.711	12.158
TOTAL	18.230	21.179	21.697	13.029	22.789	20.985

c) PREÇO MÉDIO POR TONELADA (CRUZEIROS)

CLASSES	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
Animais vivos	9.415	23.504	22.125	4.420	6.463	9.829
Matérias primas	4.752	4.627	3.465	960	1.005	994
Gêneros alimentícios	4.582	5.785	5.601	3.721	3.952	4.180
Manufaturas	34.147	35.848	21.007	8.689	11.533	12.934
TODAS AS CLASSES	4.977	5.601	4.658	2.574	3.182	3.086

Se confrontarmos o movimento de antes da guerra, perceberemos, nomia nos dois sentidos: polipróno comércio exterior, os reflexos da diversificação de nossa economia.

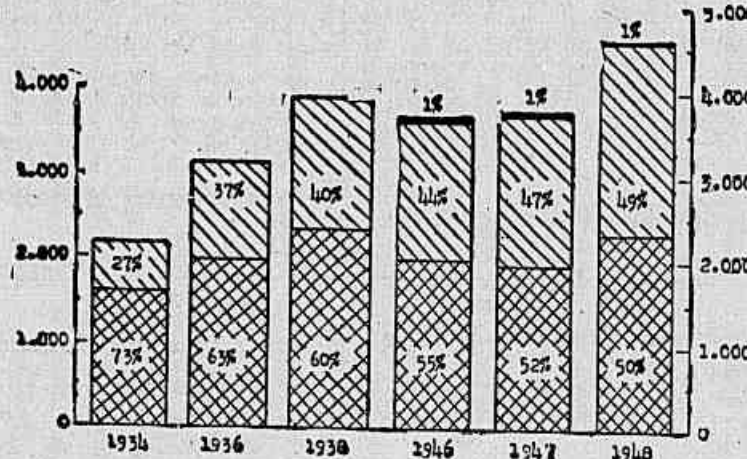
EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS BRASILEIRAS Cr\$ 1.000

ANOS	TECIDOS DE ALGODÃO	OUTRAS MANUFATURAS	TOTAL DE MANUFATURAS	TOTAL GERAL DA EXPORTAÇÃO	% DE MANUFATURAS SOBRE O TOTAL GERAL
1939	29.387	18.167	47.554	5.615.519	0,85
1940	67.904	61.898	129.802	4.960.538	2,62
1941	208.649	160.442	369.091	6.725.646	5,46
1942	797.285	321.329	1.118.614	7.499.556	14,92
1943	1.104.246	613.594	1.717.840	8.728.569	19,68
1944	1.046.193	551.607	1.597.800	10.726.509	14,90
1945	1.396.762	824.561	2.221.323	12.197.510	18,21
1946	703.021	641.821	1.344.842	18.229.532	7,38
1947	1.252.587	377.675	1.630.262	21.379.413	7,70
1948	480.000	232.400	712.400	21.696.874	3,29

EXPORTAÇÃO TONELAGEM Percentuais sobre o total

CLASSE	1934	1936	1938	1940	1942	1948
Matérias primas	27	37	40	44	47	49
Gêneros alimentícios	73	63	60	55	52	50
Manufaturas	0	0	0	1	1	1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

EXPORTAÇÃO 1.000 toneladas



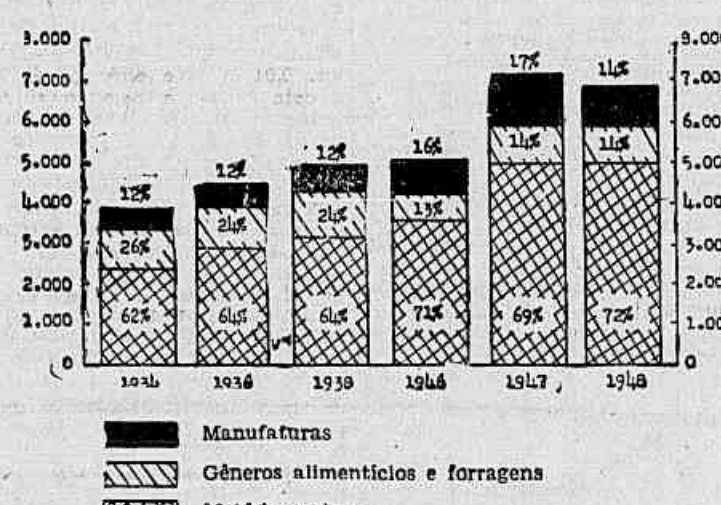
Manufaturas
Matérias primas
Gêneros alimentícios e forragens

Nas importações se vai refletindo a evolução da nossa economia, com o aparecimento dos traços de uma estrutura agro-industrial que, auspiciosamente, começam a apagar os velhos sulcos de uma economia colonial. O aumento da importação de matérias primas, nos últimos anos, reforça essa conclusão.

IMPORTAÇÃO TONELAGEM Percentuais sobre o total

Grupos	1934	1936	1938	1940	1942	1948
Matérias primas	62	5	84	71	68	72
Gêneros alimentícios	25	2	24	13	14	14
Manufaturas	12	11	12	16	17	14
TOTAL	100	100	100	100	100	100

IMPORTAÇÃO 1.000 toneladas



Manufaturas
Gêneros alimentícios e forragens
Matérias primas

O confronto entre a tonelagem e o valor da manufatura importada deixa ver claramente que se trata de uma variedade de artigos de alta qualidade, na qual se inclui elevada parcela de bens duráveis de produção — máquinas, instrumentos, etc. — e materiais semi-manufaturados, destinados a ulterior transformação em nosso parque mecânico-fabril, já apreciavelmente desenvolvido.

Para garantir o suprimento normal desses bens essenciais à nossa economia — nesta fase de consolidação de sua estrutura agro-industrial — a A. C. e o Controle Cambial, através do regime de licença-prévia de importação, instituiu graus de prioridade de obtenção de divisas em consonância com o papel desempenhado pelo produto ou artigo importado, no conjunto da economia nacional.

Nem outro poderia ser o critério de distribuição de câmbio, de vez que a fonte quase única de nossos recursos no exterior é representada pelas exportações, cujo valor, em 1947, mostrava-se insuficiente para fazer face às importações, que decresciam desmesuradamente, de mês a mês.

Felizmente, o saldo do balanço

mercantil, no ano findo, voltou a ser favorável ao Brasil. Ainda que esse saldo tenha sido pequeno (712.000 cruzeiros), o fato não deixa de revelar a vitalidade de nosso comércio exterior, cuja participação no intercâmbio mundial passou de 1,4% em 1938 a 2,4% em 1947.

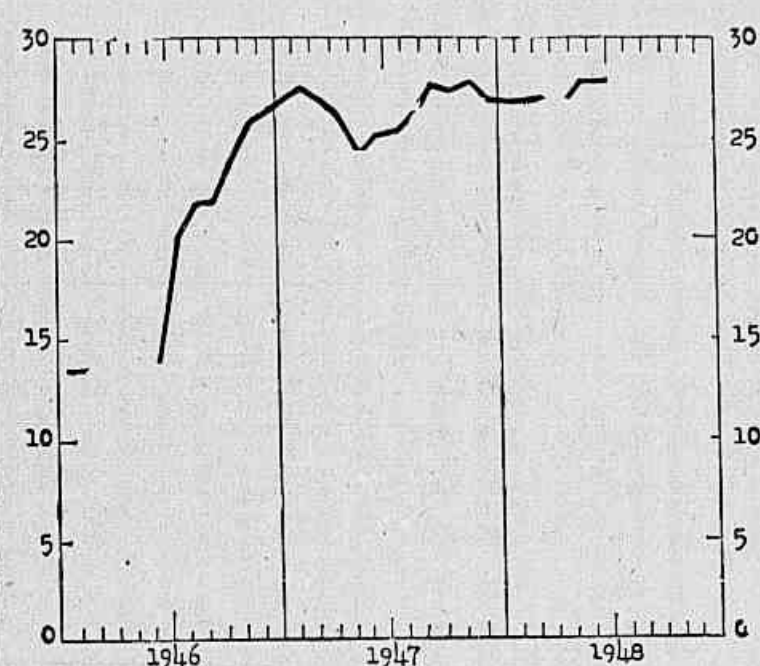
Para esse resultado, contribuiu, com a maior parcela, o café, cujas exportações, em 1948, alcançaram 17.492 mil sacas, na importância de 9.019 milhões de cruzeiros. Esta cifra representa o máximo atingido nos últimos 18 anos, conforme se verifica do quadro abaixo:

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ

1931 a 1948

ANOS	QUANTIDADE (sacas de 60 quilos)	VALOR Cr\$ 1.000
1931	17.850.872	2.347.079
1932	11.935.244	1.823.948
1933	15.459.309	2.052.858
1934	14.146.879	2.114.512
1935	15.328.791	2.156.599
1936	14.185.506	2.231.472
1937	12.122.809	2.159.431
1938	17.112.524	2.296.110
1939	16.498.525	2.834.280
1940	12.045.715	1.589.248
1941	11.052.484	2.017.116
1942	7.280.028	1.965.809
1943	10.111.817	2.802.734
1944	13.555.484	3.879.343
1945	14.172.003	4.260.340
1946	15.504.581	6.441.463
1947	14.830.064	7.755.090
1948	17.492.324	9.018.504

CAFÉ Média de Cotação do Disponível TIPO 4 — SANTOS — Cent. por libra



Fonte: Review of International Commodity Problems — 1948 — United Nations.

Apesar de, para a alta exportação de café em 1948, ter corrido um certo volume de estoques retidos, é lícito concluir que, pouco a pouco, o nosso grande produto de exportação — do qual ainda tanto depende a economia brasileira, a despeito do avanço no caminho da policultura e da industrialização — se vai restabelecendo da crise que vinha sofrendo. E' que o consumo ascendente desse produto nos Estados Unidos, e em quase todos os países da Europa com que temos estreitas relações comerciais, deixa entrever a possibilidade de um apreciável acréscimo da quota brasileira no abastecimento mundial. Para isso seria altamente aconselhável um esforço m-

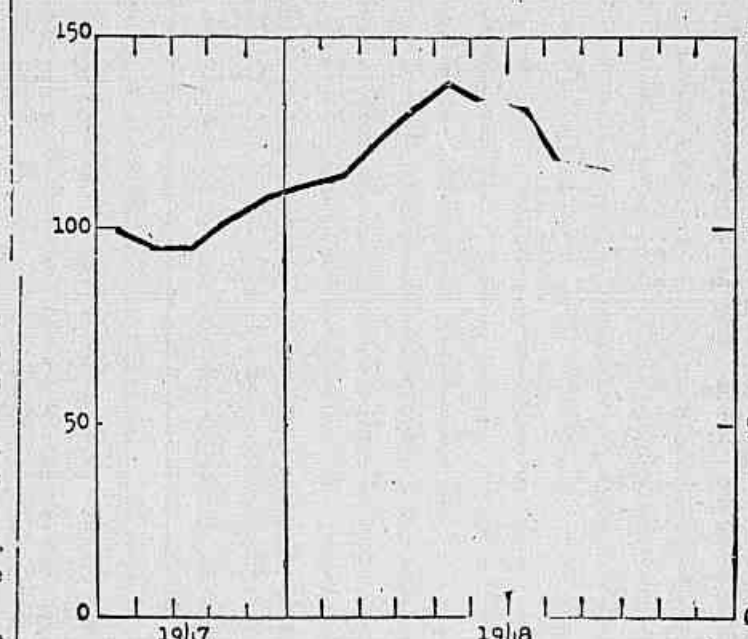
pio no sentido de fazer com que nosso café possa corresponder às exigências do paladar de alguns grandes consumidores, principalmente os Estados Unidos. Nunca será demais repetir que devemos caminhar para o objetivo de expandir a produção de cafés finos, cujos mercados são praticamente garantidos.

O produto de exportação que se segue ao café, em importância, é o algodão, com 239 mil toneladas, no valor de 3.385 milhões. As séries seguintes são expressivas da posição da malvece brasileira nos mercados internacionais:

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO EM RAMA 1914 a 1948

ANOS	TONELADAS	Cr\$ 1.000	PREÇO MÉDIO DA TONELADA Cr\$ 1.000
1914	107.641	657.941	6,205
1940	161.456	1.049.058	6,379
1946	332.762	2.937.584	8,323
1947	255.473	3.070.209	10,770
1948	258.703	3.394.997	13,054

COTAÇÕES DO ALGODÃO Índice composto dos preços médios mensais em alguns mercados (Média 1914/1917 = 100)



Fonte: Review of International Commodity Problems — 1948 — United Nations.

Esses dois produtos — café e algodão — representaram 57% do valor global das exportações do ano passado. Os outros itens, principalmente gêneros alimentícios,

concorreram, se bem que muito distanciados daqueles dois, para que o valor da exportação não fosse alcançado o máximo até hoje registrado em moeda nacional.

EM CRUZEIRO

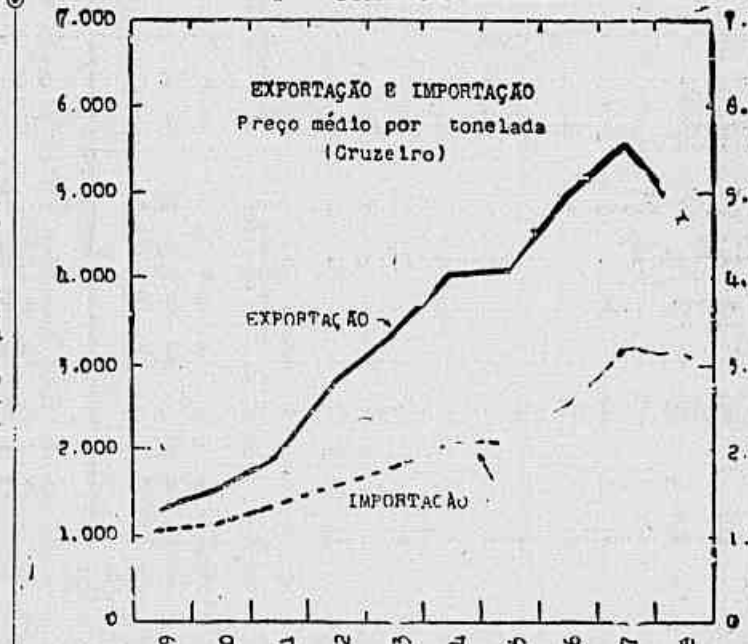
O valor unitário, em cruzeiros, apresenta-se como segue:

PREÇO MÉDIO POR TONELADA EM CRUZEIROS

CLASSES	1934	1936	1938	1940	1942	1948
Animais vivos	1.059	0.231	1.493	0.415	23.504	22.125
Matérias primas	1.454	1.559	1.233	4.232	4.627	3.465
Gêneros alimentícios	1.610	2.550	1.135	4.582	5.785	5.601
Manufaturas	1.401	1.773	1.502	11.517	11.533	12.934
TOTAL	1.533	1.575	1.255	4.977	5.601	4.658

CLASSES	1939	1936	1938	1940	1942	1948
Animais vivos	2.012	2.577	889	4.420	6.463	9.829
Matérias primas	333	433	474	960	1.005	994
Gêneros alimentícios	491	833	703	3.721	3.952	4.180
Manufaturas	2.601	3.790	5.034	8.689	11.533	12.934
TOTAL	631	655	1.057	2.574	3.182	3.086

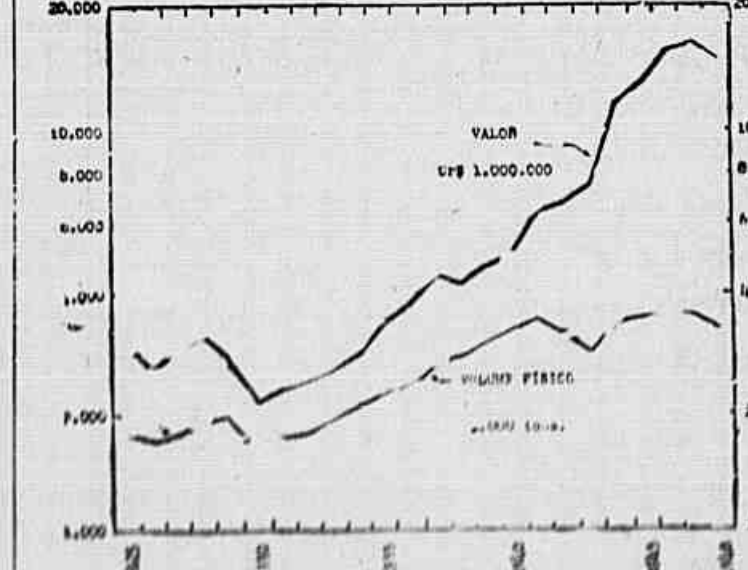
3 — COMERCIO INTERNO



Cumprido o dever de apontar a diminuição do preço da tonelada exportada em 1948, contribuíram a queda dos preços de certas matérias primas e o aumento impressionante dos embarques de minério de ferro, que passaram de 197 mil toneladas, em 1947, a 600 mil no ano passado. Produto primário de baixo valor, é evidente que sua quantidade havia de influir, fortemente, para o decréscimo do valor unitário da exportação, em seu conjunto.

Compensando a baixa das cotações de um certo número de matérias primas, os preços e a procura de café, algodão, cacau e arroz, por exemplo, levam-nos a admitir que os valores das exportações deste ano e, possivelmente, dos imediatos, deverão ser aproximadamente os mesmos de 1948 ou, talvez, algo mais elevados.

COMERCIO E CABOTAGEM



Terceira Seção — Quarta Página

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Não somente a tonelagem ea ro é significativa do desenvolvi- mento do mercado interno, mas também a própria composição des- se comércio demonstra que as re- giões brasileiras se vão vinculan- do através da cabotagem e tenden- do a uma definida integração econô- mica.

COMERCIO DE CABOTAGEM

TONELADAS

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS	1945	1946	1947	1948 (JAN. A OUT.)
Açúcar	414.947	432.213	361.681	326.963
Algodão em rama	40.907	67.163	55.827	65.950
Arroz	119.134	134.510	135.406	175.091
Banha de porco	31.040	27.119	28.351	26.822
Bebidas	68.999	70.580	63.692	48.709
Borracha	15.670	24.187	28.635	22.977
Café	36.533	59.831	46.463	28.832
Carne seca	51.511	58.649	62.936	50.977
Carvão de pedra	509.740	429.829	472.580	504.836
Cimento	62.028	35.050	27.715	41.482
Farinha de trigo	161.308	12.163	40.517	45.563
Frutos oleaginosos	26.037	38.674	34.315	37.800
Gasolina	75.466	102.956	120.523	138.456
Lã em bruto	8.490	11.554	6.929	7.312
Madeiras	331.814	388.885	326.600	271.404
Manufaturas de ferro e aço	65.083	69.711	74.765	104.945
Manufaturas de louça e vi- dro	26.159	30.492	36.167	25.289
Óleos vegetais	12.063	14.443	10.822	12.161
Papel	42.791	41.823	41.470	33.705
Pele e couros	19.741	18.500	11.634	11.710
Produtos químicos e far- macêuticos	45.649	46.383	37.408	30.295
Sal para uso industrial	328.573	413.597	426.947	433.168
Tecidos de algodão	33.221	36.067	26.350	30.420
Outros produtos	864.970	958.833	876.005	760.954
TOTAL	3.331.874	3.523.215	3.353.738	3.235.821

Norte, Centro e Sul vão, atra- vés da troca de seus produtos típi- cos, contribuindo para a forma- ção de um grande mercado, con- dição preciosa de uma industria- lização de maior envergadura.

Apesar de os produtos prima- rios concorrerem com toneladas mais importantes, como, aliás, era de esperar, em valor as manufa- turas estão representadas destaca- damente.

Vamos, assim, ampliando a pro- cura de nossa produção fabril, que deve encontrar, dentro das fron- teiras, o seu principal consumidor. Eis os quadros do comércio in- terregional, por via marítima, nos primeiros dez meses do ano findo:

COMERCIO DE CABOTAGEM

JANEIRO — OUTUBRO

Cr\$ 1.000.000

REGIÕES	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	1947	1948	1947	1948
Norte	891	904	1.127	1.088
Nordeste	2.648	3.108	2.792	3.562
Leste	4.053	4.820	4.585	5.285
Sul	5.269	6.063	4.356	4.958
Centro-Oeste	—	—	1	2
TOTAL	12.861	14.895	12.861	14.895

JANEIRO — OUTUBRO DE 1948

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS	TONELADAS	Cr\$ 1.000
Tecidos de algodão	30.420	1.693.754
Açúcar	326.963	823.124
Carne seca ou charque	50.977	490.754
Borracha	22.977	163.595
Algodão em rama	65.950	766.592
Banha de porco	26.822	434.058
Produtos farmacêuticos	8.562	344.470
Gasolina	138.456	418.657
Arroz	175.091	567.882
Máquinas agrícolas	16.628	526.323
Pinho	148.147	166.956
Pele e couros	11.710	283.923
Fumo em folhas	18.723	166.265
Café em grão	28.832	150.875
Farinha de trigo	45.563	254.088
Outros produtos	2.120.000	7.344.362
TOTAL	3.235.821	14.895.082

Embora os números supra sejam suficientes para ilustrar a expan- são do âmbito interno de troca, cumpre considerar que o comér- cio de cabotagem — por muito ex- teso que seja na vida do país — tem representado cerca de instabi- lidade da economia nacional.

COMERCIO POR VIAS INTERNAS

ANO	1.000 TONELADAS	Cr\$ 1.000.000
1943	6.237	10.803
1944	6.732	11.728
1945	6.919	12.552
1946	6.674	12.459
1947	6.587	12.208
1948	7.022	12.428

Se levarmos em conta que os da- dos anteriores devem estar aquém da realidade, devido à natural di- ficuldade do registro estatístico de todos os transportes por vias in- ternas, chega-se à conclusão de que o intercâmbio, dentro das fron- teiras, deve ter girado em torno de cifras bastante superiores às que figuram nos quadros oficiais publicados. Todavia, nunca se deve perder de vista que o comércio exterior é fator ponderável na intensidade das trocas internas.

4. MOEDA E CRÉDITO

a) Moeda Circulante
As estatísticas do papel-moeda em circulação acusam, sobre 1947, um acréscimo de 1.298 milhões de cruzeiros, como se evidencia no quadro abaixo, onde vemos, resumido, o movimento das emis- sões e dos resgates verificados em 1948:

RECEITAÇÃO	Cr\$ 1.000	
	EMISSÃO	RESGATE
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1948 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1948	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1947 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1947	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1946 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1946	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1945 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1945	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1944 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1944	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1943 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1943	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1942 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1942	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1941 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1941	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1940 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1940	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1939 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1939	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1938 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1938	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1937 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1937	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1936 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1936	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1935 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1935	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1934 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1934	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1933 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1933	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1932 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1932	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1931 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1931	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1930 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1930	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1929 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1929	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1928 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1928	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1927 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1927	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1926 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1926	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1925 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1925	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1924 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1924	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1923 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1923	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1922 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1922	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1921 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1921	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1920 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1920	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1919 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1919	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1918 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1918	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1917 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1917	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1916 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1916	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1915 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1915	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1914 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1914	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1913 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1913	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1912 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1912	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1911 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1911	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1910 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1910	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1909 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1909	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1908 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1908	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1907 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1907	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1906 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1906	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1905 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1905	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1904 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1904	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1903 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1903	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1902 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1902	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1901 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1901	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1900 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1900	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1899 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1899	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1898 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1898	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1897 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1897	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1896 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1896	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1895 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1895	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1894 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1894	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1893 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1893	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1892 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1892	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1891 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1891	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1890 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1890	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1889 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1889	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1888 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1888	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1887 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1887	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1886 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1886	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1885 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1885	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1884 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1884	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1883 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1883	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1882 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1882	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1881 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1881	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1880 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1880	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1879 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1879	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1878 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1878	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1877 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1877	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1876 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1876	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1875 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1875	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1874 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1874	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1873 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1873	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1872 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1872	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1871 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1871	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1870 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1870	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1869 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1869	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1868 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1868	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1867 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1867	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1866 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1866	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1865 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1865	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1864 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1864	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1863 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1863	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1862 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1862	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1861 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1861	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1860 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1860	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1859 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1859	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1858 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1858	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1857 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1857	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1856 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1856	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1855 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1855	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1854 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1854	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1853 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1853	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1852 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1852	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1851 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1851	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1850 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1850	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1849 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1849	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1848 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1848	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1847 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1847	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1846 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1846	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1845 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1845	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1844 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1844	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1843 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1843	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1842 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1842	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1841 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1841	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1840 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1840	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1839 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1839	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1838 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1838	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1837 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1837	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1836 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1836	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1835 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1835	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1834 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1834	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1833 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1833	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1832 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1832	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1831 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1831	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1830 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1830	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1829 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1829	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1828 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1828	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1827 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1827	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1826 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1826	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1825 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1825	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1824 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1824	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1823 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1823	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1822 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1822	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1821 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1821	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1820 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1820	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1819 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1819	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1818 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1818	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1817 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1817	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1816 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1816	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1815 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1815	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1814 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1814	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1813 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1813	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1812 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1812	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1811 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1811	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1810 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1810	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1809 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1809	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1808 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1808	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1807 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1807	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1806 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1806	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1805 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1805	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1804 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1804	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1803 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1803	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1802 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1802	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1801 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1801	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1800 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1800	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1799 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1799	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1798 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1798	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1797 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1797	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1796 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1796	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1795 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1795	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1794 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1794	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1793 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1793	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1792 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1792	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1791 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1791	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1790 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1790	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1789 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1789	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1788 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1788	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1787 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1787	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1786 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1786	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1785 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1785	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1784 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1784	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1783 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1783	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1782 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1782	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1781 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1781	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1780 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1780	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1779 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1779	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1778 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1778	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1777 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1777	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1776 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1776	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1775 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1775	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1774 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1774	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1773 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1773	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1772 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1772	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1771 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1771	6.587	6.587
Moeda em Circulação — Nota emitida em 1770 — De acordo com a Lei nº 1.000, de 9 de novembro de 1770		

5) Mercado de Valores Mobiliários
As operações sobre valores mobiliários permaneceram pouco ativas no ano de 1948, com exceção dos títulos estaduais, que se movimentaram em ascensão, conforme se observa no quadro abaixo, referente às Bolsas de maior movimento:

TÍTULOS	Cr\$ 1.000.000		VARIAÇÃO	
	1947	1948	Absoluta	%
POBLICAÇÃO	948	1.217	+ 269	28
Federal	586	806	+ 220	31
Estaduais	312	775	+ 463	148
Municipais	50	36	- 14	28
PRIVADAS	876	867	- 9	1
TOTAL	1.624	1.884	+ 260	16

Refletindo a situação geral, damos, a seguir, o movimento das principais Bolsas de Valores do País

BOLSAS	Cr\$ 1.000.000		VARIAÇÃO	
	1947	1948	Absoluta	%
RIO DE JANEIRO	816	627	- 189	23
SÃO PAULO	759	1.194	+ 435	57
PORTO ALEGRE	27	37	+ 10	37
RECIFE	16	16	-	7
SANTOS	6	10	+ 4	37
TOTAL	1.624	1.884	+ 260	16

Vemos que a Bolsa do Rio de Janeiro, em cujas transações os títulos estaduais, normalmente, representam modesta percentagem, registrou queda ponderável, ao passo que os dos Estados — influenciados por maiores negócios em valores dessa natureza — ofereceram relativa expansão, mais acentuada na de São Paulo, onde as transações sobre aqueles títulos atingiram 684 milhões de cruzeiros, ou seja 57 por cento do seu movimento global.

5. MERCADO CAMBIAL

O desequilíbrio monetário internacional, caracterizado pelo bloqueio de fundos e por restrições às várias ordens, impossibilitou a utilização dos saldos de exportação em libras, francos franceses, francos belgas e outras moedas, na cobertura parcial de "defeitos" com a área do dólar e das demais moedas fortes. Por isso, viu-se o Brasil forçado a adotar uma atitude que encerra um dualismo aparentemente paradoxal: por um lado era obrigado a contrair dívidas no exterior, a atrair os pagamentos e a desfalcá-los suas disponibilidades em dólares, para efetuar pagamentos essenciais nessa zona monetária, única ainda em condições de suprir de certos bens indispensáveis, enquanto, por outro lado, era compelido a assistir a acumulação crescente de saldos credores indispensáveis nas zonas de moeda fraca.

Ingressamos, assim, no exercício de 1948 com o mercado cambial seriamente afetado pela quase suspensão do comércio triangular que nos havia causado, em 1947, uma diminuição de 1.163 milhões de cruzeiros em divisas livres, já esgotadas, e um acréscimo de 705 milhões de cruzeiros em divisas bloqueadas, ou de utilização restrita, das quais já tínhamos elevada posição.

Ao iniciar-se o ano de 1948, dispúnhamos de reservas no valor de 22.507 milhões de cruzeiros, dos quais 6.932 milhões em divisas e 6.555 milhões em ouro. Tais reservas nos teriam permitido fazer face ao déficit de 1947 e atender

regularmente às necessidades do mercado cambial em 1948, não fora o desajuste monetário internacional provocado pela escassez mundial de dólares. As perturbações daí decorrentes generalizaram-se por quase todo o mundo, fundamentando a conclusão de que, enquanto perdurava o presente desequilíbrio monetário, poucos países poderiam, sem graves riscos, instituir um regime de plena liberdade na movimentação de capitais e mercadorias.

Essa situação forçou o nosso Governo a prosseguir na política cambial adotada em 1947, cujas grandes linhas são as seguintes: seleção das importações e regulamentação dos pagamentos relativos a serviços comerciais e financeiros; drástica restrição dos serviços não comerciais das remessas unilaterais. Paralelamente, procurou-se aplicar os saldos bloqueados em transações capazes de aliviar futuros encargos que viessem afetar nosso Balanço de Pagamentos.

Por outro lado, ao iniciar-se o exercício, ante a carência de divisas livres e a necessidade de distribuição equitativa de coberturas cambiais, foi elevada de 30 por cento para 75 por cento a cota de repasse obrigatória, ao Banco do Brasil, das compras de moedas arbitráveis, efetuadas pelos bancos autorizados a operar em câmbio (Instrução n. 29, de 5 de janeiro de 1948, da Superintendência da Moeda e do Crédito).

Prossiguiu, durante o ano de 1948, o regime de prioridade na concessão de câmbio, com observância do grau de preferência dos

compromissos a satisfazer e da essencialidade das mercadorias a importar, na ordem estabelecida pela Instrução n. 25, de 3 de junho de 1947, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Não obstante as dificuldades remanescentes, pôde o Brasil cumprir rigorosamente, graças aos controles estabelecidos, vultuosos compromissos assumidos no exterior. Além dos serviços da Dívida Externa, foram pontualmente satisfeitos, durante o ano, obrigações contratuais decorrentes de empréstimos anteriormente concedidos por entidades estrangeiras à Companhia Siderúrgica Nacional, Lloyd Brasileiro, E. F. Sorocabana, E. F. Central do Brasil e Fábrica Nacional de Motores, todos garantidos pelo Banco do Brasil, por conta do Governo Federal. Foram, ainda, atendidos, na medida do possível, as remessas de rendas de inversões estrangeiras e os serviços de fretes, seguros, etc. A escassez de dólares e a impossibilidade de converter os saldos de exportação em divisas fracas, não permitiram manter em dia os pagamentos na área do dólar.

Embora tenha havido um redução de 553 milhões de cruzeiros nas disponibilidades em divisas do Banco do Brasil, à ordem do Tesouro Nacional, a posição cambial melhorou em virtude da diminuição do montante das libras bloqueadas, devido ao acórdão de descongelamento respectivo. Nas moedas conversíveis e compensadas houve acréscimos apreciáveis, como se constata no seguinte quadro:

DISPONIBILIDADES Cr\$ 1.000.000			
MOEDAS	Saldo	+ ou -	em 1948
Conversíveis	611	1.153	+ 542
Compensadas	1.969	2.035	+ 66
Bloqueadas	4.044	2.883	- 1.161

Os dados que se seguem mostram a posição, em 31 de dezembro de 1948, das disponibilidades e obrigações em divisas por grupos de moedas:

Providência digna de resaca foi a declaração do valor par do cruzeiro, feita ao Fundo Monetário Internacional, no cumprimento de obrigações assumidas na Conferência de Bretton Woods, da qual tratamos no capítulo «Moeda e Crédito».

Convém salientar que a remessa de cota-ouro não redunda em definitiva diminuição de reservas. Ao contrário, importa praticamente em aumento, pela facilidade conferida ao Brasil de obter do Fundo divisas disponíveis em parcelas anuais, até 5 vezes o valor da referida cota.

As dificuldades e os desequilíbrios do intercâmbio internacional obrigaram o Brasil a realizar vários acordos de pagamento. A adesão de atos concluídos, renovados ou modificados no decurso do exercício findo, representa trabalho digno de especial referência, salientando-se o Acórdão Anglo-Brasileiro assinado em 21 de maio, que solucionou o problema dos esterlinos congelados e regulou a utilização dos novos saldos oriundos de transações concretas, dos congelados, que totalizavam, em 1 de janeiro de 1948, £ 53.864.308, estavam reduzidos, em 31 de dezembro de 1948, a £ 35.383.080, tendo sido a diferença aplicada da seguinte forma:

— Compra de títulos da Dívida Externa Brasileira	£ 4.401
— Pagamento relativo à encampação da S. Paulo Railway Co.	7.580
— Idem, de indenizações à Brazil Railway Co.	2.000
— Transferência para a conta disponível	1.500

A 8 de março de 1948, foi assinada a prorrogação, por dois anos, do Acórdão de Pagamentos firmado com a França em 8 de março de 1946. A prorrogação teve em mira regular a liquidação do saldo a favor do Brasil, restante do antigo acordo, que não previa forma específica de pagamento, e reduzir de 25 milhões para 16 milhões de dólares o crédito anteriormente concedido àquele país.

A 17 de maio de 1948, venceu-se o Acórdão com a Bélgica, vigorando desde 1946, denunciado pelo Brasil em vista da rápida recuperação da economia belga e das dificuldades cambiais que ainda nos assobriavam. O saldo a favor do Brasil, resultante do acordo, deverá ser liquidado em moeda de curso internacional, no prazo máximo de três anos.

Durante o exercício de 1948, registrou-se uma redução de 23 por cento nos fundos retidos na Tesouraria, com quem assinamos um Acórdão em outubro de 1946. Em virtude da denúncia, pelo Brasil, e do vencimento do convênio vigente desde 1941, as transações entre o nosso país e a Argentina foram reguladas em novo convênio, assinado em 21 de outubro de 1948, o qual estabeleceu que, a partir de 16 de novembro do mesmo ano, o intercâmbio das duas nações passaria a efetuar-se em cruzeiros. Elevava-se, em fins de 1948, a Cr\$ 356.220.318 o saldo credor do Brasil. Do convênio extinto substituiu um saldo de cerca de US\$ 40.000.000, utilizável em pagamentos de importações de trigo, o qual, em 31 de dezembro de 1948, estava reduzido a US\$ 26.787.807.

Tendo chegado a bom termo os entendimentos com o Banco Central do Chile, para regularização do crédito concedido pelo Brasil, cujo limite tinha sido ultrapassado, os pagamentos entre os dois países retomaram seu ritmo normal.

Relativamente ao Paraguai, dificuldades oriundas de desequilíbrios tendentes ao balanço de pagamentos com o Brasil têm impedido a satisfação de compromissos comerciais e financeiros assumidos para com o nosso país.

Regularizando o intercâmbio com a Dinamarca, o Banco do Brasil e o Danmarks National Bank, de Copenhague, ajustaram, em setembro de 1948, a liquidação dos nossos créditos acumulados, mediante pagamento em libras. Foi também ajustada a abertura de uma conta, para registro das novas transações, pelo prazo de dois anos, a partir de 24 de março de 1948, até o limite de 15 milhões de coroas, prevista a

liquidação do excedente em dólares.

6. FINANÇAS PÚBLICAS

A reforma tributária brasileira, já delineada no exercício anterior, teve sua execução iniciada com a nova legislação do imposto de renda, a consolidação das leis do imposto de consumo, o reajustamento das tarifas aduaneiras e o restabelecimento do imposto sobre transferência de fundos para o exterior.

A nova lei do imposto de renda, n. 154, de 25 de novembro de 1947, apesar de aumentar várias taxas, favoreceu os contribuintes com a majoração dos abatimentos relativos aos encargos de família, além de outras vantagens, destacando-se a extinção do imposto adicional de renda que se não mais justificava. Vigorando em 1948, a nova lei permitiu uma arrecadação superior à prevista orçamentária, tanto em relação às pessoas naturais como às pessoas jurídicas. A supressão do imposto adicional de renda veio dar maior margem ao desenvolvimento do comércio e da indústria.

O imposto de 5 por cento sobre as transferências de fundos para o exterior, que havia sido extinto, foi restabelecido pela Lei n. 156, de 27 de novembro de 1947, dele ficando isentas as remessas para atendimento dos serviços da dívida externa, pagamentos de combustíveis, lubrificantes, papel para imprensa importado com isenção de direitos aduaneiros, gêneros alimentícios de primeira necessidade, retorno de capitais estrangeiros aplicados no país, bem como premialidades e Repartições Consulares de países que dispensem tratamento recíproco. Sua arrecadação ficou a cargo do Banco do Brasil.

Os direitos alfandegários, tendo em vista o paulatino desenvolvimento aduaneiro que sofreram em virtude do nosso sistema de tarifas baseado em valores fixos por unidade, tiveram de ser reajustados. A Lei n. 313, de 30 de julho de 1948, consubstanciou esse reajustamento e aprovou o Acórdão Geral de Tarifas, concluído em Genebra em outubro de 1947, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, visando estimular a expansão do comércio internacional por meio da redução das barreiras aduaneiras.

O imposto de consumo, ainda a maior parcela no valor de nossa receita tributária, sofreu aumento em suas taxas sobre fumo, bebidas, relógios, jóias e obras de ourives e semelhantes, passando a incidir também sobre os automóveis. Esta alteração foi objeto da Lei n. 494, de 28 de novembro de 1948.

Vai assim o Governo executando seu programa financeiro, cujos resultados se evidenciam pelo superávit alcançado na execução orçamentária do exercício de 1947, agora confirmados no exercício de 1948, se bem que com um saldo diminuído de Cr\$ 3.380.652. Esse saldo teria sido bem maior se não fossem os encargos consequentes da majoração dos vencimentos do funcionalismo da União. Por enquanto que seja, entretanto, demonstra uma técnica mais apurada na arrecadação da receita tributária, conseguida pela reforma já iniciada.

A execução orçamentária do exercício de 1948 apresentou uma receita de Cr\$ 15.698.971.246 e uma despesa de Cr\$ 15.695.990.594, inclusive «Restos a Pagar».

A previsão orçamentária para 1949, consubstanciada na Lei n. 537, de 14 de dezembro de 1948, estima a receita em Cr\$ 18.228.650.000 e fixa a despesa em Cr\$ 19.370.015.769, apresentando, por conseguinte, um «déficit» previsto de Cr\$ 1.141.365.769, que o Governo espera reduzir ou eliminar no decorrer do exercício.

O provável excesso da arrecadação sobre a receita orçada, em resultado de severa política fiscal e como fenômeno decorrente do próprio crescimento das forças econômicas e, por outro lado, a redução das despesas ao mínimo indispensável, permitirão ao Governo prosseguir na execução do seu sadio programa financeiro.

divida externa da União elevava-se a £ 71.286.285 e US\$ 100.167.065, verificando-se um decréscimo de £ 1.393.748 e US\$ 8.478.040 em relação ao ano anterior.

A dívida externa nacional (União, Estados e Municípios) era representada, ao terminar o ano de 1948, por £ 95.537.650, US\$ 164.833.865 e Florins 6.428.100. Os nossos compromissos para com a França, no montante de 229.185.500 francos-ouro e 519.566.587 francos-papel — sendo 272.908.462 de responsabilidade federal, 225.138.125 estadual e 21.520.000 municipal — foram ob-

jecto de «Acórdão de Liquidação» entre os dois governos, por troca de notas datadas de 8 de março de 1946, estando essas importâncias depositadas no Banco de França para resgate com os portadores dos títulos.

O empréstimo em florins, emitido pelo Estado de São Paulo em 1921, constitui matéria de estudos especiais tendentes à sua liquidação.

A dívida interna consolidada federal, em fins de 1948, estava representada pela quantia de 10.411 milhões de cruzeiros, registrando o pequeno acréscimo de 348 mil-

hões em relação ao último dia de 1947.

II — AS ATIVIDADES DO BANCO NO ANO DE 1948

A — SÍNTESE DAS OPERAÇÕES

1. QUADRO GERAL

O confronto, que abaixo apresentamos, evidencia ter prosseguido, no último exercício, o ritmo ascendente do movimento do Banco, sendo de salientar que algumas das principais rubricas mostram expressivos acréscimos.

PRINCIPAIS RUBRICAS	SALDOS MÉDIOS Cr\$ 1.000.000				DE 1948 S/1947
	1946	1947	1948	DIFERENÇA 1948-1947	
Recursos próprios	3.187	3.536	3.756	+ 220	6
Total dos depósitos	17.635	18.266	19.402	+ 1.136	6
Depósitos de entidades públicas	5.079	6.617	7.055	+ 1.438	26
Total dos empréstimos	13.008	12.115	15.060	+ 945	7
Empréstimos a bancos	349	520	1.322	+ 802	154
Empréstimos a entidades públicas	4.771	4.472	3.920	- 552	12
Empréstimos aos setores econômicos	8.488	8.123	9.818	+ 695	8
Cobrança	825	976	1.167	+ 191	20
Ordens de pagamento	1.456	1.419	1.563	+ 144	10
Valores em custódia	12.610	14.057	14.400	+ 343	2

A seguir, referimo-nos, sucintamente embora, aos Recursos e Aplicações, destacando-lhes as variações e ocorrências mais significativas.

a) Recursos

A média anual dos recursos elevou-se a 28.529 milhões de cruzeiros, apresentando, sobre o ano anterior, uma diferença a mais de 2.535 milhões, correspondente a 10 %.

Os recursos próprios tiveram um aumento de 220 milhões de cruzeiros (6 %), ao mesmo tempo que os exígyveis registraram o acréscimo de 2.315 milhões (10 %). Os depósitos aumentaram de 1.136 milhões de cruzeiros, devido, quase exclusivamente, aos de entidades públicas. Os depósitos do público diminuíram. Essa diminuição pode ser explicada pelas taxas de juros,

mais elevadas oferecidas por muitos outros estabelecimentos bancários aos depositantes, taxas que o Banco do Brasil se acha impossibilitado de oferecer porque a sua taxa média de empréstimos é das mais baixas no País.

No resumo abaixo, alinhamos os dados relativos aos recursos do Banco, condensados em classes e grupos:

RECURSOS	SALDOS MÉDIOS Cr\$ 1.000.000		VARIAÇÕES	
	1947	1948	Absolutas	%
PRÓPRIOS	3.536	3.756	+ 220	6
EXÍGYVEIS	18.266	19.402	+ 1.136	6
Depósitos	18.266	19.402	+ 1.136	6
Recebimentos	407	171	- 236	58
Bônus em circulação	76	76	-	-
Outras exigibilidades	3.709	5.124	+ 1.415	38
TODOS OS RECURSOS	22.458	24.773	+ 2.315	10
TODOS OS RECURSOS	25.994	28.529	+ 2.535	10

A expansão dos recursos veio permitir compatível amplitude de aplicações, conforme se pode apreciar no quadro a seguir.

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES	SALDOS MÉDIOS Cr\$ 1.000.000		VARIAÇÕES	
	1947	1948	Absolutas	%
DISPONIBILIDADES				
Caixa (*)	1.523	1.346	- 177	12
Disponibilidades líquidas no exterior	8.204	8.961	+ 757	9
	9.727	10.307	+ 580	6
APLICAÇÕES				
Empréstimos	14.115	15.060	+ 945	7
Títulos do Banco	344	441	+ 97	28
Edifícios de uso do Banco	199	222	+ 23	12
Outras aplicações	1.609	2.499	+ 890	55
	16.267	18.222	+ 1.955	12
TOTAL	25.994	28.529	+ 2.535	10

(*) Moeda corrente, outras espécies e reservas legais depositadas.

O decréscimo verificado no saldo médio de Caixa mostra que o Banco, preocupado em atender aos reclamos da economia nacional em seus múltiplos aspectos, tem utilizado seus recursos até o máximo possível.

Outra prova de que acabamos de afirmar está no aumento de 945 milhões de cruzeiros no volume dos empréstimos, relevando notar, que, dessa importância, 695 fo-

ram destinados às atividades econômicas e realizados pelo Banco, na qualidade de agente do Governo Federal.

A leitura do relato das operações dessa Carteira, páginas adjacentes, revelará que, apesar dos reajustamentos que se vêm efetuando no setor do crédito à pecuária, os empréstimos às atividades rurais alcançaram, no ano findo, nível consideravelmente alto.

Além, a esse respeito, é preciso considerar que a Carteira de Crédito Geral também opera empréstimos à produção agrícola e industrial.

Assim sendo, o volume de

DISPONIBILIDADES E OBRIGAÇÕES EM DIVISAS ESTRANGEIRAS, EM 31. DE DEZEMBRO DE 1948

MOEDAS	BANCO DO BRASIL		OUTROS BANCOS (*)		TOTAL (*)	
	MILHARES DE UNIDADES MONETÁRIAS ESTRANGEIRAS	Cr\$ 1.000	MILHARES DE UNIDADES MONETÁRIAS ESTRANGEIRAS	Cr\$ 1.000	MILHARES DE UNIDADES MONETÁRIAS ESTRANGEIRAS	Cr\$ 1.000
CONVERSÍVEIS						
Dólares	62.778	1.154.005	6.502	116.039	69.280	1.270.044
Escudos	2.507	2.433	20.229	15.833	17.722	13.400
Francos suíços	258	1.040	58	145	316	1.185
Outras	—	2.614	—	343	—	2.957
TOTAL		1.152.784		99.718		1.252.502
COMPENSADAS						
Francos belgas	915.916	391.487	60.935	26.186	976.850	417.673
Francos franceses	4.708.804	334.761	28.706	1.710	4.737.510	336.471
Libras esterlinas	5.154	391.113	68	5.554	5.252	396.667
Coroas tchecas	619.958	232.112	5.890	2.101	625.848	234.213
Coroas suecas	16.437	85.450	—	4.586	15.741	81.064
Coroas dinamarquesas	9.066	35.366	338	1.307	9.404	36.673
Dólares s/Argentina	26.788	501.479	—	102	26.731	501.381
Outras	—	63.271	—	775	—	62.496
TOTAL		2.035.239		31.599		2.066.838
BLOQUEADAS						
Libras esterlinas	38.383	2.906.802	—	38.383	—	2.906.802
Outras	—	23.423	—	254	—	23.677
TOTAL		2.883.379		254		2.883.125
TOTAL GERAL		3.071.402		131.063		6.202.465

(*) Dados provisórios.

Terceira Seção — Sexta Página

to concedido à produção pode ser avallado somente à vista do quadro relativo à distribuição dos empréstimos por categorias, o qual figura sob o tópico Empréstimos.

Com a ressalva acima é que deve ser estudada a demonstração que se segue:

EMPRÉSTIMOS AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Anos	CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL		CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL		TOTAL
	Saldo médio	% do total	Saldo médio	% do total	Saldo médio
	Cr\$ 1.000.000		Cr\$ 1.000.000		Cr\$ 1.000.000
1943	2.017	45	2.476	55	4.493
1944	2.035	36	3.322	64	5.357
1945	3.433	40	5.053	60	8.486
1946	4.532	50	4.501	50	9.033
1947	5.471	56	4.547	47	10.018

2. — TESOUREIRO NACIONAL

A posição das contas do Tesouro Nacional, em 31 de dezembro de 1948, um saldo credor de Cr\$ 1.495.620.204,50, conforme evidência o quadro abaixo:

	CRÉDITO	DEBITO
	Cr\$	Cr\$
Aplicação da Lei 16, de 7 de fevereiro de 1947 (*)	1.178.457.530,30	
Outros créditos	2.188.033.048,80	
	3.366.490.579,10	

(*) — Refere-se à transferência para a responsabilidade do Tesouro Nacional de emissões feitas, no total de 2.250 milhões de cruzeiros, para atender às operações da Carteira de Redescostos. Por essa operação, foi o Tesouro creditado no Banco pelos 2.250 milhões de cruzeiros. Desses créditos, de conformidade com a Lei referida, foi aplicada a soma de Cr\$ 499.988.827,60 na cobertura de débito do Tesouro na conta de compra de ouro, restando no mesmo um saldo de Cr\$ 1.750.011.724,40, registrado no nosso balancete de 28 de fevereiro de 1947 e nos posteriores, com as modificações supervenientes.

	CRÉDITO	DEBITO
	Cr\$	Cr\$
Conta de compra de ouro	751.793,10	
Saldo a liquidar do exercício de 1946	1.092.763.696,30	
Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948	588.048.716,00	
Outros débitos	189.306.169,20	
	1.870.910.374,60	
SALDO		1.495.620.204,50

As contas de arrecadação e despesa referentes a 1948, regidas pelo Contrato de 28 de outubro de 1946, apresentavam, como se vê, saldo de Cr\$ 588.048.716,00 a favor do Banco. Todavia, a arrecadação da receita de procedência no período adicional, reduziu esse débito à importância de 24 milhões de cruzeiros, transferida para a conta "Liquidação", ficando, desse modo, encerradas as contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948.

Além das contas acima, de caráter orçamentário, possui o Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil as relativas às operações da Carteira de Câmbio que, a partir da vigência do regime cambial instituído pelo Decreto-lei n. 97, de 23 de dezembro de 1937, passaram a ser realizadas sob a responsabilidade do Governo.

Em julho de 1948, nossos balanços começaram a evidenciar a posição do Tesouro com referência a essas operações que, até então, figuravam nas contas do Banco.

Desse modo, a situação, em 31 de dezembro de 1948, das contas oriundas de operações cambiais indicava o saldo devedor de Cr\$ 6.658.699.213:

	CRÉDITO	DEBITO
	Cr\$	Cr\$
Correspondentes no Exterior	8.134.546.122	
Outras contas	5.660.954.908	
	13.795.501.030	

	CRÉDITO	DEBITO
	Cr\$	Cr\$
Correspondentes no Exterior	1.660.754.473	
Depósitos para Certificados de Equipamento	5.552.018	
Certificados de Equipamento	154.414.428	
Depósitos vinculados	264.082.972	
Depósitos obrigatório (Decreto 24.038, de 26 de março de 1934)	1.331.900.965	
Outras contas	3.720.096.961	
	7.136.801.817	

SALDO 6.658.699.213

Das contas mencionadas, a de correspondentes no Exterior exprime, no Ativo, as disponibilidades e, no Passivo, as obrigações em moeda estrangeira, indicando o seu saldo as disponibilidades líquidas no exterior, em moedas livres, bloqueadas e compensadas.

O balanço de todas as contas da Carteira de Câmbio oferece a posição devedora do Tesouro, junto ao Banco, decorrente de adiantamentos feitos para a efetivação de operações cambiais por conta do mesmo Tesouro.

3. EMPRÉSTIMOS

a) Empréstimos em geral

Conforme já havíamos referido páginas atrás, prosseguiu a expansão dos Empréstimos, que atingiram, em saldos médios, a cifra de 15.060 milhões de cruzeiros, o que significa uma elevação de 945 milhões (7%) sobre o nível do exercício anterior.

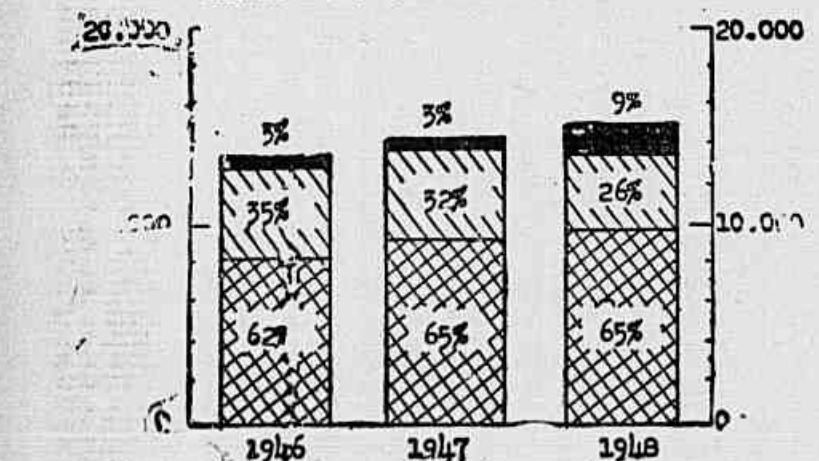
ANOS	SALDO MÉDIO
	Cr\$ 1.000.000
1943	8.493
1944	5.357
1945	8.486
1946	9.033
1947	10.018
1948	11.063

A distribuição dos Empréstimos pelas diversas categorias, reproduzida no quadro a seguir, vem confirmar, com referência à sua totalidade, as observações iniciais

EMPRÉSTIMOS	SALDO MÉDIO		VARIAÇÕES	
	1947	1948	ABSOLUTAS	%
Entidades públicas	4.472	8.920	+ 4.448	100
Bancos	620	1.322	+ 702	113
Produção, ao comércio e a particulares	0.113	0.819	+ 0.706	623
Outros empréstimos	16.115	15.060	- 1.055	- 6

EMPRÉSTIMOS

Saldo médio em milhões de cruzeiros



tução assimilar que figura entre os «Empréstimos a Entidades Públicas» operações destinadas ao propulsamento das atividades econômicas como, por exemplo, aquisição, pelo Banco do Brasil, de máquinas agrícolas, por ordem do Ministério da Agricultura para execução do seu plano de mecanização da lavoura.

b) Empréstimos a Unidades Federais e Municipais

Registrou-se, no exercício de 1948, uma elevação de 121 milhões de cruzeiros nessa categoria de Empréstimos, para a qual contribuíram operações novas, com os seguintes Estados e Municípios:

Pará — Crédito de Cr\$ 2.901.600, destinado à aquisição de material para a usina de Itaipu.

mento de luz e energia elétrica à cidade de Belém (Contrato de 10-2-1948), prazo de 30 anos, amortização em parcelas mensais de Cr\$ 100.000, juros pagáveis semestralmente.

Bahia — Crédito de Cr\$ 40.000.000, para aplicação, para aplicação de natureza reprodutiva e ampliação dos serviços de luz, água, esgotos (Contrato de 13-2-1948), prazo de 10 anos, juros pagáveis semestralmente, resgate em 20 prestações semestrais de Cr\$ 2.000.000.

Minas Gerais — Crédito de Cr\$ 100.000.000, destinado à recuperação econômica do Estado (Contrato de 15-9-1948), prazo de 6 anos, juros pagáveis semestralmente, amortização em 5 parcelas anuais de Cr\$ 20.000.000.

Mato Grosso — Crédito de Cr\$ 10.000.000, destinado à liquidação da dívida flutuante do Estado, regularização de compromissos do exercício de 1947, introdução de agricultores e adoção de medidas de fomento agrícola e industrial (Contrato de 5-2-1948), prazo de 10 anos, juros pagáveis semestralmente, amortização em 12 prestações semestrais de Cr\$ 833.333,33.

Município de São Borja — Crédito de Cr\$ 1.400.000, destinado à reforma da Usina Elétrica Municipal (Contrato de 30-12-1948), prazo de 11 anos, juros pagáveis semestralmente, resgate em 20 prestações, semestrais de Cr\$ 70.000.

A posição dos empréstimos dessa categoria, nos últimos dois anos, era a seguinte:

UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS	SALDOS EM FIM DE ANO		VARIAÇÕES	
	1947	1948	+	-
Amazonas	1.796	1.796	—	—
Pará	5.200	6.150	950	—
Ceará	1.200	1.200	—	350
Rio Grande do Norte	2.100	1.750	—	—
Alagoas	20	6.361	6.341	—
Sergipe	11.825	11.825	—	—
Bahia	40.678	78.691	38.013	—
Minas Gerais	63.707	108.533	44.826	—
Espírito Santo	18.871	18.883	12	—
Rio de Janeiro	7.080	4.944	—	2.136
Distrito Federal	570.425	570.425	—	—
São Paulo	439.516	475.990	36.474	—
Santa Catarina	11.519	—	—	11.519
Rio Grande do Sul	20.220	16.175	—	4.045
Mato Grosso	4.800	8.403	3.603	—
TOTAL	1.198.957	1.309.925	110.968	—
Belo Horizonte	—	9.500	9.500	—
Petrópolis	247	144	—	103
S. Borja	—	304	304	—
TOTAL	1.199.204	1.319.873	120.669	—

c) Empréstimos a entidades autárquicas federais e empresas de interesse nacional

No decorrer de 1948, foram abertos créditos à Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. (Limite de Cr\$ 25.000.000,00), à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (Limite de Cr\$ 65.000.000,00), à Estrada de Ferro Central do Brasil (Limite de Cr\$ 280.000.000,00), ao Instituto do Açúcar e do Alcool (Limite de Cr\$ 230.000.000,00), ao Instituto Nacional do Mate (Limite de Cr\$ 1.000.000,00) e à Companhia Siderúrgica Nacional (Limite de Cr\$ 30.000.000,00). Os limites contratuais mencionados ainda não foram atingidos e os empréstimos sofreram, no decorrer do exercício, as amortizações previstas.

Ao findar 1948, possuía o Banco sob as rubricas «Empréstimos» e «Empréstimos a Entidades Públicas» (Carteira de Crédito Geral) e «Empréstimos e Exportações» (Carteira de Importação e Exportação), as seguintes entidades:

Companhia Siderúrgica Nacional

Companhia Vale do Rio Doce S. A.

Comissão Construtora da Fábrica Nacional de Motores.

Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A.

Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.

Cooperativa Central de Pesca do Rio de Janeiro

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca

Estrada de Ferro Central do Brasil

Fundação Brasil Central

Frigorífico Barbacena S. A.

Instituto do Açúcar e do Alcool

Instituto Nacional do Mate

Instituto Nacional do Sal

Organização Henrique Lage, Patrimônio Nacional

Continua, assim o Banco do Brasil a prestar assistência a grandes empreendimentos nacionais, fatores do progresso econômico do País.

d) Empréstimos a bancos

Os empréstimos a bancos apresentaram, em 1948, um acréscimo de 802 milhões de cruzeiros, correspondente a 154%, em relação ao exercício anterior:

ANOS	SALDO MÉDIO
	Cr\$ 1.000.000
1944	212
1945	265
1946	349
1947	520
1948	1.322

e) Empréstimos às atividades econômicas

Registrou sensível expansão esta categoria de empréstimos, tanto mais significativa quanto consideramos o critério seletivo adotado pelo Banco, recusando, de modo sistemático, operações meramente especulativas.

Atingiram, em 1948, a 9.818 milhões de cruzeiros (saldo médio), indicando uma diferença para mais de 695 milhões sobre o ano anterior. Os empréstimos às atividades econômicas representaram 65% do total dos empréstimos do Banco (vide Quadro Geral), percentagem expressiva, se levarmos em conta as múltiplas atividades de outra ordem que, continuamente, solicitam nossa assistência financeira.

através da Caixa de Mobilização Bancária.

Registrou sensível expansão esta categoria de empréstimos, tanto mais significativa quanto consideramos o critério seletivo adotado pelo Banco, recusando, de modo sistemático, operações meramente especulativas.

Atingiram, em 1948, a 9.818 milhões de cruzeiros (saldo médio), indicando uma diferença para mais de 695 milhões sobre o ano anterior. Os empréstimos às atividades econômicas representaram 65% do total dos empréstimos do Banco (vide Quadro Geral), percentagem expressiva, se levarmos em conta as múltiplas atividades de outra ordem que, continuamente, solicitam nossa assistência financeira.

inhões de cruzeiros (saldo médio), indicando uma diferença para mais de 695 milhões sobre o ano anterior. Os empréstimos às atividades econômicas representaram 65% do total dos empréstimos do Banco (vide Quadro Geral), percentagem expressiva, se levarmos em conta as múltiplas atividades de outra ordem que, continuamente, solicitam nossa assistência financeira.

ANOS	SALDO MÉDIO	% SOBRE O TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS DO BANCO
	Cr\$ 1.000.000	
1939	1.028	27 %
1940	1.456	35 %
1941	1.940	42 %
1942	2.639	42 %
1943	2.912	36 %
1944	4.493	39 %
1945	7.518	64 %
1946	8.488	62 %
1947	9.123	65 %
1948	9.818	65 %

As variações percentuais dessas aplicações pelas diversas Unidades Federadas, nos dois últimos exercícios, foram as seguintes:

UNIDADES FEDERADAS	1948 EM % DE 1947
Guaporé	2 %
Acre	14 %
Amazonas	9 %
Rio Branco	3 %
Pará	2 %
Amapá	5 %
Maranhão	12 %
Piauí	2 %
Ceará	8 %
Rio Grande do Norte	6 %
Paraíba	12 %
Pernambuco	2 %
Alagoas	13 %
Sergipe	2 %
Bahia	7 %
Minas Gerais	12 %
Espírito Santo	8 %
Rio de Janeiro	16 %
Distrito Federal	24 %
São Paulo	12 %
Paraná	13 %
Santa Catarina	48 %
Rio Grande do Sul	4 %
Mato Grosso	5 %
Goiás	14 %

A distribuição dos empréstimos de finalidade econômica, pelos diversos grupos de atividades, evidenciada no quadro a seguir:

GRUPOS ECONÔMICOS	SALDOS EM FIM DE ANO		VARIAÇÕES	
	1947	1948	ABSOLUTAS	%
A — Agricultura, indústria florestal e indústria extrativa mineral (*)	4.316	4.249	- 67	2
B — Indústria manufatureira (**)	1.873	2.417	+ 544	29
C — Indústria da construção	195	208	+ 13	7
D — Indústria de transportes	212	373	+ 160	75
E — Comércio	1.872	2.098	+ 226	12
F — Diversos	1.048	1.308	+ 260	25
TODOS OS GRUPOS ECONÔMICOS	9.517	10.653	+ 1.136	12

(*) Inclusive as indústrias rurais (açúcar, laticínios etc.).

(**) Exclusive as indústrias rurais.

A composição percentual desses empréstimos apresenta-se desse modo:

GRUPOS ECONÔMICOS	SALDOS EM FIM DE ANO			% S/O TOTAL		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
A — Agricultura, indústria florestal e indústria extrativa mineral	4.725	4.316	4.249	53	45	40
B — Indústria manufatureira	1.555	1.873	2.417	17	20	23
C — Indústria de construção	143	195	208	2	2	2
D — Indústria de transporte	287	212	373	3	2	3
E — Comércio	1.634	1.872	2.098	18	20	20
F — Diversos	578	1.048	1.308	7	11	12
TODOS OS GRUPOS ECONÔMICOS	8.922	9.517	10.653	100	100	100

Insistindo na observação feita sob o título «Aplicações» (vide «Quadro Geral»), devemos esclarecer, mais uma vez, que a queda acusada no quadro retro, referente aos empréstimos do grupo A, origina-se da circunstância de terem sido processados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial os financiamentos do algodão em pluma, feitos pelo Banco, na qualidade de agente do Governo Federal. Os dados seguintes confirmam a afirmativa:

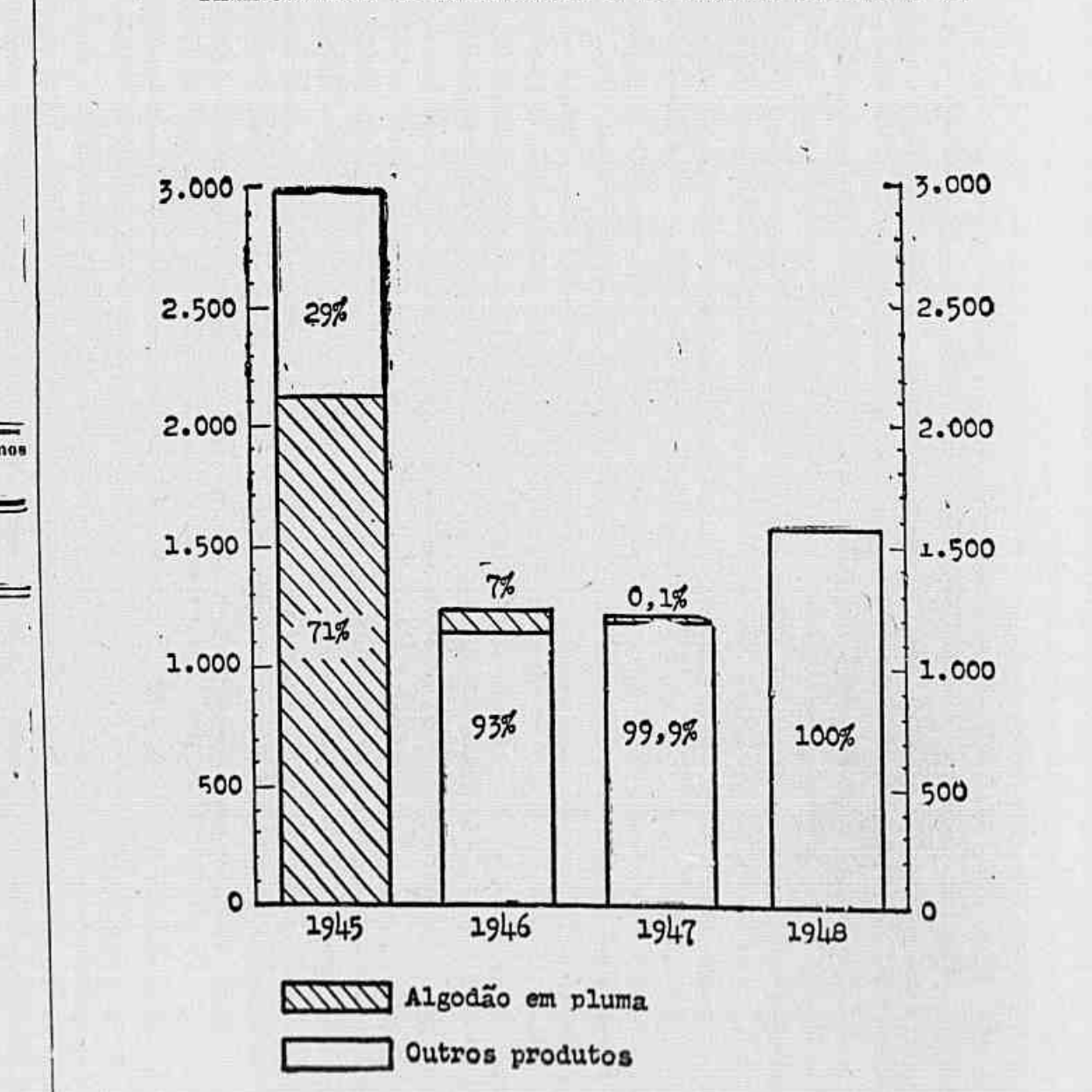
FINANCIAMENTOS AO ALGODÃO EM PLUMA E À PRODUÇÃO AGRÍCOLA (*)

	1945		1946		1947		1948	
	Saldo	% S/O TOTAL	Saldo	% S/O TOTAL	Saldo	% S/O TOTAL	Saldo	% S/O TOTAL
Algodão em pluma	2.116	71	88	7	1	—	—	—
Produção agrícola	878	29	1.152	93	1.240	100	1.583	100
TOTAL	2.994	100	1.240	100	1.240	100	1.583	100

(*) Pecuária exclusiva.

(**) Financiamento por conta do Tesouro Nacional.

FINANCIAMENTO A AGRICULTURA E AO ALGODÃO EM PLUMA (*)



(*) Financiamento por conta do Tesouro Nacional. O quadro a seguir evidencia que, to é, em três anos, os empréstimos à agricultura (pecuária exclusiva) subiram de cerca de 700 milhões de cruzeiros em 1946 para 1.583 milhões em 1948, isto é, mais do dobro.

FINANCIAMENTO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Cr\$ 1.000.000

ANOS	CRÉDITOS	AUMENTO S/O ANO ANTERIOR
1945	878	—
1946	1.152	274
1947	1.209	57
1948	1.583	374

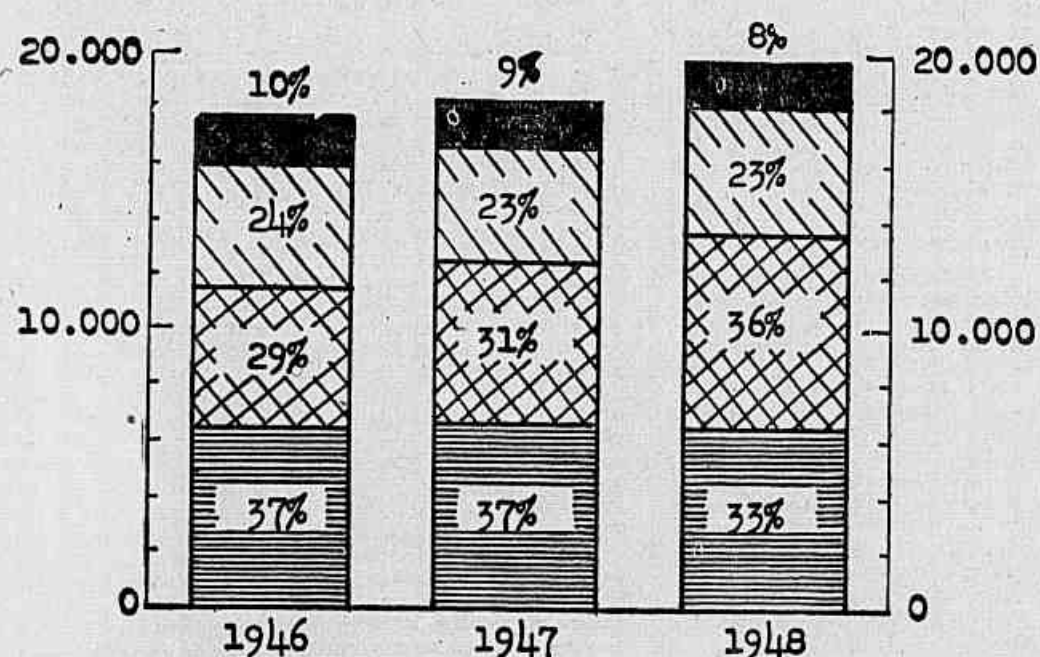
4. Depósitos

Prosseguiu, em 1948, o movimento ascensional dos Depósitos. Seu valor, em comparação com o do exercício anterior, consignou, em saldos médios, o aumento de 1.136 milhões de cruzeiros (6,2 %).

ANOS	SALDOS MÉDIOS Cr\$ 1.000.000
1939	4.288
1940	4.288
1941	5.242
1942	6.680
1943	9.620
1944	13.340
1945	16.470
1946	17.635
1947	18.266
1948	19.402

Especificando-se as grandes categorias de depositantes, observase pronunciada alta nos depósitos de entidades públicas, regular elevação nos de bancos, enquanto os do público, à vista e a prazo, mostram-se em declínio, plausivelmente pelos motivos já expostos no item «Quadro Geral» deste capítulo.

DEPÓSITOS	SALDOS MÉDIOS Cr\$ 1.000.000		VARIÁÇÕES	
	1947	1948	Absolutas	%
De entidades públicas	5.617	7.055	+ 1.438	26
De bancos	4.143	4.336	+ 193	5
Do público, à vista	6.793	6.461	- 332	5
Do público, a prazo	1.713	1.550	- 163	10
TODOS OS DEPÓSITOS	18.266	19.402	+ 1.136	6

DEPÓSITOS
Saldo médio em milhões de cruzeiros

Do público, a prazo
De bancos
De entidades públicas
Do público, à vista

A participação percentual das principais categorias de depósitos, assim se expressava no último biênio:

DEPÓSITOS	% SOBRE O TOTAL	
	1947	1948
De entidades públicas	31 %	37 %
De bancos	23 %	22 %
Do público, à vista	37 %	33 %
Do público, a prazo	9 %	8 %
TODOS OS DEPÓSITOS	100 %	100 %

A despeito da diminuição do saldo dos depósitos do público, o número de depositantes elevou-se de quase 9.000, como se infere do quadro seguinte:

ANOS	NÚMERO DE DEPOSITANTES
1944	178.340
1945	199.426
1946	214.862
1947	226.422
1948	234.919

5. CAPITAL, LUCROS E RESERVAS
O capital do Banco, no valor de Cr\$ 100.000.000,00, continua representado por 500.000 ações nominativas de Cr\$ 200,00 cada uma. Eis como, em dezembro último, estavam distribuídas as ações:

ACIONISTAS	NÚMERO DE AÇÕES	PERCENTAGENS
TESOURO NACIONAL		
Inalienáveis	259.152	
Livres	19.508	278.660
PARTICULARES	212.353	42,47
BANCOS NACIONAIS	155	0,03
BANCOS ESTRANGEIROS	7.630	1,53
A converter e unificar	1.292	0,24
TOTAL	500.000	100,00

Os dividendos, a razão de 20 por cento ao ano, totalizaram a importância de 20 milhões de cruzeiros.

Em 1948, a cotação média das ações elevou-se a Cr\$ 514,00, tendo sido de Cr\$ 514,00 a do exercício anterior.

Atingiu a 108.421 milhares de cruzeiros o lucro líquido do Banco, havendo o primeiro semestre concorrido com 75.168 milhares e o segundo com 33.253 milhares de cruzeiros.

A queda verificada no último semestre pode ser parcialmente imputada ao aumento de vencimentos, a partir de julho, do seu numeroso corpo de funcionários, em cumprimento ao Acordo assinado em 2 de junho de 1948 entre o Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro, homologado pelo exmo. sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em data de 22 de julho de 1948.

O lucro do último exercício, entretanto, apresentou um acréscimo de 27.884 milhares de cruzeiros.

Em relação ao lucro líquido de 1947, quando cifrou-se em 80.537 milhares de cruzeiros. As reservas subiram a 2.701 milhões de cruzeiros, valor que reflete o grau de solidez do Banco. Houve uma alta de 123 milhões de cruzeiros em relação ao ano anterior. No fim do exercício, as reservas apresentavam-se da seguinte maneira:

ANOS	Cr\$ 1.000.000
1944	114.142
1945	129.850
1946	155.813
1947	184.272
1948	204.128

No ano de 1948, foi inaugurada a Câmara de Compensação de Cheques da praça de Campinas, Estado de São Paulo, o que elevou para 14 o número de tais órgãos.

Nos anexos deste Relatório encontram-se quadros e gráfico elucidativos da crescente atividade desse serviço, que, de há muito tempo, está confiado ao Banco do Brasil.

6. COMPENSAÇÃO DE CHEQUES
Foram compensados, em 1948, 6.152.000 cheques, no valor de 204.128 milhões de cruzeiros, contra 5.672.000 unidades, na importância de 184.272 milhões, no exercício anterior. Sendo a atividade das Câmaras de Compensação utilizada como in-

dica de real interesse, vem o Banco publicando mensalmente suas estatísticas por principais praças. Eis os totais de cheques compensados nos últimos anos:

ANOS	NÚMERO DE TÍTULOS	VALOR Cr\$ 1.000.000
1944	1.137	5.168
1945	1.404	6.721
1946	1.769	9.899
1947	1.864	11.710
1948	2.188	14.003

8. ORDENS DE PAGAMENTO
Houve regular alta na montante das ordens de pagamento pro-

cessadas em 1948 (+ 1.737 milhões de cruzeiros, no valor de 16,2 por cento), sendo pequeno o aumento quantitativo, o que denota maior valor unitário dos pagamentos realizados:

ANOS	NÚMERO DE ORDENS 1.000	VALOR Cr\$ 1.000.000
1944	747	10.798
1945	812	13.842
1946	850	17.474
1947	875	17.023
1948	884	18.760

9. VALORES EM CUSTÓDIA
O quadro a seguir registra o movimento dos valores depositados no Banco, no último quinquênio:

ANOS	SALDOS MÉDIOS Cr\$ 1.000.000
1944	8.568
1945	10.161
1946	12.610
1947	14.057
1948	14.400

B — OPERAÇÕES POR CARTEIRAS

1. CARTEIRA DE CAMBIO

Continua a Carteira de Câmbio a executar, nos termos do contrato celebrado entre o Banco e o Ministério da Fazenda, os serviços de Câmbio, de Fiscalização Bancária e os da Agência Especial de Defesa Econômica.

No tocante aos serviços de Câmbio, foi intenso o movimento das operações conduzidas por intermédio das 14 agências-tronco e 24 ramais, em ligação com cerca de 300 correspondentes, localizados no exterior.

O serviço de emissão e resgate de Letras do Tesouro Nacional, eridas pelo decreto-lei n. 9.524, de 28 de julho de 1946, relativas à retenção temporária de 20 por cento do valor das cambiais de exportação, alcançou grande vulto no ano de 1948. Até 31 de dezembro de 1948, as letras emitidas atingiram Cr\$ 8.837.055.000, das quais tinham sido resgatadas Cr\$ 7.018.236.000; havia, em circulação, naquela data, títulos no valor de Cr\$ 1.818.819.000.

Dentre os novos encargos de que está incumbida a Fiscalização Bancária, salienta-se o registro dos capitais estrangeiros investidos no país. Trata-se de tarefa de grande envergadura, já tinham sido apurados, até 31 de dezembro de 1948, através de verificações e estudos, os seguintes valores:

Estados Unidos	US\$	525.287.798,45
Suécia	K. Sw.	571.579,48
Argentina	MSN	389.539,24
Uruguai	OSU	196.132,13
Suíça	Fr. Ss.	10.760.036,10
França	Fr. Bgs.	63.768.437,50
Bélgica	Fr. Bgs.	4.226.973,14
Portugal	Esc.	3.350.766,40
Grã-Bretanha	£	41.764.676,17,10
Juros e Dividendos não transferidos e reaplicados no país	Cr\$	10.285.415.629

2. CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

a) RECURSOS E APLICAÇÕES

O quadro dos recursos e aplicações da Carteira, em 31 de dezembro de 1948, revela a permanência da situação, referida em relatórios anteriores, e a exigência de constante utilização de disponibilidades gerais do Banco.

De fato, para inversões no total de Cr\$ 4.688.136.402,80, apenas Cr\$ 1.591.433.734,70 correspondem a recursos específicos. A diferença, ou sejam Cr\$ 3.096.702.668,10, provém de recursos gerais, no montante de Cr\$ 1.307.438.350,10, e de suprimentos do Banco do Brasil num total de Cr\$ 1.789.264.288,00.

Verifica-se, assim, que, até agora, não se solucionou o problema fundamental da Carteira, — aliás de preponderante influência na economia do próprio Banco — qual é este Banco.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valioso contributo do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do próprio Banco.

Essa tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, sabem solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Desde sua fundação, firmou a carteira 141.412 contratos, no valor de Cr\$ 19.935.215.229,00, dos quais 110.258, no total de Cr\$ 11.820.035.351,20, foram liquidados até 31 de dezembro de 1948, restando em vigor, na mesma data, 31.154 operações, somando Cr\$ 8.115.179.877,80. Sua distribuição, por espécies e por Estados, encontra-se compilada em quadros a seguir.

CRÉDITOS EM VIGOR, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	AGRICOLAS		PECUÁRIOS		AGRO-PECUÁRIOS		INDUSTRIAS		AGRO-INDUSTRIAS		TOTAL	
	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000
Guapós	1	1.087	6	2.380	—	—	—	—	—	—	10	3.467
Acre	16	1.409	7	214	—	—	—	—	1	75	24	1.698
Amazonas	14	300	23	1.175	—	—	—	—	—	—	37	2.475
Rio Branco	19	2.299	47	5.150	—	—	—	—	10	220	76	7.669
Pará	—	—	2	270	—	—	—	—	—	—	3	404
Amapá	531	5.095	85	10.189	—	—	—	—	11	295	150	15.713
NORTE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão	25	7.266	10	335	—	—	13	6.057	—	—	48	13.658
Piauí	100	15.757	245	10.907	6	165	8	946	4	529	363	28.304
Ceará	130	22.108	1.150	38.587	20	373	17	13.459	41	1.319	1.348	73.846
Rio Grande do Norte	81	5.02	1.289	73.744	69	2.950	13	16.617	13	3.917	1.465	104.730
Paraíba	177	14.509	1.770	141.965	52	3.248	11	17.087	13	606	2.023	177.415
Pernambuco	85	22.436	1.584	156.576	5	310	10	8.511	86	366.493	1.770	554.326
Alagoas	6	283	567	57.269	—	—	11	4.455	26	35.056	610	97.063
NORDESTE	604	89.861	6.615	477.383	142	7.046	83	67.132	183	407.920	7.627	1.049.342
Sergipe	16	378	661	47.904	2	82	3	1.088	25	8.765	707	58.217
Bahia	324	42.363	2.241	167.718	16	477	3	2.510	6	10.866	2.590	223.934
Minas Gerais	579	41.597	4.944	725.523	3	185	30	74.908	13	10.519	5.569	852.732
Espirito Santo	618	31.275	283	19.018	—	—	6	2.020	32	2.056	939	54.369
Rio de Janeiro	458	20.174	832	68.005	3	166	63	61.899	26	74.512	1.382	214.756
Distrito Federal	104	1.117	28	5.652	1	573	52	197.374	5	2.686	190	207.402
LESTE	2.099	136.904	8.989	1.023.820	25	1.483	157	339.799	107	109.404	1.377	1.611.410
São Paulo	3.716	550.503	1.870	378.467	3	66	91	391.235	33	82.738	5.713	1.402.999
Paraná	305	54.312	200	21.520	2	420	64	49.688	4	11.950	565	137.890
Santa Catarina	294	3.843	70	3.442	—	—	15	18.696	—	—	379	25.981
Rio Grande do Sul	1.670	193.579	1.301	194.890	21	239	58	108.580	2	17.144	3.033	514.432
SUL	5.985	802.237	3.441	598.319	7	715	218	568.199	39	111.832	9.690	2.081.302
Goiás	171	2.309	1.056	178.407	—	—	—	—	1	1.732	1.075	180.470
Mato Grosso	491	1.085	1.185	175.661	—	—	—	—	1	196	1.235	176.942
CENTRO-OESTE	662	3.394	2.241	352.068	—	—	—	—	2	1.928	2.310	357.412
BRASIL	8.807	1.037.491	21.371	2.461.779	175	9.266	459	975.264	342	631.379	31.154	5.115.179

b) CRÉDITO AGRÍCOLA

Com o objetivo de concorrer para o fomento de nossas atividades agrícolas, expedimos às filiais, em 30-11-48, carta-circular nos termos seguintes:

«Dado o notório interesse nacional de ser intensificada a assistência financeira à agricultura, visando o aumento da respectiva produção, mormente da parte relativa aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, vimos recomendar aos srs. Administradores das Agências que dispensem a melhor atenção às operações de financiamento agrícola, estimulando-as discretamente e procurando atrair à órbita da Carteira os produtores mais qualificados».

«A direção da Carteira deverá ser feita imediatamente comunicação de cada indeferimento de proposta da espécie, mencionando-se o nome do proponente, o valor do empréstimo solicitado e a fim a que se destinava, expondo-se, outrossim, os motivos determinantes da recusa».

Várias concessões têm sido ultimamente feitas em benefício do produtor, tais como:

a) dispensa de garantia subsidiária (quando os proponentes possuem outros imóveis e estejam em situação econômica capaz de acobertar o Banco de prejuízo, na hipótese de inadimplência do penhor); no caso de financiamento de lavouras formadas em imóveis gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;

b) dispensa de avaliação prévia das safras de algodão, quando localizadas as lavouras em terras já visitadas por prepostos do Banco;

c) dispensa, em determinadas hipóteses, da avaliação, por perito remunerado, das safras de café;

d) manutenção em carteira dos contratos vencidos de financiamentos de lavouras de café, sem maiores ônus para os devedores, isto é, senão da cobrança de juros suplementares, a razão de 1 por cento a.a., pela mora, até que se processe a venda normal do produto, para a qual se concede um prazo adicional de 90 dias, após o vencimento, quando depositado o café no interior; de 60 dias, após sua chegada e liberação, se despachado para as praças de exportação;

e) concessão de novos financiamentos a mutuários que, por frustração das colheitas apenadas, não hajam liquidado os contratos anteriores, os quais são conservados vencidos, em carteira, nas mesmas condições do item anterior;

Circunstância digna de especial registro é a elevada percentagem, em 1948, dos empréstimos de va-

lor até Cr\$ 30.000,00 cada um, os quais corresponderam a 41 por cento do total dos financiamentos rurais (agrícolas e pecuários) concluídos em 1948, conforme se constata no quadro aqui reproduzido.

FINANCIAMENTOS RURAIS

PRODUTORES	NÚMERO							TOTAL
	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948		
PEQUENOS								
De Cr\$ 250 a Cr\$ 5.000	5.376	935	1.049	686	315	490	8.851	
» » 5.001 » 10.000	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	15.905	
» » 10.001 » 20.000	10.188	3.110	3.819	2.768	900	1.561	22.346	
» » 20.001 » 30.000	6.397	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440	
MÉDIOS								
De Cr\$ 30.001 a Cr\$ 50.000	29.273	9.277	10.738	7.160	2.291	3.803	62.542	
» » 50.001 » 100.000	7.306	3.364	4.009	2.544	649	1.039	18.911	
» » 100.001 » 200.000	8.315	4.406	5.518	3.215	943	1.505	23.902	
» » 200.001 » 300.000	15.621	7.770	9.527	5.759	1.592	2.544	42.813	
» » 300.001 » 500.000	7.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.162	
» » 500.001 » 1.000.000	999	1.115	1.859	456	346	663	5.438	
» » 1.000.001 » 2.000.000	8.857	6.705	9.349	4.553	1.964	3.166	34.600	
» » 2.000.001 » 3.000.000	53.751	23.752	29.614	17.478	5.847	9.513	139.955	
TODOS OS PRODUTORES.....								

NÚMERO DE FINANCIAMENTOS RURAIS

PRODUTORES	% DAS CLASSES S/TOTAL						
	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948	TOTAL
PEQUENOS							
De Cr\$ 250 a Cr\$ 5.000	9	4	4	4	5	5	5
» » 5.001 » 10.000	13	10	9	10	11	11	11
» » 10.001 » 20.000	18	13	13	16	15	16	15
» » 20.001 » 30.000	12	12	11	11	8	8	10
MÉDIOS							
De Cr\$ 30.001 a Cr\$ 50.000	52	39	37	41	39	40	41
» » 50.001 » 100.000	14	14	14	15	11	11	13
» » 100.001 » 200.000	16	19	18	18	16	16	17
» » 200.001 » 300.000	30	33	32	33	27	27	30
» » 300.001 » 500.000	16	23	25	23	28	26	23
» » 500.001 » 1.000.000	2	5	6	3	6	7	6
» » 1.000.001 » 2.000.000	18	28	31	29	34	33	29
TODOS OS PRODUTORES.....	100	100	100	100	100	100	100

PEQUENOS PRODUTORES

Colaborando com os poderes públicos, empenhados em promover a redução do preço dos gêneros alimentícios, objetivo que só se poderá alcançar mediante substancial aumento de produção, decidimos autorizar a extensão das regalias aplicáveis aos «pequenos produtores» a todos os casos de empréstimos até Cr\$ 20.000,00, destinados ao custeio de lavouras, ainda que os proponentes disponham de patrimônio acima de Cr\$ 100.000,00 ou a lavoura por financiar comporte empréstimo superior a vinte mil cruzeiros.

Considerando que, em muitos casos, os principais trabalhos das pequenas lavouras são executados pelos próprios donos, com a cooperação de membros de suas famílias, admitimos, dentro do princípio de que os orçamentos integrantes dos contratos devem indicar a verdadeira aplicação do crédito, nos mesmos orçamentos, de verbas para manutenção dos credenciados e de suas famílias.

São as seguintes as concessões especiais facultadas aos pequenos produtores:

a) dispensa de prévia estimativa da colheita por avaliação remunerada;

b) dispensa de certidões negativas de impostos, ônus sobre bens imóveis, ações civis e criminais;

c) dispensa de organização de ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituída por ficha especial de confecção simples e resumida;

d) dispensa da garantia subsidiária comumente exigível nos financiamentos de culturas peridicas;

e) inclusão, no orçamento, das despesas contratuais, quando o credenciado não dispuser de recursos suficientes para pagá-las;

f) fornecimento da primeira parcela do crédito ainda antes da inscrição do penhor, que será providenciada por nossas próprias Agências.

MAQUINAS AGRICOLAS

Além do programa de estímulo à produção, contribuindo para o plano de mecanização das lavouras, regulamentamos o financiamento da compra de máquinas agrícolas pelo seu valor integral, em função da garantia oferecida, e ao prazo de até três anos, de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes, estimada esta pelo provável rendimento líquido da exploração.

PRODUTOS

ALCOOL (LAVOURA E INDUSTRIA)

Não obstante ser a produção muito superior às necessidades do consumo nacional, com reconhecimento do Instituto do Açúcar e do Alcool, continuamos prestando assistência à lavoura canavieira e à indústria açucareira, inclusive, em certos casos, para reaparelhamento das fábricas, desde que impliquem em melhoria do rendimento. Os adiantamentos para os trabalhos das lavouras estão sendo feitos até o máximo de 50 por cento do valor de venda fixado por aquela Instituição, com base na produção de canas próprias das usinas e respeitados sempre os limites oficiais destas. Além dessa limitação fundamental, o valor do empréstimo não deverá exceder de cobertura dos gastos compreendidos no período que se estende do término de uma safra ao início da subsequente ou, no máximo, até o fim do primeiro mês de moagem seguinte.

Para os trabalhos das lavouras de forrageiras e de usinas, os financiamentos estão sendo feitos até 50 por cento do valor das canas (que estas se comprometem a receber daqueles), mediante penhor da safra corrente e respectivo limite oficial de produção de forrageiras, fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Nosso auxílio à lavoura e à indústria do açúcar, produto que abarrou maior soma de recursos, se expressou, em 1948, pelo elevado total de Cr\$ 559.052.000,00, incluindo, no orçamento, de verba disponível para atender à subsistência do agricultor e de sua família. Financiamento de lavouras infestadas pela broca.

AGAVE

A crise do agave, esboçada em princípio de 1946 em consequência da retração dos compradores, agravou-se no decorrer daquele ano, não obstante as medidas adotadas em defesa do produto.

Assim, em outubro de 1948, reconhecendo a completa saturação do mercado, vimos-nos na contingência de suspender os financiamentos da espécie, considerando tal iniciativa como indispensável à salvaguarda não só de nossos próprios interesses como dos dos nossos financiados, uma vez que qualquer aumento de produção só lhes poderia acarretar, naquela conjuntura, dificuldades ainda maiores.

ALGODÃO

Foram alteradas, para o período agrícola de 1948-49, as instruções relativas ao financiamento de lavouras de algodão, abandonando-se os limites máximos de adiantamento por hectare, de Cr\$ 700,00 (sul) e Cr\$ 450,00 (norte). Estabeleceu-se a base de 60 por cento do valor da produção provável, até o máximo, por hectare, de 30 arrobas, na zona sul, e de 20, na zona norte, para o algodão em caroço.

Se a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, são os financiamentos acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente, lavrando-se o contrato pelo valor total assim obtido.

No caso de necessidade de adubação das terras, admitimos, como base para o cálculo dos financiamentos, a produção máxima de 35 e 25 arrobas por hectare (ou 84,70 e 60,50 arrobas por alqueire de 24.200 m²), respectivamente nas zonas sul e norte.

Concedemos, em 1948, 1.399 financiamentos, no valor de Cr\$ 338.040.000,00 contra Cr\$ 82, em 1947, no total de Cr\$ 57.835.000,00, sendo a variação de mais 557 contratos, somando Cr\$ 50.145.000,00.

BABACU

Limitados a Cr\$ 100.000,00 por cliente, os adiantamentos aos produtores foram feitos na base de 40 por cento da estimativa da produção, considerando o preço corrente na região.

CACAU

O limite dos financiamentos foi ultimamente elevado de Cr\$ 25,00 para Cr\$ 30,00 por arroba da produção estimada.

Foram contratadas, em 1948, 142 operações no valor de Cr\$ 40.669.000,00. Em 1947, o número de contratos foi de 57, no total de Cr\$ 32.420.000,00.

Obtida autorização da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, foi nossa Agência em Salvador Instruída no sentido de contratar com o Governo daquele Estado, por intermédio do Instituto do Cacau, novo empréstimo no valor de Cr\$ 30.000.000,00, para adiantamentos aos cacauicultores que venderem ou entregarem o produto ao Instituto, mediante garantia de penhor mercantil.

CAFE

Financiamento comum

Desde 1944 o adiantamento total (compreendendo a parte destinada aos gastos referentes ao trabalho e conservação da lavoura, bem como à relativa às despesas da colheita, preparo e transporte do produto) passou a ser feito na base de um máximo de 60 por cento da produção provável, quando esta não exceder 40 arrobas ou 10 sacas de café beneficiado por 1.000 pés, podendo ser acrescido, se maior for a safra prevista, da importância necessária para atender às despesas de colheita, preparo e transporte do produto excedente.

Para obtenção do valor da produção provável da lavoura por financiar, adota-se o critério dos preços correntes na região em períodos anteriores. Continuamos admitindo a aplicação das seguintes normas especiais aplicáveis aos financiamentos de trabalhos das lavouras atingidas ou ameaçadas por aquela praga:

1) Os empréstimos serão contratados em data que permita a primeira aplicação de inseticida adequado e, na época, mal recomendável, isto é, quando o montante seja suficiente para a desmoldagem-se.

2) Poderão os financiamentos elevar-se a 60 por cento do valor da produção provável, máxima correspondente à média de 44 arrobas ou 11 sacos por rém, que o montante seja acrescido de importância equivalente ao custo real dos serviços de colheita, preparo e transporte das quantidades excedentes.

3) Nos casos em que a produção provável ultrapassar a média de 44 arrobas ou 11 sacos por rém, o empréstimo será calculado beneficiado por 1.000 pés, e quando comprovadamente necessário, poderá ser proporcionado adiantamento especial, fora do limite fixado no item anterior, para ocorrer às despesas de aquisição e aplicação de inseticida adequado, desde que o empréstimo não exceda 60 por cento do valor da colheita prevista.

4) Quando, pela exiguidade da colheita prevista, não for possível solução nos termos do item precedente e este o proponente disposto e habilitado a fornecer internamente, nos cafés (observados os custos preceitos técnicos), culturas de outros produtos de fácil colocação, tais como amendoim, feijão, mamona, milho, etc. (exceto arroz), poderá ser concedido financiamento abrangendo a aquisição de sementes, preparo do solo, formação da cultura, intercâmbio e serviços de colheita, preparo e transporte da produção, bem como a aquisição do inseticida indicado para o combate à broca, desde que se ajuste ao limite de 60 por cento do valor da produção provável da lavoura de café, adicionada ao da cultura intercambiada a ser introduzida.

5) Se os empréstimos máximos proporcionáveis, nas condições indicadas nos itens anteriores, não comportarem verba para ocorrer às despesas indispensáveis ao combate à broca, compreendidas as do aquisição da maquinaria e acessórios (polvilhadoras, carretas, óculos, máscaras, animais de tração e arreios), poderão ser concedidos outros empréstimos, tal fim, como os destinados à melhoria das condições de rendimento das explorações agrícolas (regulamento, art. 2º, letra «g»), com base nos prováveis lucros líquidos das lavouras, nas seguintes condições, conforme a espécie de garantia oferecida:

a) garantia oferecida: — quando a colheita prevista não exceder 40 arrobas ou 10 sacas de café beneficiado por 1.000 pés, podendo ser acrescido, se maior for a safra prevista, da importância necessária para atender às despesas de colheita, preparo e transporte do produto excedente.

Animal — até 60% do valor venal;

Imóvel — até 40% do valor considerado-se:

- o valor exat das terras;
- o das matas e plantações permanentes;
- o de outras benfeitorias (edifícios, cercas, etc.), até o máximo de 20% do das terras e das matas ou culturas permanentes.

6) Os empréstimos de que trata o item precedente são realizáveis mediante contratos a parte, pelo prazo de um ano, prorrogável por tantos novos períodos iguais quantos necessários, de acordo com a capacidade de pagamento dos mutuários, até o máximo de três ou quatro períodos, conforme a garantia oferecida, constituída de penhor agrícola, pecuário ou hipotecário. Entretanto, como os lucros das explorações agrícolas, economicamente produtivas no prazo de um ano, são quase sempre insuficientes para o pagamento desses empréstimos, permite-se que os mesmos sejam conjun-

tações:

Preços por arrobas:

Tipos	Cr\$
1	580
2	580
3	420
4	420

Adiantamento — 50% dos preços acima, com as deduções seguintes:

- a) juros de 7% a.a.;
- b) comissão de fiscalização de 1/2% a.a.;
- c) verba para pagamento de armazenagem e seguro;
- d) quanto basta para pagamento de selos contratuais e despesas de transporte impostos e taxas que incidirem sobre a mercadoria para ser vendida na praça de exportação.

Conforme quadro que acompanha este capítulo, foram realizados 11.835.788 contratos, correspondentes

JUTA

A lavoura dessa fibra, de sumo interesse para os dois Estados baianos, e de ponderável significação para nossa economia, mantinha, todavia, para a prática dos financiamentos, embaraços técnicos de contornar, ligados às peculiaridades da região e ao próprio negócio e ainda à deficiência de transportes regulares. Não obstante, após acurados estudos, resolvemos autorizar o financiamento, observadas as condições seguintes:

Adiantamento — 40% do valor da produção provável — limitada ao máximo de 1.000 quilos por hectare — calculada sobre a cotação do produto.

Garantia — Penhor das colheitas (mediante consentimento do proprietário das terras, quando o proponente for arrendatário). No caso de terras devolutas, cuja ocupação não seja titulada, o consentimento será dado por decreto do Poder Executivo ou mesmo por ato administrativo mais simples, se assim o permitir a legislação local.

Prazo — Máximo de 10 meses, iniciando a 1º de outubro e vencendo-se a 30 de junho do ano seguinte.

Foram concedidos, no exercício de 1947, créditos, no valor de Cr\$ 2.883.000,00, sendo que, em 1947, o número de financiamentos foi apenas de 7, no total de Cr\$ 205.000,00.

TRIGO

É com particular atenção que temos acompanhado o auspicioso surto da triticultura, dando-lhe, além de assistência financeira adequada, todo o apoio possível.

Os empréstimos são feitos até o máximo de 40% do valor da produção, calculado ao preço de Cr\$ 100,00 por saca de 60 quilos de trigo em grão, não se levando em conta, para tal efeito, produção superior a 300 quilos por hectare. Se a produção prevista ultrapassar essa base, poderá o financiamento ser acrescido do custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo do excedente.

Aos triticultores que tenham suas lavouras fundadas em terras aráveis e não necessitem, para o cultivo de entressafra, de importação superior a Cr\$ 20.000,00, prestamos proporcionalmente certas facilidades, com o objetivo de tornar os empréstimos mais acessíveis aos pequenos produtores.

A título experimental, concedemos também financiamentos para aquisição de material agrícola, na base de até 60% do valor das garantias oferecidas, desde que o proponente permita a liquidação do empréstimo contraído para compra de máquinas e custeio da lavoura.

Elevou-se a 460, em 1948, o número de contratos para custeio de lavouras de trigo, cujo valor atingiu Cr\$ 10.748.000,00. Em 1947 fizíamos apenas 54 empréstimos, no total de Cr\$ 1.143.000,00.

DIVERSOS

Arroz no Rio Grande do Sul — De acordo com o estabelecido para o período agrícola 1948-49, nossos financiamentos poderão elevar-se até 60 por cento do valor da safra provável, dentro do critério de um máximo de 100 sacas e de Cr\$ 3.600,00 por quadra, tornando-se por base não mais o preço de Cr\$ 45,00 por saca de arroz em casca, anteriormente fixado, mas o de Cr\$ 60,00.

Considerados satisfatórios, foram mantidos os limites para os financiamentos das lavouras seguintes:

Arroz (exceto no Rio Grande do Sul) — 40 por cento da produção provável, na base máxima de 25 sacos do produto em casca por hectare.

Amendoim — 40 por cento do valor da produção provável, na base máxima de 50 sacos por hectare.

Feijão — 50 por cento do valor da produção provável, na base máxima de 20 sacos por hectare.

Girassol — 40 por cento da produção provável, na base máxima de 1.000 quilos por hectare.

Milho — 60 por cento do valor da produção provável, na base máxima de 25 sacos por hectare.

Soja — 40 por cento do valor da produção provável, na base máxima de 25 sacos por hectare.

Quando a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, poderão os financiamentos (calculados na forma acima) ser acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente.

Foram feitos, em 1948, 1.548 contratos de financiamento de culturas de arroz, no total de Cr\$ 216.296.000,00, contra 996 realizados em 1947, no valor de Cr\$ 328.140.000,00.

Apresentamos, a seguir, o quadro geral das aplicações da Carteira em seus dois anos de funcionamento, com discriminação dos produtos agrícolas.

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31.12.1948

NÚMERO — VALOR (Cr\$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		TOTAL		PRODUTOS FINANCIADOS
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	
Abóbora	—	—	—	—	—	—	—	—	2	17	1	5	3	22	Abóbora
Acácia negra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	239	Acácia negra
Adubo	1	1.000	1	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.078	Adubo
Agave	28	1.040	131	9.452	248	19.403	195	17.478	—	20	—	252	602	47.645	Agave
Alfafa	34	690	10	388	9	292	2	132	4	282	3	108	62	1.896	Alfafa
Algodão	9.316	326.732	2.717	139.889	3.038	142.922	2.280	115.615	842	57.865	1.399	* 108.040	19.592	891.093	Algodão
Algodão em pluma	2.589	549.993	1.278	507.749	3.452	2.115.589	260	88.042	4	613	—	—	7.583	3.261.986	Algodão em pluma
Alho	2	103	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	103	Alho
Amendoim	3	683	—	—	1	31	6	72	199	4.399	52	2.091	192	7.278	Amendoim
Arroz	3.771	394.286	1.208	213.556	1.502	167.993	1.377	208.258	936	128.140	1.548	* 216.926	10.392	1.329.159	Arroz
Aveia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	123	Aveia
Batata	39	2.013	42	2.017	81	6.320	89	4.704	142	4.708	133	6.422	526	26.184	Batata
Cacau	953	70.453	254	5.649	260	5.225	155	3.936	57	32.420	142	40.669	1.821	158.352	Cacau
Café	6.952	451.333	863	75.489	1.522	171.813	2.063	303.385	1.904	343.070	3.061	* 511.283	16.365	1.856.373	Café
Café especial	1.954	198.360	875	114.711	602	136.858	219	63.145	41	12.435	26	8.559	3.717	534.068	Café especial
Cana de açúcar	1.444	399.248	358	223.298	348	149.518	347	262.965	321	465.530	333	* 559.052	3.151	2.059.611	Cana de açúcar
Cebola	19	326	46	143	59	181	54	303	65	357	103	686	346	1.996	Cebola
Cevada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45	Cevada
Chá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	51	Chá
Cóco	1	21	1	30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12	Cóco
Erva doce	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	Erva doce
Ervilha	1	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	42	Ervilha
Feijão	39	520	21	447	57	1.038	47	1.184	50	900	104	3.035	318	7.132	Feijão
Frutas	329	6.261	15	282	21	6.536	23	1.347	59	1.654	35	1.151	482	17.231	Frutas
Fumo	39	370	29	696	58	948	40	791	23	458	—	—	271	4.610	Fumo
Gergelim	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18	Gergelim
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	250	Girassol
Guaraná	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	590	Guaraná
Guaxima	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18	Guaxima
Hortalças	2	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	296	Hortalças
Juta	113	2.310	42	1.173	17	580	9	585	71	205	2	260	216	7.736	Juta
Linhaça	2	38	6	168	5	78	34	663	39	1.307	68	2.106	313	8.797	Linhaça
Linho	83	3.364	30	361	59	996	—	—	—	—	—	—	—	284	Linho
Lúpulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	Lúpulo
Mamona	75	2.548	5	81	12	171	171	1.604	192	5.216	62	* 2.718	363	12.338	Mamona
Mandioca	583	35.749	103	4.279	157	4.349	146	4.187	83	3.388	104	* 2.711	1.181	54.663	Mandioca
Menta	56	2.681	157	6.234	3	247	325	15.413	254	12.844	665	29.613	2.402	94.100	Menta
Milho	384	7.960	264	6.040	510	22.230	41	152	—	—	—	—	—	386	Milho
Rami	2	94	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	512	Rami
Repólio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	290	Repólio
Sericultura	1	90	1	200	—	—	29	8.787	23	10.548	7	15.405	82	66.924	Sericultura
Tomate	9	26.928	3	5.023	11	233	23	227	54	1.143	460	10.748	810	12.749	Tomate
Trigo	68	600	4	21	1	10	—	—	—	—	—	—	—	36	Trigo
Tucum	39	450	2	35	—	—	1	10	—	—	—	—	—	794	Tucum
Uva	39	450	2	35	—	—	42	2.515	19	1.695	19	2.427	577	44.401	Uva
Outros produtos	348	28.585	35	4.328	114	4.841	—	—	—	—	—	—	—	—	Outros produtos
Máquinas agrícolas	34	1.236	19	1.225	34	16.212	27	13.696	19	829	64	6.117	197	39.315	Máquinas agrícolas

(*) Em 1948, as verbas assinaladas incluem elevações de crédito provenientes da capitalização de acessórios em virtude de "ajustes de crédito" e "moratória".

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31.12.1948

NÚMERO — VALOR (Cr\$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		TOTAL		PRODUTOS FINANCIADOS
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	
PLANO DE EMERGÊNCIA															
Dec-lei n.º 7.774	—	—	—	—	—	—	605	84.491	1	1.622	—	—	606	86.113	Dec-lei n.º 7.774
Dec-lei n.º 9.879 — Arroz —	—	—	—	—	—	—	—	—	6	100.000	—	—	6	100.000	Dec-lei n.º 9.879 — Arroz —
IND. EXTRATIVA VEGETAL															
Babaçu	80	6.783	54	7.338	75	15.675	95	20.627	76	19.342	6	* 1.072	386	64.997	Babaçu
Borracha	37	6.935	2	20	1	6	—	—	—	—	—	—	40	6.961	Borracha
Carvão vegetal	3	500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	500	Carvão vegetal
Castanha	8	469	—	—	1	100	9	2.435	8	1.730	9	1.100	35	6.434	Castanha
Cera de carnaúba	146	10.092	49	2.366	36	2.251	117	12.670	44	2.734	64	3.935	456	34.048	Cera de carnaúba
Cera de carnaúba — EAC —	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	71	40.942	71	40.942	Cera de carnaúba — EAC —
Eucaliptos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	95	1	95	Eucaliptos
Erva mate	27	291	2	208	6	607	—	—	—	—	—	—	35	1.106	Erva mate
Lenha	10	764	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	764	Lenha
Madeiras	4	800	—	—	1	200	—	—	—	—	1	5	6	705	Madeiras
Oiticica	10	322	3	71	5	168	—	—	3	73	5	146	26	780	Oiticica
Plaçava	1	100	1	100	3	74	3	174	—	—	—	—	8	446	Plaçava
Tungue	1	66	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	66	Tungue
Melhoramentos agrícolas															
Irrigação de culturas de arroz	—	—	—	—	2	50	—	—	—	—	—	—	2	50	Irrigação de culturas de arroz
AGRICOLAS															
AGRICOLAS	29.671	2.543.062	8.634	1.333.139	12.320	2.993.990	8.652	1.239.653	5.448	1.209.904	8.676	1.583.271	73.401	10.903.019	AGRICOLAS
PECUÁRIOS															
PECUÁRIOS	23.669	1.638.611	14.995	1.971.808	17.167	2.094.868	8.771	804.921	397	88.207	836	* 368.769	65.835	6.967.193	PECUÁRIOS
AGRO-PECUÁRIOS															
AGRO-PECUÁRIOS	411	25.668	123	6.113	127	7.520	55	3.497	2	30	1	* 216	719	43.044	AGRO-PECUÁRIOS
RURAIS															
RURAIS	53.751	4.207.341	23.752	3.311.060	29.614	5.096.378	17.478	2.048.071	5.847	1.298.140	9.513	1.952.256	139.955	17.913.246	RURAIS
INDUSTRIAIS															
INDUSTRIAIS	1.495	750.454	122	141.516	137	157.214	226	271.422	178	205.374	369	* 495.989	1.15	2.021.969	INDUSTRIAIS
TOTAL															
TOTAL	54.176	4.957.795	23.874	3.452.576	29.751	5.253.592	17.704	2.310.493	6.025	1.503.514	9.882	2.448.245	141.412	19.935.215	TOTAL

C) CRÉDITO PECUARIO

No ano de 1947, de janeiro a abril, estiveram totalmente suspensas as operações de crédito pecuario, porque o artigo 5º da lei n. 8, de 19 de dezembro de 1946, proibindo ao pecuarista a alienação ou gravação de bens sem expresso consentimento de todos os credores, impediu praticamente a constituição de garan-

tias. Depois de abril, embora enfrentando riscos, chegamos a deferir, naquele ano, 397 financiamentos, no total de Cr\$ 88.206.000,00, incluídas seis operações no valor de Cr\$ 5.600.000,00, realizadas com cooperativas de produtores de leite.

O quadro a seguir, bem expressivo, mostra o total dos créditos pecuarios concedidos desde a fundação da Carteira:

ANOS	NUMERO	VALOR Cr\$ 1.000
1938	103	5.554
1939	653	39.594
1940	3.141	174.512
1941	5.524	307.051
1942	7.535	545.257
1943	6.713	566.643
1944	14.995	1.971.808
1945	17.187	2.094.868
1946	8.711	804.921
1947	397	88.206
1948	836	368.769

A vigência da lei n. 8 foi ampliada pela de n. 52, de 30 de julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de dezembro de 1947. Pela interpretação dada àquela diploma legal, justamente nos Estados onde maiores eram nossas aplicações na pecuária, chegou-se a firmar jurisprudência no sentido de que mesmo depois da extinção ou mesmo do abandono das garantias, conservava o credor pignoratício o direito a medidas judiciais acatelasórias de seus privilégios. Não é difícil avaliar quanto foram prejudicados os nossos legítimos interesses.

Finalmente, sancionada a 2 de janeiro de 1948, veio a lei n. 208 não só reger a moratória (abrangendo apenas débitos de criadores e recriadores de gado bovino e de todo e qualquer pecuarista, na forma estabelecida pelos diplomas anteriores), como reajustar dívidas, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento. Foi assim possível à Carteira, lavrando-se na nova lei, reiniciar os empréstimos da espécie, já então regulamentados em bases e condições ditadas pelo estudo amadurecido da matéria e pela larga experiência adquirida.

Em agosto, foram expedidas novas instruções às Agências, tendo-se realizado, em 1948, 836 contratos, no valor de Cr\$ 168.769.000,00, contra 397, feitos em 1947, no total de Cr\$ 88.206.000,00. Os empréstimos destinados à aquisição de gado de recriação e de engorda pouca alteração sofreram em suas condições. Apenas, quanto a engorda, tendo em vista que esse ramo da pecuária requer pastagens especiais, situadas nas proximidades de mercados consumidores ou de centros de industrialização, tivemos o propósito de estimulá-lo, principalmente, nas zonas de maior perspectiva de sucesso na exploração.

Quanto à criação, considerando que os criadores, já radicados à profissão, geralmente não precisam adquirir fêmeas — pois dispõem, em regra, de novilhas do próprio rebanho — passamos a financiar de preferência a compra de reprodutores machos, como o mais eficiente meio de elevar o índice racial do gado. Todavia, as propostas de empréstimos para aquisição de fêmeas são por nós apreciadas e deferidas, se ponderáveis os motivos invocados pelos proponentes.

Demonstrando a experiência que os empréstimos para melhoramento de instalações nas propriedades rurais constituem eficiente apoio ao pecuarista, fizemos especial recomendação às filiais, no sentido não só de examinarem, com maior empenho, propostas desse gênero, como de orientarem seus

clientes, para que eles possam bem aproveitar dessa modalidade de auxílio financeiro.

Na disseminação do crédito especializado a criadores, para aumento e melhoria da população bovina, temos tido particular interesse em amparar os pequenos produtores, quando idôneos e credenciados para a atividade pastoril.

Retomando o curso normal das operações, estávamos também, no exercício de 1948, em fase de recomposição de dívidas (elevavam-se os empréstimos pecuarios em 31-12-48, a Cr\$ 2.487.482.225,30), não só facilitando os ajustes legais, amigáveis ou judiciais, como proporcionando outra modalidade de composição, fora da moratória, aos que se não quiseram valer da lei n. 208. Mas a lei n. 457, de 29 de outubro de 1948, reabriu o prazo de habilitação aos beneficiários da moratória, corrigindo, outrossim, aos devedores a faculdade de terem seus rebanhos liberados, mediante especificação de bens imóveis em garantias da dívida.

Muitos foram os pecuaristas que, expressamente, renunciaram aos benefícios da lei n. 208, porque deixassem caducar o direito de requerê-lo ou porque já tivessem resgatado seus débitos. Não obstante, grande parte deles, ante as condições propiciadas pela lei n. 457, procurou conseguir o amparo desse novo diploma legal. E, já agora, esboça-se forte movimento por parte dos interessados no sentido da concessão de liberalidades ainda maiores.

Nutrimos a esperança, porém, de que o patriotismo de nossos legisladores encontre, para a complexa e delicada matéria, solução que preserve a instituição do crédito, que universalmente se funda na confiança e na certeza do regular reembolso das aplicações.

d) CRÉDITO INDUSTRIAL

Melhor demonstra o quadro seguinte a assertiva que fizemos quanto ao incremento de nossas operações e, consequentemente, ao amparo prestado à indústria nacional. Não obstante a mais rígida observância dos preceitos que orientam nossas atividades, alcançaram os empréstimos industriais, em 1948, número bem superior ao total dos realizados em 1947, e seu valor ultrapassou, em muito, o montante das inversões feitas no exercício passado. De fato, enquanto, em 1947, firmamos 178 contratos, no valor de 205.374 milhares de cruzeiros, durante o exercício de 1948 foram feitos 380 contratos, no total de 495.969 milhares de cruzeiros, sendo a variação, assim, de mais 191 contratos, somando 290.615 milhares de cruzeiros.

No tocante à produção do trigo nacional, cujo cultivo, em bases adequadas e permanentes, tem sido estimulado pela Carteira, estendemos nossa assistência financeira desde os trabalhos agrícolas até à industrialização primária desse cereal. Só na industrialização primária do trigo, isto é, moagem do grão para transformação em farinha, já inverteu a Carteira, atualmente, cerca de Cr\$ 28.000.000,00.

Outro ponto que merece ser acentuado é o que se refere ao amparo da indústria do charque. Transpondo as naturais dificuldades que se lhe antepunham, decorrentes das próprias características da indústria, pôde a Carteira, como já o vem fazendo, incluir o charque na linha de utilidades especificadamente financiadas, contribuindo assim, para o efetivo amparo da produção nacional. Nessa atividade de inverteu a Carteira, em 1948, Cr\$ 56.300.000,00, quando em todo o ano anterior tais aplicações não foram senão pouco além da casa dos 17 milhões.

O sal teve também, recentemente, sua produção amparada pela Carteira que, nos moldes do contrato assinado com a União, em 5 de setembro de 1947, passou a prestar direta assistência aos salinheiros, proporcionando-lhes os meios necessários à melhoria do produto. Dessa forma, 45 contratos, no valor de Cr\$ 7.671.000,00, foram firmados no exercício de 1948, contra um único financiamento, de Cr\$ 82.000,00, feito em 1947.

3. CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

A despeito dos esforços que, de modo geral, todos os países têm envidado com o objetivo de eliminar as graves dificuldades econômicas financeiras consequentes da guerra e que tão profundamente afetaram o intercâmbio comercial do Brasil com o exterior, muitas dessas dificuldades subsistiram vivamente em 1948 e continuam presentes.

Não obstante, foi bem expressivo, no curso do ano próximo passado, o impulso tomado pelas operações de crédito, através das quais a Carteira de Exportação e Importação, dentro de suas finalidades, procura estimular nosso comércio externo.

Assim é que se realizaram, naquele exercício, 2.021 operações, no valor total de 1.169.504 milhares de cruzeiros, a saber:

	NUMERO	Cr\$ 1.000
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.561	782.311
Financiamentos de créditos sobre o exterior	406	284.659
Empréstimos mediante penhor mercantil	54	102.034
Total	2.021	1.169.504

Em 31 de dezembro de 1948 existiam, contratadas, 433 operações, no valor de 581.916 milhares de cruzeiros, assim distribuídas:

	NUMERO	Cr\$ 1.000
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	186	64.388
Financiamentos de créditos sobre o exterior	216	418.917
Empréstimos mediante penhor mercantil	31	98.611
Total	433	581.916

S A L

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS DURANTE O ANO DE 1948 (*)

ESTADOS	NUMERO DE CONTRATOS	CUSTEIO DA PRODUÇÃO Toneladas	VALOR Cr\$ 1.000
CEARÁ — Fortaleza	1	345	43
R. G. DO NORTE — Mossoró	2	10.145	355
Natal	1	970	33
	3	11.115	383
RIO DE JANEIRO — Cabo Frio	35	107.009	7.484
TOTAL	39	118.469	7.915

(*) Contrato firmado com a União Federal, em 5-9-1947

e) LETRAS HIPOTECARIAS

Durante o exercício foram concedidos 37 empréstimos em letras hipotecárias, no total de Cr\$ 5.891.900,00, para pagamento e liquidação de dívidas contraídas por agricultores até 15 de dezembro de 1939, na forma dos Decretos-leis de 1939, na seguinte distribuição:

— oriundos de ajustes compulsórios . . . 34 — Cr\$ 5.694.900,00

— oriundos de ajustes voluntários . . . 3 — Cr\$ 197.000,00

As liquidações, em número de 38, somaram Cr\$ 3.143.600,00.

As operações da espécie, que atingiram, em 31 de dezembro de 1947, a Cr\$ 20.836.825,80, passaram a se expressar, em igual data de 1948, pela cifra de Cr\$ 22.594.296,70, correspondente a 235 contratos sem ser.

Em preparo, para decisão da Câmara do Reajustamento Econômico e para lavratura dos respectivos contratos existiam 313 processos.

Em 1948 foram emitidas 3.917 letras hipotecárias, no valor total de Cr\$ 4.477.000,00; acrescentadas às 12.733 existentes em circulação em 31 de dezembro de 1947, fêz esse número elevado a 18.650. Foram ainda remetidas 564 letras (Cr\$ 1.422.500,00), que somadas às emitidas perfazem o total de Cr\$ 5.891.900,00. Esse total corresponde ao montante dos empréstimos realizados no exercício — Cr\$ 5.891.900,00 — e mais Cr\$ 7.600,00, de títulos emitidos para substituir outros de igual valor.

Foram resgatadas, mediante sor-

te, 1.233 letras hipotecárias, no valor de Cr\$ 2.303.800,00.

O quadro seguinte, registrando o movimento até 31 de dezembro de 1948, demonstra o desempenho que tiveram as 5.418 propostas de empréstimos em letras hipotecárias, por nós recebidas nos termos dos Decretos-leis números 1.002, 1.172, 1.230, 1.888, 2.071, 5.891, 6.000 — e mais Cr\$ 7.600,00, de títulos emitidos para substituir outros de igual valor.

Foram resgatadas, mediante sor-

EMPRÉSTIMOS EM LETRAS HIPOTECARIAS

Posição em 31 de dezembro de 1948

PROCESSOS REGISTRADOS	NUMERO	DÍVIDAS REAJUSTÁVEIS	AVALIACOES	EMPRÉSTIMOS DEFERIDOS
Empréstimos deferidos (ajustes voluntários) pendentes de realização	1	245	339	255
Processos cujos empréstimos foram realizados, no valor de Cr\$ 39.506.800,00, inclusive 161, no valor de Cr\$ 12.219.300,00, já liquidados	396	100.000		
Empréstimo cancelado	1	181		
	398			
PROCESSOS ENCAMINHADOS À CAMARA DO REAJUSTAMENTO ECONOMICO				
Diretamente pelas Agências	93	15.356		
Por desistência	1.965	577.292		
Por desinteresse	1.170	166.804		
	3.228			
FOR FALTA DE AJUSTE AMIGAVEL:				
Pendentes da decisão da C.R.E.	160	113.262	26.851	22.466
Reajuste compulsório para realização de empréstimo com o Banco	115	76.911	20.417	15.851
Idem, idem, com credores	38	47.500		
Liquidados em dinheiro, liberados, indeferidos, realizados com credores, desistências homologadas, etc.	1.470	426.672		
	1.792			
TOTAL	5.418	1.524.130	50.607	38.572

Nota — As cifras relativas a "outros atividades industriais" até 1945 incluem operações de financiamento à borracha, realizadas com o Banco da Borracha.

Adiantamentos sobre contratos de câmbio — Através desses adiantamentos, que ultrapassaram, tanto em número quanto em valor, as demais modalidades de operações de sua alçada, a Carteira, financiou, principalmente, exportações dos seguintes produtos:

Produtos	Nº de operações	Cr\$ 1.000
Arroz	18	155.157
Babaçu	242	128.191
Produtos frigorificados	70	117.929
Cera de carnaúba	300	58.400
Algodão e derivados	2	40.147
Madeiras	114	39.104
Peles e couros	212	36.082
Agave	76	33.750
Café	65	30.269
Lã	61	23.421
Cacau	50	20.000
Mamona	61	18.893
Fumo	13	15.347
Tucum	66	17.758
Óleos vegetais	21	10.559
Diversos	46	10.955

Comparados os movimentos de 1947 e 1948, ressalta o acréscimo verificado no volume e no valor das operações realizadas no último ano, expresso pelos algarismos abaixo:

	Nº de operações	Cr\$ 1.000
Em 1948	1.561	782.311
Em 1947	1.370	542.255
Aumento em 1948	191	240.056

Financiamentos de créditos sobre o exterior — Os "financiamentos de créditos sobre o exterior" — empréstimos destinados ao pagamento de mercadorias importadas — tiveram no ano próximo passado desenvolvimento até então não registrado.

Enquanto em 1947 o número dessas operações, já considerado apreciável, foi de 189, em 1948 elevou-se a 406, o que prova o interesse que vem despertando no comércio importador essa forma de auxílio que a Carteira lhe pode propiciar.

Dentre os 33 produtos, cuja importação foi financiada, destacam-se os seguintes:

Produtos	Nº de operações	Cr\$ 1.000
Maquinismos	41	49.859
Caminhões e auto-ônibus	30	41.586
Petróleo e derivados	8	24.869
Produtos químicos	28	21.368
Papel	28	21.117
Cobre	6	12.313
Folha de Flândres	54	11.926
Máquinas agrícolas	25	10.340

Confrontados os movimentos de 1947 e 1948, evidenciam-se as seguintes maiores:

	Nº de operações	Cr\$ 1.000
Em 1948	406	284.659
Em 1947	189	185.283
Aumento em 1948	207	99.376

Empréstimos mediante penhor mercantil — Também os empréstimos mediante penhor mercantil tiveram, no decorrer de 1948, apreciável desenvolvimento. Em 1947 o número de operações desse tipo foi de 18, no montante de Cr\$ 9.879.181,10, ao passo que em 1948 ascendeu a 54, no valor total de Cr\$ 102.034.258,80.

Dos 23 produtos financiados, cabe indicar:

Produtos	Nº de operações	Cr\$ 1.000
Juta	7	68.695
Máquinas agrícolas	14	5.741
Maquinismos	7	5.164
Máquinas têxteis	1	5.079
Manteiga de cacau	2	4.000
Óleos vegetais	4	3.958
Motores e acessórios	5	2.556
Papel	3	2.331
Mamona	2	1.322

EXPORTAÇÃO

A 23 de fevereiro de 1948 foi sancionada a Lei n. 262, pela qual o Poder Executivo ficou autorizado a exercer, mediante o regime de licença prévia, o controle do intercâmbio comercial do País com o exterior, visando aos seguintes principais objetivos, indicados no Regulamento baixado com o Decreto n. 24.897-A de 23 de março do mesmo ano:

- dar aos recursos disponíveis no exterior a aplicação mais conveniente aos interesses do País;
- assegurar o regular abastecimento do mercado interno e a execução de acordos internacionais;
- restringir as importações de produtos não essenciais, assim também considerados os que, embora intrinsecamente essenciais, se produzem no País em condições satisfatórias de qualidade e preço;
- promover a importação de produtos reconhecidamente essenciais, mas de suprimento mundialmente escasso e sujeito a restrições.

Pelo citado decreto, a execução dessas normas foi confiada à Carteira de Exportação e Importação, ao mesmo passo que ficou organizada a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, constituída pelo Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, pelo Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, pelo Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, pelo Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, pelo Chefe do Departamento Econômico e Consultivo do Ministério das Relações Exteriores, pelo Assessor técnico da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, por um representante da indústria, um do comércio e um das atividades agro-pecuárias, respectivamente indicados pela Confederação Nacional da Indústria, pela Confederação Nacional do Comércio e pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Logo depois de entrar em vigor o Decreto n. 24.897-A, foi suspensa a concessão de licenças para exportações de gêneros alimentícios — as quais já vinham sendo controladas — a fim de proceder-se ao levantamento dos estoques e à estimativa da produção, elementos necessários ao seguro conhecimento dos verdadeiros excedentes exportáveis. A medida que se foi apurando a existência de reais disponibilidades passou-se a conceder licenças dentro de condições e limites adequados.

Em seguida, adotou-se, para a execução do controle, um sistema que assim pode ser resumido: mediante inquéritos em que se colhem informações fidedignas, não só de fontes oficiais, mas também de órgãos de classe e de particulares, a Carteira estima as quantidades exportáveis dos vários produtos brasileiros. A Comissão Consultiva do Intercâmbio Comer-

cial, o Conselho, baseada nessas informações, estabelece as normas a observar — licenciamento das respectivas exportações, levando sempre em conta — mas não prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil — a conveniência de se orientarem vendas, tanto quanto possível, para países de moeda forte, a fim de não aumentar os nossos créditos em divisas inconvenientes. Essa orientação se impõe porque, de modo geral, os países de moeda fraca, que procuram comprar produtos brasileiros, não têm, ou não interessam em fornecer, a proporção pelo menos razoável de mercadorias essenciais à economia brasileira.

O controle da exportação, assim, vem apresentando um duplo e equívoco aspecto: seletivo e orientador.

Durante o ano findo, a Carteira recebeu e examinou 51.522 pedidos de licença de exportação, dos quais 51.064 (99,11%), referentes a mercadorias com o peso de 5.324 milhões de toneladas e o valor de 22.745 milhões de cruzeiros. Destes, 13.555 foram expedidas pela Direção Geral e 37.509 pelas nossas Agências.

Confrontando os totais das licenças emitidas em 1948 com as relativas ao ano precedente, verificam-se as diferenças consignadas no quadro seguinte:

	Nº	Cr\$ 1.000,00
1948	51.064	22.745
1947	34.146	11.102
Aumento em 1948	16.918	11.643

Observa-se que no ano passado, sobre o movimento de licenças, houve uma elevação de 50% no número de licenças, de 102% no peso das mercadorias e de 105% no valor das mesmas.

Deve-se ressaltar, entretanto, que no estudo em alta das exportações licenciadas decorreu, em grande parte, do fato de vários produtos anteriormente não sujeitos ao controle, terem sido incluídos no regime de licença prévia, estabelecido por nova legislação.

IMPORTAÇÃO

Uma vez instituído o regime de licença prévia, deu-se início à execução da política de evitar, tanto quanto possível, as importações de moeda forte, de produtos de essenciais ou menos necessários. Ao mesmo tempo, procurou-se desonerar as zonas de moeda forte para a moeda fraca parte das nossas importações essenciais.

Os resultados favoráveis já obtidos tornam-se ainda mais patentes medida que vá crescendo a capacidade de suprimento dos países e repositores de moeda fraca.

Os critérios fixados pela Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior limitam o volume motivos óbvios, no que se refere a máquinas para indústrias essenciais ou para a lavoura — e determinam a prioridade do fornecimento da respectiva cobertura cambial, de acordo com o artigo 23 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 24.897-A.

— categoria "A" — produtos de absoluta essencialidade (p. ex. gêneros alimentícios, combustíveis, matérias-primas e máquinas para indústrias essenciais, fertilizantes, máquinas e implementos para trabalhos rurais);

— categoria "B" — produtos de relativa essencialidade (p. ex. matérias-primas e máquinas para indústrias de relativa essencialidade, produtos acabados que se destinem a suprir deficiências qualitativas ou quantitativas da produção nacional);

— categoria "C" — produtos de importância econômica e eventual conveniência (p. ex. máquinas fotográficas de tipo comum, louças de fantasia, têxteis, etc.).

Cabe salientar ainda que a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior já fixou cerca de 400 critérios, compreendendo, praticamente, os produtos que figuravam nas estatísticas das importações brasileiras.

O estabelecimento desses critérios e a sua uniforme aplicação pela Direção Geral e pelas Agências vêm, através da padronização das soluções, eliminando as moras no despacho dos pedidos de licença e proporcionando os seguintes resultados principais:

a) — suprimidos adequados à economia brasileira, que não deve ser privada do que é necessário ao seu desenvolvimento e consolidação;

b) — a licitidade e aproveitamento das divisas escassas pelas restrições às importações de produtos dispensáveis, tanto quanto possível, pelo deslocamento das aquisições necessárias para as zonas de divisas não escassas.

Na forma exposta, pôde a Carteira conceder, em 1948, cerca de 122.478 licenças de importação, relativas a mercadorias de valor de Cr\$ 19.846.878.170,00, negando 35.545 solicitações referentes a produtos na importância de Cr\$ 6.644.060.228,00. No total do exercício havia, em todo, 122.478 licenças em trânsito ou ainda pendentes de estudo.

Permanecendo, ainda, as diferenças que foram margem à instituição do regime de controle.

OPERAÇÕES	1938 a 1945		1946		1947		1948		TOTAL	
	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000		
Atividades Financeiras	61	13.307	77	42.123	40	41.155	55	60.545	233	157.339
- (Beneficência, recreação, beneficência, assistência, educação, cultura, etc.)	47	18.365	5	998	4	8.534	24	27.329	80	61.156
- (Indústria, comércio, etc.)	42	9.470	37	32.694	58	37.056	63	64.912	127	121.119
- (Indústria, comércio, etc.)	48	7.745	10	94.174	10	17.305	10	59.300	205	182.101
- (Indústria, comércio, etc.)	13	41.683	6	36.638	4	1.330	2	1.330	19	585.243
- (Indústria, comércio, etc.)	1	10.000	1	12.000	1	2.000	2	2.000	2	43.040
- (Indústria, comércio, etc.)	91	1.000	1	3.240	1	4.000	1	13.000	28	18.789
- (Indústria, comércio, etc.)	1	33.000	1	6.560	1	1.500	2	6.500	23	39.827
- (Indústria, comércio, etc.)	16	6.885	6	853	4	910	8	7.259	50	41.839
- (Indústria, comércio, etc.)	34	32.804	4	853	4	910	8	7.259	50	41.839
- (Indústria, comércio, etc.)	12	55.336	4	853	4	910	8	7.259	50	41.839
- (Indústria, comércio, etc.)	72	12.516	7	2.610	4	9.500	10	29.623	62	182.915
- (Indústria, comércio, etc.)	15	20.538	2	1.715	4	9.500	10	29.623	62	182.915
- (Indústria, comércio, etc.)	39	30.938	3	2.610	8	14.419	5	11.704	19	29.531
- (Indústria, comércio, etc.)	13	337.000	1	4.050	8	14.419	5	11.704	19	29.531
- (Indústria, comércio, etc.)	7	6.628	1	6.400	4	6.400	4	22.000	23	173.128
- (Indústria, comércio, etc.)	10	80.943	1	1.285	1	11.824	45	7.671	57	9.069
- (Indústria, comércio, etc.)	6	101.298	2	1.850	4	11.824	17	24.739	22	27.333
- (Indústria, comércio, etc.)	191	39.245	12	12.187	4	2.450	10	66.450	210	110.242
Atividades Industriais	694	1.049.297	226	271.422	278	205.373	359	495.887	1.457	2.021.959

O governo encaminhou ao Congresso Nacional mensagem em que se acentua a necessidade de ampliar a vigência da lei n.º 262 e de se lhe introduzir algumas alterações. A matéria se acha em fase final de apreciação nas Casas Legislativas.

4. CARTEIRA DE REDESCONTOS E CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

Proseguir o Governo, no ano

de 1948, em sua política de crédito, no sentido de dispensar especial atenção ao comércio bancário, através desses órgãos, cujas operações apoiaram-se em rigorosa seleção de títulos e negócios, de modo a que se revistam da máxima segurança.

Foi bastante intenso o movimento de redescontos, que somou 81.854 títulos, no valor de

6.618 milhões de cruzeiros, contra, respectivamente, 61.787 e 5.585 milhões, no exercício anterior. Não houve operações de "Empréstimos a Bancos", os quais são garantidos por Letras do Tesouro e facultados pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4.782, de 5 de outubro de 1942.

Os algarismos abaixo mostram o vulto da assistência prestada pela Carteira de Redescontos, durante o último quinquênio:

TÍTULOS REDESCONTADOS		
ANOS	NÚMERO	Cr\$ 1.000.000
1944	47.355	4.459
1945	34.712	2.821
1946	30.060	6.734
1947	61.797	4.585
1948	81.854	6.618

As cifras referentes ao ano de 1948:

DISTRIBUIÇÃO	NÚMERO DE TÍTULOS	Cr\$ 1.000.000
Caixa de Mobilização Bancária	38.133	2.978
Caixa de Redescontos	1.809	1.374
Caixa de Mobilização Bancária	38.915	2.289
TOTAL	46.723	3.640
TOTAL GERAL	81.854	6.618

O valor dos efeitos redescontados pelos demais bancos atingiu 5.344 milhões de cruzeiros. As operações mensais da Carteira estão alinhadas abaixo:

MÊSES	VALORES EM FIM DE MÊS
Janeiro	1.378
Fevereiro	790
Março	805
Abril	927
Maio	922
Junho	1.030
Julho	1.306
Agosto	1.328
Setembro	1.327
Outubro	1.267
Novembro	1.348
Dezembro	2.477

No último dia do exercício, assim se apresentava a distribuição dos redescontos:

	Cr\$ 1.000
Banco do Brasil	1.307.438
Outros bancos	1.169.944
TOTAL	2.477.382

Essas operações estavam financiadas com os seguintes recursos:

	Cr\$ 1.000
Tesouro Nacional (requisições)	1.350.000
Superintendência da Moeda e do Crédito	806.793
Banco do Brasil — Conta Corrente	13.743
Fundo de reserva	131.248
Fundo de reserva especial	101.287
Provisão para despesas de notas	38.000
Outros recursos	36.311
TOTAL	2.477.382

É oportuno assinalar que a Carteira de Redescontos na maior parte do ano operou com seus próprios recursos — superiores a 200 milhões de cruzeiros — e mais os fornecidos pelo Banco do Brasil e pela Superintendência da Moeda e do Crédito, de conformidade com o artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.159, de 13 de abril de 1946. O débito da Carteira para com o Tesouro — Cr\$ 618.960.000 — foi resgatado em fevereiro de 1948. Somente em fins de novembro teve ela necessidade de apelar para esse recurso legal.

Igualmente benéfica foi a atuação da Caixa de Mobilização Bancária no ano de 1948. Operando sob garantia de imóveis, títulos públicos e comerciais a longo prazo, reforçados com o aval dos diretores dos bancos interessados, mobiliza a Caixa as inversões a longo prazo, de segura

liquidação, dos estabelecimentos que lhe pedem assistência, com o fim de restabelecer seus níveis normais de encaixe.

Nos termos da Lei n.º 209 de 2 de janeiro de 1948, a Caixa de Mobilização Bancária ficou autorizada a atender os estabelecimentos de crédito que tiverem de fazer ajuste de dívidas ativas, oriundas da moratória dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino.

Elevavam-se os seus empréstimos, em 31 de dezembro de 1948, a 2.178 milhões de cruzeiros (com garantias no valor de 3.834 milhões); contra

1.472 milhões em igual data de 1947, verificando-se um acréscimo de 706 milhões de cruzeiros.

Essas operações estavam financiadas com requisições de numerário ao Tesouro Nacional, de acordo com o Decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932, na importância de Cr\$ 1.178.499.000, acrescidas das próprias reservas da Caixa e de suprimentos feitos pelo Banco do Brasil.

5. CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

Attingiu a 10.713 milhões de cruzeiros o saldo médio das operações realizadas pela Carteira de

Crédito Geral, no ano de 1948. Houve, portanto, um aumento de 1.180 milhões de cruzeiros (12 por cento) em relação ao ano anterior, resultante da elevação dos limites de operações das Agências, que a Diretoria, em resolução de 3 de setembro último, determinou fossem ampliados de 40 por cento.

O quadro a seguir assinala, a par de uma diminuição dos empréstimos a entidades públicas, um alargamento da assistência financeira, direta e indireta, às atividades econômicas. Seus algarismos evidenciam que, enquanto os financiamentos à produção, ao

comércio e a particulares aumentaram de 939 milhões de cruzeiros em confronto com o exercício anterior, também os efetua-

dos a bancos, representativos de assistência indireta, denunciaram o considerável acréscimo de 802 milhões de cruzeiros:

	Saldo médio	Variação
	1947	1948
A entidades públicas	4.472	3.929
A bancos	620	1.322
A produção, ao comércio e a particulares	6.532	6.471
Todos os empréstimos da Carteira	11.624	10.713

Em abril de 1948, foi assinado termo aditivo ao Contrato firmado em 1941, entre a Prefeitura do Distrito Federal e o Banco do Brasil, concernente ao financiamento do plano urbanístico. Segundo esse aditivo, o débito da Prefeitura, no valor de Cr\$ 570.425.200,00 — garantido por Obrigações Urbanísticas na importância de Cr\$ 962.522.915,00, — que deveria ser resgatado no prazo de três anos, será liquidado em 360 prestações mensais, no valor anual de Cr\$ 45.540.660,00. Aquelas mensalidades compreendem juros de 7% a. a. e amortização, sendo oferecida a garantia de novos títulos totalizando Cr\$ 785.644.000,00. Essa transação possibilitou a Prefeitura, respeitados os interesses financeiros do Banco, a liberação das cidades Obrigações Urbanísticas, bem como a dos imóveis vinculados a aqueles títulos, cuja venda no momento, a preço de liquidação, seria prejudicial, em face do retraimento do mercado imobiliário.

Pelo novo Plano, a Prefeitura pode liquidar sua dívida, com um acréscimo de apenas Cr\$ 5.610.896,00 à dotação orçamentária de Cr\$ 39.929.764,00, destinada, aliás, ao primitivo plano, exclusivamente, ao pagamento dos juros contratuais.

O valor das operações de crédito especializado, atribuídas à Agência Especial de Financiamento, se vem elevando desde seu início. Convm lembrar que são elas regidas pelo item 12 do artigo 7º dos Estatutos do Banco.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 30 de junho de 1948.

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

DEBITO

Despesas financeiras (juros e redescontos) 337.023.762,80

Despesas administrativas:

Despesas de impostos 15.078.255,10

Outras despesas administrativas.. 329.196.118,60

Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios de uso do Banco 14.590.105,60

Prejuízos 63.282.223,50

Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos eventuais" (Art. 45, § único dos Estatutos), para eventual compensação de prejuízos 3.103.051,80

Distribuição do lucro líquido (Art. 45, § único, dos Estatutos):

Fundo de reserva, cota de 10 % 7.516.832,50

Porcentagem da Diretoria 540.000,00

Dividendo, à razão de 20 % ao ano .. 10.000.000,00

Fundo de Beneficência dos Funcionários, 1 % 751.683,20

Fundo de provisão, cota de reforço .. 56.359.809,40

Lucros 825.852.178,10

DEBITO 825.852.178,10

CRÉDITO

De juros e descontos de empréstimos e adiantamentos .. 667.242.398,60

De juros de ações e obrigações .. 55.964.949,20

De comissões 99.846.639,10

Outras rendas 2.798.191,20

Lucros 825.852.178,10

CRÉDITO 825.852.178,10

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1948

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

ATIVO

DISPONÍVEL

Caixa em moeda corrente 1.057.765.303,10

em outras espécies 1.059.177.145,50

REALIZÁVEL

Correspondentes no exterior 1.471.283.061,00

Empréstimos

Tesouro Nacional:

Conta de compra de ouro 1.484,10

Saldo a liquidar do exercício de 1948 1.092.763.696,30

Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948 515.188.704,80

Empréstimos rurais 3.684.774.802,40

Empréstimos industriais 768.238.148,30

Empréstimos em letras hipotecárias 22.117.162,70

Empréstimos de financiamento 667.765.715,50

Caixa de empréstimos aos funcionários 27.006.250,00

Outros empréstimos em conta corrente 5.590.694.783,00

Títulos descontados 2.632.470.612,70

Títulos a receber 10.824.922,34

Títulos e valores mobiliários:

Obrigações de Guerra 93.363.303,00

Apólices e outras obrigações federais 189.712.644,00

Apólices estaduais 4.729.096,00

Apólices municipais 1.337,00

Outros títulos em moeda nacional 1.441.441,00

Títulos da dívida externa brasileira 114.281.666,50

Outros títulos em moedas estrangeiras 55.773.481,80

Outros valores mobiliários 1.810.394,80

Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 13-4-46) 611.784.000,00

Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito 191.048.917,20

Carteira de Redescontos, conta de movimento 182.432.867,60

Antecipações de pagamento de câmbio comprado 62.099.850,10

Imóveis não destinados a uso do Banco 35.107.372,80

Letras hipotecárias e resmilitar 1.048.800,00

Correspondentes no país 15.826.830,90

Créditos em liquidação 873.047.825,60

Agências no país 14.801.184.537,00

Agências no exterior 90.161.813,10

Outras contas do ativo realizável 4.134.969.438,70

FIXO

Edifícios de uso do Banco 220.103.194,90

Móveis, utensílios e material de expediente 103.244.059,20

DE RESULTADO PENDENTE

Contas de resultado pendente 76.019.025,40

DE COMPENSAÇÃO

Efeitos a receber de conta alheia:

do exterior 2.142.063.754,10

do país 9.842.673.620,40

Mandatários por cobrança de títulos 2.644.134.937,20

Valores depositados:

Ouro depositado pelo Tesouro Nacional (314.881.476 gra. de ouro fino) 7.096.407.899,60

Títulos da Dívida Pública Federal, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito:

Decreto-lei 9.140, de 5-4-46 191.047.000,00

Do Banco do Brasil S.A. 354.605.900,00

De outros bancos 575.652.900,00

Decreto-lei 9.159, de 10-4-46 542.422.900,00

Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42) 51.036.995,50

Outros valores depositados 9.810.157.117,50

Valores em garantia:

Hipotecas 2.501.311.780,00

Outras garantias 14.950.458.948,70

Devedores por garantias prestadas:

Companhia Siderúrgica Nacional 3.199.233.900,00

Estado de São Paulo 70.260.372,80

Estado de Pernambuco 3.257.699,50

Estado de Rio de Janeiro 693.876.000,00

Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional 43.627.021,00

Outras entidades 14.984.528.889,40

Outras contas de compensação 105.439.508.665,50

PASSIVO

AO EXIGÍVEL

Capital 100.000.000,00

Fundo de reserva 581.666.180,70

Fundo de provisão 1.017.720.809,00

Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios 277.217.758,20

Fundo para prejuízos eventuais 981.569.405,50

Fundo para desenvolvimento de iniciativas de interesse público 41.569.924,20

Correspondentes no exterior 920.281.900,70

Depósitos:

Depósitos de entidades públicas:

Tesouro Nacional, conta aplicação da Lei 16, de 7-2-47 1.803.367.346,80

Outros depósitos de entidades públicas 3.776.611.935,00

Depósitos bancários de compensação de cheques 1.015.398.384,00

Outros depósitos bancários à vista 2.940.376.798,60

Depósitos sem juros 738.985.180,20

Depósitos com juros 3.020.637.716,10

Depósitos populares 757.181.346,80

Depósitos de aviso prévio de menos de 90 dias 201.822.893,40

Depósitos de aviso prévio de 90 dias ou mais 49.920.827,10

Depósitos a prazo fixo 270.818.029,20

Depósitos em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637, de 10-7-34) 200.000,00

Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41) 36.670.338,90

Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41) 112.383.712,80

Depósitos de empréstimos concessionários de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41) 339.430.485,10

Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41) 554.674.914,90

Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42) 79.361.872,10

Depósitos de garantia e para certificados de equipamento (Decreto-lei 15.038 e Decreto-lei 9.159, de 13-3-44 e 10-4-46) 908.480.672,40

Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46) 18.492.165.098,80

Superintendência da Moeda e do Crédito:

Conta de fundos (Decreto-lei 7.293, de 2-2-45) 191.048.917,20

Banco do Brasil S.A. 624.484.357,60

Outros bancos 615.533.275,00

Conta de juros:

De depósitos (Decreto-lei 8.495, de 28-12-45) 35.051.313,10

De aplicações (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46) 45.292.327,90

Contas correntes 4.500.060.930,90

Bônus em circulação 75.853.000,00

Letras hipotecárias em circulação 23.632.600,00

Ordens de pagamento 834.141.469,20

Correspondentes no país 14.441.991.497,00

Agências no país 134.084.621,90

Agências no exterior 191.775.330,40

Títulos a pagar:

Certificados de equipamento 718.514,30

Letras a prêmio 102.493.844,70

Dividendos a pagar:

Anteriores, não reclamados 2.783.440,00

Bonificação, não reclamada 265.200,00

84º dividendo a distribuir 10.000.000,00

Outras contas do passivo exigível 1.101.110.703,10

DE RESULTADO PENDENTE

Contas de resultado pendente 868.782.051,70

DE COMPENSAÇÃO

Deposantes de efeitos para cobrança 7.628.872.311,70

Deposantes de valores em custódia 18.075.077.612,60

Deposantes de valores em garantia 17.457.770.728,70

Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros 2.008.944.993,90

Outras contas de compensação 14.984.528.889,40

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

Rio de Janeiro, D.F., 20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Presidente

JULIO DE MATTOS

Chefe do Departamento de Contabilidade

(R. C. n.º 1.147)

1. DIRETORIA

5. ESTATISTICA E CONTABILIDADE

Tomando por base os estudos

Preocupado em seguir sempre as modernas normas de apresentação estatística e contábil, o Banco procedendo ao estudo das suas contas no sentido de melhor interpretarem a efectiva situação financeira que se

(Compreendendo Direcção Geral e Agências no país e exterior)

ATIVO		C-5		PASSIVO	
DISPONIVEL				NAO EXIGIVEL	
Caixa:				Capital	100.000.000,00
em moeda corrente	1.225.804.018,80			Fundo de reserva	384.991.490,10
em outras espécies	1.123.729,00	1.226.927.747,80		Fundo de previsão	1.036.776.002,40
				Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	294.908.120,00
				Fundo para prejuízos eventuais	964.476.400,60
				Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interesse público	41.673.804,10
					2.842.885.877,20
REALIZAVEL				EXIGIVEL	
Correspondentes no exterior	2.701.095,30			Correspondentes no exterior	6.319.667,80
Empréstimos:				Depósitos:	
Tesouro Nacional:				Tesouro Nacional:	
Conta de compra de ouro	751.783,10			Conta aplicação da Lei 16, de 7-2-47	1.178.457.530,30
Saldo a liquidar do exercício de 1948	1.092.763.696,30			Outros créditos	2.188.033.048,80
Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948	588.048.716,00			Operações da Carteira de Câmbio:	
Outros débitos	189.306.169,20			Correspondentes no exterior	1.600.754.473,20
Operações da Carteira de Câmbio:				Depósitos p/ certificados de equipamento	8.552.017,80
Correspondentes no exterior	8.134.546.121,60			Certificados de equipamento	154.414.427,80
Outras contas	5.660.954.908,60	13.795.501.030,20	15.658.371.404,80	Depósitos vinculados	284.082.072,20
Empréstimos rurais	3.421.753.775,50			Depósitos obrigatórios (Decreto 24.038, de 26-3-34)	1.331.000.864,70
Empréstimos industriais	698.121.496,70			Outras contas	3.720.096.961,20
Empréstimos em letras hipotecárias	22.594.266,70				10.503.292.305,80
Empréstimos de financiamento	937.453.377,80			Governo Federal-Fundo de Indenizações (Decreto 25.147, de 20-6-46)	14.057.685,40
Caixa de empréstimos aos funcionários	34.728.276,30			Depósitos de entidades públicas	1.542.865.183,00
Outros empréstimos em conta corrente	5.647.938.000,50			Depósitos bancários de compensação de cheques	1.489.703.591,60
Títulos descontados	3.086.290.761,50	29.715.251.359,40		Outros depósitos bancários à vista	3.381.762.151,50
Títulos a receber	10.489.278,00			Depósitos sem juros	353.878.813,30
Títulos e valores mobiliários:				Depósitos sem limite	3.404.300.859,50
Obrigações de Guerra	94.497.135,00			Depósitos limitados	800.785.003,00
Apólices e outras obrigações federais	167.923.455,00			Depósitos populares	332.478.495,60
Apólices estaduais	7.648.385,00			Depósitos de aviso prévio de menos de 90 dias	43.915.164,70
Apólices municipais	1.337,00			Depósitos de aviso prévio de 90 dias ou mais	300.519.140,20
Outros títulos em moeda nacional	1.854.124,50			Depósitos a prazo fixo	737.444.400,20
Títulos da dívida externa brasileira	115.744.364,20			Depósitos em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637, de 10-7-34)	200.000,00
Outros títulos em moedas estrangeiras	57.238.798,90			Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	1.007.263.036,60
Outros valores mobiliários	1.231.252,60	446.138.847,20		Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	30.478.481,70
Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-40)	811.784.000,00			Depósitos de empréstitos concessionários de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	123.140.936,30
Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito	184.050.334,50			Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	348.683.280,10
Carteira de Redescônitos, conta de movimento	13.735.063,30			Depósitos de garantia (Decreto 15.028, de 13-3-44)	340.583.578,60
Antecipações de pagamento de câmbio comprado	64.388.037,70			Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)	644.703.805,40
Imóveis não destinados a uso do Banco	35.190.140,40				25.519.439.239,70
Letras hipotecárias a resgatar	827.300,00				
Correspondentes no país	17.948.054,90				
Créditos em liquidação	447.646.398,70				
Agências no país	12.931.077.994,50				
Agências no exterior	109.909.891,80				
Outras contas do ativo realizável	1.038.578.233,30	45.829.745.929,40			
FIXO				Superintendência da Moeda e do Crédito:	
Edifícios de uso do Banco	232.566.346,20			Conta de fundos (Decreto-lei 7.293, de 2-2-45):	
Móveis, utensílios e material de expediente	110.850.027,00	343.418.373,20		— Banco do Brasil S. A.	384.059.334,50
				— Outros bancos	644

Rio de Janeiro, D. F.,

21 de janeiro de 1949.

JULIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(D. E. C. N.º 6.254 — C. R. G. n.º 3.876)

Em 31 de dezembro de 1948

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

DÉBITO		CRÉDITO	
	Cr\$		Cr\$
Despesas financeiras (juros e descontos) ..	395.396.553,00	Rendas:	
Despesas administrativas:		De juros e descontos de emprés-	
Despesas de impostos	16.327.958,40	timos e adiantamentos	736.748.464,70
Outras despesas administrativas ..	398.083.680,20	De juros de ações e obrigações ..	12.878.091,90
	414.441.638,60	De comissões	117.503.459,20
Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios		Outras rendas	5.553.902,80
de uso do Banco	17.857.717,00		872.683.918,60
Prejuízos	25.673.444,20	Lucros	16.813.430,20
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos even-			
tuais" (Art. 45, § único dos Estatutos), para			
eventual compensação de prejuízos ..	2.904.902,30		
Distribuição ao lucro líquido (Art. 45, § único,			
dos Estatutos):			
Fundo de reserva, cota de 10 %	3.325.309,40		
Porcentagem da Diretoria	540.000,00		
Dividendos, à razão de 20 % ao ano	10.000.000,00		
Fundo de Beneficência dos Funciona-			
rios, 1 %	332.530,90		
Fundo de previsão, cota de reforço ..	19.055.253,40		
	33.253.093,70		
	889.497.348,80		889.497.348,80

Rio de Janeiro. D. F., '21 de janeiro de 1949

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
Presidente

JULIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(D. E. C. n.º 6.264 — C. R. C. n.º 3.876)

dispensando as diversas atividades econômicas do país, como também, de subordinar essa apresentação aos padrões legais fixados pela Superintendência da Moeda e do Crédito, melhorou sua aparelhagem técnica, de modo a poder servir com maior eficiência ao número crescente dos funcionários e respectivas famílias, que têm encontrado, por parte de médicos e enfermei-

6. SERVIÇO MÉDICO

Obbedecendo à alta finalidade para que foi criado, o Serviço Médico ampliou suas instalações e

direitos do Banco, cujos interesses têm sido defendidos com zelo, na Direção Geral e nas Agências, por esse corpo de profissionais.

O Serviço de Engenharia prosseguiu sua tarefa de estudos, planejamento, construção e reforma dos edifícios destinados ao funcionamento das diversas dependências do flanco.

No exercício de 1948 foi concluída a construção dos prédios destinados às Agências de Catanduva e Limeira.

Foram executadas obras de

9. DONATIVOS PARA BENEFICENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
Elevaram-se a 7.992 milhars

de cruzelros as doações feitas pelo Banco a instituições de beneficência e assistência social no decorrer do ano de 1948. Em 1947 seu valor somaram 3.051 milhã de cruzelros,

CONCLUSÃO

FISCAL

Senhores Acionistas:

Em obediência aos dispositivos legais e estatutários em vigor, o Conselho Fiscal apresenta a parecer sobre as contas e a Diretoria, relativos ao exercício de 1975.

Das páginas deste Relatório ressalta que o ano de 1948 pode ser considerado um período em que, graças às providências tomadas nos dois anos anteriores, o nosso equilíbrio econômico começou a vislumbrar-se com maior nitidez.

Sem dúvida, permaneceram em 1980 os reflexos do período da guerra do Irã, com o preço do petróleo. Uma persistente alta do custo da vida, comum a quase todos os países do mundo e, muito especialmente, nos de estrutura econômica semelhante. E, finalmente, a ameaça de uma nova crise petrolífera, que ainda não está pró-

Tomou, ainda, conhecimento do Relatório da Diretoria, verificando que o mesmo reflete com exatidão a vida do Banco no ano em-fim-do.

proporção que os fatores de produção, tanto no plano nacional como no internacional, forem localizados nos setores de rendimento máximo. Adaptação naturalizada, que, não raro, exige a intervenção da Administração Pública, para que as regras de ordem financeira que, de vez em quando, retardam o reajustamento das forças produtivas do país.

O governo, dentro da política que vem seguindo, tem sabido discernir os imperativos sociais e econômicos do momento. Esta preocupação, sem precedentes, e que

picando, sem precipitação e alarde, a volta do equilíbrio entre os diversos ramos de nossa atividade econômica, sob a égide da harmonia da Família Brasileira e da Justiça Social.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO Morto em 1949.	Carluman da Silva Oliveira Argemiro de Hucadia Mar Pedro Magalhães Corrêa José Mendes de Oliveira G
---	--